

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Cristiano Ruiz Engelke

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL  
UNIDADE NA DIVERSIDADE

Porto Alegre, janeiro de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL  
UNIDADE NA DIVERSIDADE

Cristiano Ruiz Engelke

Dissertação de Mestrado  
apresentada, ao Programa de Pós-  
graduação em Ciência Política da  
Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul, como requisito para obtenção  
do título de Mestre em Ciência  
Política.

Orientador: Dr.(a) Céli Regina Jardim Pinto

Porto Alegre, janeiro de 2004.

*“Durante anos, nós, neste movimento dos movimentos, alimentamo-nos dos símbolos de nossos oponentes – suas marcas, suas torres de escritórios, suas reuniões que trazem oportunidades de ser fotografado. Temos usado esses símbolos como um grito de guerra, como pontos focais, como instrumentos de educação popular. Mas esses símbolos nunca foram alvos reais; eles eram as alavancas, as manivelas. Os símbolos eram somente janelas. É hora de atravessá-las”.*

(Naomi Klein, *Cercas e Janelas*, 2003)

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2004.

## FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

UNIDADE NA DIVERSIDADE

Cristiano Ruiz Engelke

Este projeto de dissertação foi submetido ao processo de avaliação pela

Banca Examinadora como requisito para obtenção do título de:

Mestre em Ciência Política

E aprovado na sua versão final em 28 de janeiro de 2004, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Federal do Rio Grande do

Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

### **BANCA EXAMINADORA**

Dr<sup>a</sup> Céli Regina Jardim Pinto  
Orientador (a) (PPGCP/UFRGS)

-----

Dr. Marcelo Kunrath Silva  
(PPGSoc/UFRGS)

-----

Dr<sup>a</sup> Mercedes Maria Loguercio Cánepa  
(PPGCP/UFRGS)

-----

Dr<sup>a</sup> Maria Izabel Saraiva Noll  
(PPGCP/UFRGS)

-----

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora, Céli Pinto, que com paciência me orientou, sendo sem dúvida fundamental para a realização desta dissertação. Aqui faço um agradecimento especial pois grande parte do conteúdo deste trabalho se deve à sua orientação e às aulas teóricas nas disciplinas do mestrado por ela ministradas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS por sua qualidade e pelo apoio prestado aos seus alunos, assim como o importante trabalho realizado na pesquisa social e política. O seu reconhecimento nacional e até internacional comprovam a sua importância.

Aos professores do PPG de Ciência Política que possibilitaram a ampliação dos conhecimentos de Ciência Política, tornando possível este trabalho.

Aos meus colegas do mestrado com quem dividi momentos e conhecimentos fundamentais para que fosse possível a realização desta dissertação.

Por fim agradeço aos meus pais pelo apoio que me deram e à minha família em Porto Alegre pela força e todo apoio prestado.

## **RESUMO**

### **Fórum Social Mundial: Unidade na diversidade**

Este trabalho analisa o Fórum Social Mundial em sua primeira edição, destacando o seu importante papel como o “movimento dos movimentos”, unindo em um processo, e não apenas em eventos, os mais distintos movimentos sociais e ONGs. Partindo-se do binômio unidade/pluralidade, o objetivo é buscar o que lhe dá unicidade e também pluralidade. Para se buscar um sentido geral é preciso encontrar seu princípio unificador que o torna aquilo que ele é. Ao mesmo tempo, uma característica fundamental do Fórum Social Mundial é sua pluralidade de idéias, espaços, propostas, a negação do consenso, caracterizando um evento amplamente democrático, no sentido de liberdade de discussão sem uma imposição de unidade, ainda que respeitando seu princípio unificador. Para o trabalho foram analisados os conteúdos disponíveis das conferências e também foi feita uma classificação das oficinas por temáticas, com a finalidade de visualizar os pontos comuns e as divergências e pluralidade existentes na primeira edição do Fórum Social Mundial. Pode-se concluir que, de fato há um princípio unificador, que é a oposição ao modelo dominante de globalização e a pluralidade é formada a partir das mais diversas áreas e perspectivas que discutem alternativas para “um Outro Mundo Possível”.

Palavras-chave: globalização, movimentos sociais, Fórum Social Mundial, redes sociais.

## **ABSTRACT**

### **World Social Forum: Unity in Diversity**

This work analyzes the World Social Forum in its first edition, pointing out its major role as “the movement of the movements” by combining the most distinctive social movements and NGOs in a process and not only in events. Starting from unity and plurality, its aim is to seek what provides both unity and plurality. In order to seek a general meaning it is necessary to find its unifying principle that makes it what it really is. At the same time, a major characteristic of the World Social Forum is its plurality of ideas, spaces, propositions, the negation of consensus, thus characterizing a widely democratic event towards a free discussion without the imposition of unity but respecting its unifying principle. To carry out this work, the contents of the conferences have been analyzed and a classification of workshops according to their themes has also been made in order to focus the common and diverging points and the plurality existing in the first World Social Forum. A conclusion can be made that in fact there is a unifying principle opposing the dominant model of globalization and plurality is formed as the several areas and prospects discuss alternatives to another possible world.

Keywords: globalization, social movements, World Social Forum, social nets.

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	10
<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>CAPÍTULO 1 – “Globalização neoliberal”: o inimigo comum</b>	27
1.1. Globalização ou globalizações?	28
1.2. Neoliberalismo	32
1.3. Globalização: interpretações	35
<b>CAPÍTULO 2 - Sociedade civil global, movimentos sociais e ONGs</b>	47
2.1. Cohen & Arato e o conceito de sociedade civil autolimitada	47
2.2. O conceito de “autolimitação” , os movimentos sociais e sua “política de influência”	51
2.3. O cultural e o político nos movimentos sociais e ONGs	53
2.4. A sociedade civil global e o FSM	58
<b>CAPÍTULO 3 – De Seattle a POA: o FSM em construção</b>	65
3.1. Origens do FSM: a trajetória das lutas da sociedade civil global	65
3.1.1. A Batalha de Seattle: um ícone das lutas antiglobalização	67
3.2. O “espírito de Seattle” até a criação do FSM: um movimento crescente	69
3.3. Internet, cibercultura e o FSM: o “contragolpe” global	72
3.4. Fórum Social Mundial: apresentação	73
3.5. A construção do FSM	77
<b>CAPÍTULO 4 – Fórum Social Mundial</b>	80
4.1. Eixos Temáticos	84
4.2. Oficinas do Fórum Social Mundial	84
4.3. Conferências do Fórum Social Mundial	88
4.3.1. Conferências Eixo I - A Produção de Riquezas e a Reprodução Social	90
4.3.1.1. Como construir um sistema de produção de bens e serviços para todos?	90
4.3.1.2. Que comércio internacional queremos?	94
4.3.1.3. Que sistema financeiro é necessário para assegurar a igualdade e o desenvolvimento?	98
4.3.1. 4. Como garantir as múltiplas funções da terra?	101
4.3.2. Conferências Eixo II - O Acesso às Riquezas e a Sustentabilidade	103
4.3.2.1. Como traduzir o desenvolvimento científico em desenvolvimento humano?	104
4.3.2.2. Como garantir o caráter público dos bens comuns à	



humanidade, sua desmercantilização e o controle social sobre o meio ambiente?	105
4.3.2.3. Como promover a universalização dos direitos humanos e assegurar a distribuição de riquezas?	105
4.3.2.4. Como construir cidades sustentáveis?	107
4.3.3. Conferências Eixo III - A Afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos	109
4.3.3.1. Como fortalecer a capacidade de ação das sociedades civis e a construção do espaço público?	110
4.3.3.2. Como assegurar o direito à informação e a democratização dos meios de comunicação?	116
4.3.3.3. Quais os limites e possibilidades da cidadania planetária?	117
4.3.3.4. Como garantir as identidades culturais e proteger a criação artística da mercantilização?	126
4.3.4. Conferências Eixo IV - Poder Político e Ética na Nova Sociedade	127
4.3.4.1. Quais são os fundamentos da democracia e de um novo poder?	127
4.3.4.2. Como democratizar o poder mundial?	129
4.3.4.3. Qual o futuro dos Estados-Nações?	134
4.3.4.4. Como mediar os conflitos e construir a paz?	137
4.3.5. Análise das Conferências	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	143
<b>ANEXO</b>	148
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>	192

## PREFÁCIO

Com esta dissertação de mestrado pretendo analisar o Fórum Social Mundial na sua primeira edição em 2001, realizada na cidade de Porto Alegre. Partindo da idéia de pesquisar a sociedade civil contemporânea e a globalização, muitos temas se apresentaram, com uma grande diversidade de assuntos podendo ser tratada a partir deste primeiro recorte temático. Um tema que unisse os dois pontos e que fosse relevante foi encontrado no Fórum Social Mundial, pois é uma síntese, uma convergência da sociedade civil no cenário da globalização. Apesar de ser uma síntese, aborda uma vasta gama de questões, pontos-de-vista, posições, países, locais, enfim, reflete muitas discussões e debates distintos que se reúnem no sul do Brasil. Esta grande diversidade torna difícil a análise o que também passa a ser um desafio.

Acredito que a dimensão que se tornou o Fórum Social Mundial que surgiu como oposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, fez com que sua percepção, o seu reconhecimento, assim como o seu espaço construído sejam hoje de conhecimento mundial. Em todo o mundo se sabe o que é o Fórum Social Mundial, a própria cidade de Porto Alegre passou a ter um maior reconhecimento internacional com a realização do Fórum. Mas afinal do que realmente trata o Fórum Social Mundial? Quais seus objetivos? O que lhe dá sentido em meio a tantas discussões? Estas são algumas questões que fizeram com que me interessasse por este tema e me levasse a escrever este trabalho.

Acredito que a relação entre a defesa da diversidade e pluralidade como princípios democráticos e a busca de um ponto que represente a unidade é o que melhor caracteriza o Fórum Social Mundial. Por isso o título desta dissertação contém a frase “unidade na diversidade”, citada por Boaventura de Souza Santos na sua participação como conferencista nesta primeira edição do Fórum. Ela simboliza o Fórum Social Mundial, é sua síntese maior e neste trabalho pretendo analisar se isto realmente procede e em caso afirmativo, de que forma. Ainda é preciso ressaltar que quando me referir ao objeto deste trabalho posso utilizar tanto Fórum Social Mundial, FSM ou apenas Fórum, ficando subentendido a que se refere.

## INTRODUÇÃO

O Fórum Social Mundial é um evento característico do nosso tempo, mundializado, formado por organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais de quase todo mundo e que busca discutir e apresentar alternativas para um “Outro Mundo Possível”, como diz o *slogan* do evento. O termo evento diz respeito aos acontecimentos específicos em um tempo e locais determinados como é o Fórum Social Mundial, mas é necessário perceber que o Fórum Social Mundial, mais que eventos ocorridos na cidade de Porto Alegre em 2001, 2002 e 2003 ele é um *processo*. É um caminho que vem sendo trilhado ao longo dos últimos anos e que desde 2001 não parou de se mobilizar, de construir, em nível mundial, uma organização de redes de ONGs, movimentos sociais e ativistas interessados em discutir as possibilidades de um outro mundo possível.

Para uma melhor definição do problema de pesquisa é preciso termos mais clareza acerca do próprio Fórum Social Mundial. A sua primeira edição ocorreu de 25 a 30 de janeiro de 2001, simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, ao qual o Fórum Social Mundial se constrói como oposição e como alternativa. E esta primeira edição é que será objeto de análise neste trabalho. O objetivo do Fórum Social Mundial “é debater propostas e formas de ação concreta para a sociedade civil enfrentar, em escala global, os desafios da globalização econômica dominante” (Vieira,2000, p.110).

A Carta de Princípios do Fórum Social Mundial esclarece, já no seu primeiro ponto, o que é o Fórum:

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra. (Carta de Princípios do FSM)

O tamanho do evento, com suas grandes proporções crescentes de participantes, conferencistas, palestrantes,icineiros, jornalistas, enfim, de milhares de pessoas envolvidas, centenas de assuntos discutidos, além de apresentações culturais, protestos, manifestações e a própria efervescência de Porto Alegre durante o evento, tornam impossível, pelo menos para um trabalho acadêmico, a análise pormenorizada de todos os seus aspectos constitutivos. Com isso, partindo em busca de pontos que pudessem tornar possível a realização deste trabalho busquei as questões que acredito que seriam as mais relevantes e que deveriam ser analisadas. O meu objetivo, então, passou a ser examinar o que há de comum entre as tantas atividades, buscando o que dá unicidade ao Fórum Social Mundial, mas também, por paradoxal que pareça, analisar a sua pluralidade.

Desta forma acredito que o binômio unidade/pluralidade pode definir de forma resumida o Fórum Social Mundial. Para se buscar uma definição, um sentido

geral, é preciso encontrar seu princípio unificador, aquele que lhe dá sentido, que o torna aquilo que ele é. Ao mesmo tempo, uma característica fundamental do Fórum Social Mundial é sua pluralidade de idéias, espaços, propostas, a negação do consenso, caracterizando um evento amplamente democrático, no sentido liberdade de discussão sem uma imposição de unidade, ainda que respeitando seu princípio unificador. A pluralidade como princípio é defendida no ponto 9 da Carta de Princípios:

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta. (Carta de Princípios do FSM)

Esta pluralidade pode ser vista como - de acordo com o conceito trabalhado por Iris Young - a formação de “públicos heterogêneos”, em que a diferença é vista não como um obstáculo a ser superado, mas, pelo contrário, um recurso democrático, de acordo com a proposição da autora de uma democracia comunicativa, em lugar do modelo deliberativo. Para tanto propõe uma unidade mínima baseada em três critérios: “interdependência significativa, respeito formalmente igual e procedimentos acordados”, a partir dos quais a diferença seria a característica principal. Acredito que o Fórum Social Mundial possa ser percebido também desta forma. Uma unidade fundamental e uma gama de diferenças como

recurso, de acordo com Young: “as diferenças de posição social e de perspectiva de identidades funcionam como recursos para a razão pública e não como divisões que a razão pública transcende”. (Young, 2001, p. 377).

A diferença é, assim, fundamental para a democracia, ou ainda de acordo com Young, a democracia comunicativa. Ela propõe este modelo que tem a diferença como recurso a partir da crítica aos teóricos deliberativos – principalmente Habermas e Walzer – que têm na igualdade e na justiça os objetivos democráticos e desta forma suprimem as diferenças e favorecem os mais fortes, pois buscam a unidade que representa um particular que se sobrepõe a outros. Nas palavras da autora:

Se estamos procurando o que já temos em comum – seja condição prévia, seja resultado – não estamos transformando nosso ponto de vista. Vemos apenas nossa própria imagem espelhada nos outros. Por outro lado, se fizermos a hipótese de que a interação comunicativa significa encontrar diferenças de significado, posição social ou necessidades que não compartilho e com as quais não me identifico, podemos descrever melhor como a interação transforma as preferências. Posições sociais diferentes se encontram com a percepção de sua diferença. Isso não significa que acreditamos não ter similaridades; pois diferença não quer dizer distinção total. Mas significa que cada posição tem consciência de que não compreende a perspectiva dos que estão diferentemente situados, no sentido de que as diferenças não podem ser assimiladas. (Young, 2001, p. 377)

Também fundamental para esta análise é a ideia da formação de “contra públicos” (*counter publics*), como define Nancy Fraser. Ainda criticando o modelo de

uma esfera pública única e igualitária proposto por Habermas, Fraser destaca a importância da constituição de esferas públicas distintas e no caso de sociedades desiguais, os “contra públicos subalternos” (*subaltern counter publics*), que representariam aqueles que são alijados da esfera pública hegemônica. De acordo com Fraser,

The public sphere produces consent via circulation of discourses that construct the common sense of the day and represent the existing order as natural and/or just, but not simply as a ruse that is imposed. (Fraser, 1996, p. 138)

Fraser sustenta a importância dos *counter publics* tanto para sociedades estratificadas como igualitárias, sendo nas primeiras se caracterizado por serem contra públicos subalternos:

In general, I have been arguing that the ideal of participatory parity is better achieved by a multiplicity of publics than by a single public. This is true both for stratified societies and for egalitarian, multicultural societies, albeit for different reasons. In neither case is my argument intended as a simple postmodern celebration of multiplicity. Rather, in the case of stratified societies, I am defending subaltern counterpublics formed under conditions of dominance and subordination. In the other case, by contrast, I am defending the possibility of combining social equality, cultural diversity, and participatory democracy”. (Fraser, 1996, p. 127-128)

O Fórum Social Mundial como oposição ao senso comum, ao discurso hegemônico, pode ser percebido, então, como um espaço de diversos *counter*



*publics*, em que, assim como no conceito da democracia comunicativa de Young, a diferença passa a ser um recurso e não um obstáculo.

Já a perspectiva não essencialista de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe é importante para percebermos o pluralismo como característica da democracia, bem como a constituição do antagonismo na busca da desconstrução do discurso hegemônico. Mouffe faz uma crítica aos teóricos da democracia (Habermas) e do liberalismo (Rawls), demonstrando a importância da política entre adversários, negando assim a busca do consenso. Ela utiliza o conceito de “pluralismo agonístico”, em que o consenso não deve ser um objetivo a ser alcançado, e sim superado. De acordo com Mouffe,

I use the concept of agonistic pluralism to present a new way to think about democracy which is different from the traditional liberal conception of democracy as a negotiation among interests and is also different to the model which is currently being developed by people like Jurgen Habermas and John Rawls. While they have many differences, Rawls and Habermas have in common the idea that the aim of the democratic society is the creation of a consensus, and that consensus is possible if people are only able to leave aside their particular interests and think as rational beings. However, while we desire an end to conflict, if we want people to be free we must always allow for the possibility that conflict may appear and to provide an arena where differences can be confronted. The democratic process should supply that arena. (Laclau & Mouffe, RedPepper, 1998)

Desta forma podemos ver como a diferença é fundamental ao processo democrático, assim como ao Fórum Social Mundial. A pluralidade e o não-consenso

como característica demonstram a preocupação com a manutenção das identidades de cada grupo participante. Ao se chegar a um consenso, todos cedem um pouco – ou mais, depende de cada grupo – para se ter um ponto comum. Se há uma busca um discurso final que represente todos, esse discurso será a representação de alguns particularismos que representarão todos os demais que não estão contemplados nesta representação. Para que isto não ocorra, todos - dentro da cadeia de equivalência – tem espaço sem precisar ceder para se construir o consenso. Mas a pluralidade pode significar falta de unidade, é preciso uma unidade mínima como a defendida por Young para possibilitar a comunicação e sua própria existência.

Assim, ao mesmo tempo em que se caracteriza por seu “pluralismo agonístico”, como definido por Mouffe, sustento a hipótese de que o que unifica o Fórum Social Mundial é o seu caráter de negação à “globalização neoliberal”, demonstrando assim, não apenas o agonismo, mas também um caráter antagônico, de resistência a uma ordem instituída e a desconstrução do *outro* - a “globalização neoliberal”, a “globalização hegemônica” - que se torna central para a construção do sujeito, o movimento internacional de ONGs e movimentos sociais representados no Fórum Social Mundial. O *antagonismo* é definido por Laclau a partir da idéia de que

El punto fundamental es que el antagonismo es el límite de toda objetividad. Esto debe entenderse en su sentido más literal: como afirmación de que el antagonismo no tiene un sentido objetivo, sino que es aquello que impide constituirse a la objetividad en cuanto tal. (...) Lo que se expresa no es mi identidad sino la imposibilidad de

constituirla. La fuerza que me antagoniza *niega* mi identidad en el sentido más estricto del termo. (Laclau, 1990, p.34)

O FSM se apresenta como antagônico à globalização neoliberal. A dispersão de temáticas, localidades, pontos-de-vista, enfim a multiplicidade se constrói como unidade na construção deste antagonismo, mostrando cada um sua diferença e sua alternativa. O que ocorre, então, é a formação de uma cadeia de equivalências que fazem da globalização neoliberal um ponto nodal, onde se encontram as diferentes perspectivas possíveis do FSM. Todo sentido é, assim, construído a partir desta incorporação de demandas, que constroem o discurso plural, mas com a unidade mantida pelo ponto nodal, neste caso, a negação da globalização neoliberal e a busca de alternativas. De acordo com Chantal Mouffe,

We describe the relation between different struggles in a hegemony as linked by a chain of equivalence. We use the term equivalence to recognise the specificity of each mode of oppression. An hegemony cannot be formed by one movement merely absorbing other struggles. (Laclau & Mouffe, Redpepper, 1998)

Desta forma o Fórum Social Mundial pode ser visto como diversos movimentos reunidos com uma luta comum, com diferentes propostas, ações, práticas, valores, mas que estão dentro de uma cadeia de equivalência, representando uma força contra-hegemônica.

Portanto, é fundamental o conceito de antagonismo, que passa a ser chave, uma vez que esclarece a relação de todos os diferentes movimentos sociais e ONGs

com o intuito de desconstruir o discurso hegemônico. A negação do outro, daquele ao qual se antagoniza, a impossibilidade de sua constituição e a resistência a ele, que é o caráter principal do Fórum Social Mundial, é o que caracteriza o antagonismo. Esta relação é necessária, sem ela o FSM não seria possível, assim como todas as manifestações e eventos que o antecederam e de certa forma o originaram. O pluralismo, apenas como relações de diferenciação e equivalência, sem um antagonismo não possibilita esta organização, esta unidade, este movimento, chamado “o movimento dos movimentos”.

Para um melhor entendimento, os conceitos de pluralismo agonístico e antagonismo devem ser percebidos a partir da idéia de que não existe uma realidade fora do discurso, que todo objeto é, sempre, objeto de discurso. Laclau e Mouffe defendem a não essencialidade e conseqüentemente a contingência das identidades, uma vez que “contigente es aquel ser cuya esencia no implica su existencia”, e ainda “afirmar que algo es radicalmente contingente, que su esencia no implica su existencia, equivalente por lo tanto a decir que las *condiciones de existencia* de una entidad son exteriores a la misma. (Laclau, 1990, p.36)

Desta forma, toda identidade é construída, não está dada, não possui uma essência interna. Assim, a totalidade, a objetividade, ou ainda o fechamento do sistema são uma impossibilidade. Seria o totalitarismo final, no qual todas as representações seriam exatamente aquilo que representam. Isto é uma impossibilidade justamente pela contingência, a precariedade das identidades. Todo seu conteúdo é definido externamente, através do discurso, e sendo assim, a

fixação de sentidos é o que está em jogo, o que está em luta para ser determinado ou superado.

No caso do Fórum Social Mundial podemos utilizar este referencial na medida que é justamente este embate discursivo que se apresenta. É um discurso hegemônico, que conseguiu, de maneira muito forte, ser universal. O conceito de hegemonia em Laclau diz respeito à constituição de um ponto nodal para fixação de sentidos, e desta forma

hegemonizar un contenido equivaldría, por conseguinte, a *fijar* su significación en torno de un punto nodal. El campo de lo social podría ser visto así como una guerra de trincheras en la que diferentes proyectos políticos intentan articular en torno de sí mismos un mayor número de significantes sociales. De la imposibilidad de lograr una fijación total se derivaría el carácter abierto de lo social (Laclau, 1990, p.45).

Como todo universalismo, ele é a representação de um particularismo que conseguiu se sobrepôr aos outros particularismos “concorrentes”. Esse discurso forma uma quase totalidade, inclusive com o a panacéia de Fim da História, final dos conflitos ideológicos, de esquerda e direita, enfim o fim da bipolarização mundial como redenção do “capitalismo neoliberal global”. A impossibilidade desta quase totalidade se tornar um sistema fechado é seu caráter antagônico, a sua resistência, que busca a sua desconstrução e assim determina o seu limite como hegemonia. Assim a idéia de antagonismo se torna mais clara, demonstrando seu caráter revelatório, ele “es el límite de toda objetividad”. Como define Laclau, “nuestra tesis

es que el antagonismo tiene una función *revelatoria*, ya que a través de él se muestra el carácter en última instancia contingente de toda objetividad”. (Laclau, 1990, p.35).

Por isso este conceito é fundamental para esta análise e a constituição desta dissertação. A construção de uma identidade para a possibilidade da existência do Fórum Social Mundial é resultado de uma história de lutas dos chamados “movimentos antiglobalização”, que tem como primeira grande manifestação a chamada “Batalha de Seattle”, em 1999, com grandes protestos contra a Ronda do Milênio da OMC (Organização Mundial do Comércio). Estas lutas e o próprio Fórum Social Mundial são resultado deste caráter contingente e são expressões da disputa pela definição de sentidos, da luta em torno da globalização, não como contrários à ela, mas buscando demonstrar que não há um discurso único, sendo assim, uma força antagônica à ideologia dominante.

É importante deixar claro que a idéia de antiglobalização ou antimundialização é por muitas vezes interpretada de maneira errônea, como se buscasse retroceder na História, como se buscasse ir contra a realidade, mas não creio que seja este o seu objetivo. O que se busca, acredito, é mudar o curso da História, daqui para frente, buscar novas alternativas possíveis, ou como diz o próprio *slogan* do FSM, buscar “Um Outro Mundo Possível”. Isto também quer dizer que a História não está dada, não tem uma linha, ou uma objetividade intrínseca. A História é construída por cada um de nós, a cada dia. É o caráter de constante mudança, de precariedade de identidades, que demonstra a possibilidade da

liberdade e da democracia. Seguindo esta linha de pensamento, François Houtart refere-se a esta questão, vendo de forma negativa esta idéia de antimundialização:

Muitos meios de comunicação social referem-se aos movimentos de antimundialização, o que é uma maneira, consciente ou não, de deslocar a significação do problema. Com efeito, a maioria das reações – à exceção daquelas relacionadas aos fundamentalismos nacionalistas ou religiosos, ou ainda à efervescência pentecostal ou carismática, despolitizante – não se opõem, absolutamente, à universalização das relações humanas, mas à apropriação do fenômeno pelos poderes econômicos. (Houtart, 2001, p.90)

Importante esclarecer que mesmo deixando claro a não concordância com os termos “antiglobalização” ou “antimundialização”, por vezes voltaremos a utilizar estas expressões por serem usuais ao se tratar destes movimentos. Este caráter de negação unifica, mas não caracteriza o Fórum Social Mundial. Pode-se observar que o FSM é propositivo, ainda que seja com uma gama muito grande e diversificada de propostas. A minha hipótese central se mantém com a idéia de Fórum Social Mundial antagônico à chamada “globalização neoliberal”, havendo a constituição de um novo discurso que vai além do discurso das ONGs ou movimentos sociais envolvidos, superando, mas não dissolvendo seus particularismos. Enquanto cada ONG tem sua especificidade, suas propostas e seus objetivos, caracterizando assim um discurso positivo, o Fórum parte de um discurso negativo, distinto das especificidades de suas partes, da pluralidade de participantes. Mas ainda assim é propositivo, a negação é apenas o fator de unificação, que dá sentido ao Fórum.

O Fórum Social Mundial é, então, um espaço de construção de alternativas ao modelo econômico, cultural e social global dominante. Como está sendo realizada esta construção, como buscar o equilíbrio entre o particular – ou os diversos particulares – e o geral, a unidade que lhe dá sentido, mas que não seja única, mas sim que possibilite sempre o dissenso, a pluralidade de idéias. Este é o desafio e isto será analisado neste trabalho.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, os quais são os dois primeiros reservados a uma introdução de cunho teórico, o terceiro traça um histórico dos movimentos anti-hegemônicos e o quarto que tratará da parte analítica do Fórum Social Mundial. O primeiro capítulo tratará da globalização e neoliberalismo, temas que são centrais tanto para este trabalho como para a própria existência do FSM. Uma vez que se defende neste trabalho a hipótese de uma unidade caracterizada por um antagonismo é preciso primeiramente esclarecer a que se antagoniza o Fórum Social Mundial. Por que a globalização neoliberal é confrontada e encontra no FSM um momento em que a resistência? É isto que trata este primeiro capítulo. Algumas definições como a de inexistência de uma globalização singular defendida por Boaventura Santos, assim como seu conceito de “sistema mundial em transição” (Santos, 2002) e a concepção da “sociedade em rede” definida por Manuel Castells (Castells, 1996) são utilizadas neste capítulo, bem como outras definições, principalmente a visão crítica à globalização neoliberal, que é aquela que dá sentido ao Fórum Social Mundial.



O segundo capítulo versará sobre os movimentos sociais e ONGs e sua importância no mundo de hoje, de uma “redescoberta da sociedade civil” (Cohen & Arato, 2001), e seu papel na construção de alternativas para o futuro, e ainda uma discussão acerca a idéia de “sociedade civil autolimitada” (Cohen & Arato, 2001), definida por Cohen e Arato e que é fundamental para se perceber a configuração da sociedade civil global. A própria idéia de sociedade civil global é discutida uma vez que há autores como Manuel Castells que defendem a impossibilidade da sociedade civil na “sociedade em rede”. (Castells, 1999). O papel das ONGs na globalização é discutido por Liszt Vieira (Vieira, 2001). Os movimentos sociais são discutidos por Cohen e Arato, Castells, entre outros autores. Ainda a importância da Internet para os movimentos transnacionais e a formação de uma “cibercultura” e de “cibercompanheiros” (Ribeiro, 2000) é tratada neste capítulo.

O terceiro capítulo trata a temática central desta dissertação, demonstrando como foi construída esta rede de movimentos sociais e ONGs pelo mundo e a sua trajetória de protestos, acarretando na elaboração do Fórum Social Mundial em 2001, em Porto Alegre, portanto a origem do Fórum. Da “Batalha de Seattle”, ou ainda antes, pois não se iniciaram os movimentos em neste momento, até o Fórum Social Mundial houve um processo de construção da identidade da antiglobalização que tornou possível que se criasse o FSM. Também como surge a idéia e como se organiza o Fórum são tratados neste capítulo. Importante ressaltar que o aporte teórico sobre o Fórum Social Mundial, na maioria das vezes se confunde com o próprio Fórum, a produção teórica é muitas vezes produzida para o Fórum, o que faz com que a defesa e a valorização deste esteja muitas vezes presente.

O quarto capítulo tratará da primeira edição do Fórum Social Mundial, analisando os temas tratados nas centenas de oficinas e os conteúdos das discussões das grandes conferências. Há uma infinidade de discussões e temas que abrangem o Fórum Social Mundial, portanto não é possível analisar sua totalidade. Por isso o recorte escolhido para este trabalho busca compreender dois pontos centrais do Fórum e que representam características distintas. As oficinas, que representam um grande número de temas, são realizadas por centenas de movimentos sociais e ONGs de dezenas de países, demonstram a pluralidade do Fórum Social Mundial. Estas serão analisadas de forma quantitativa, por suas temáticas, verificando sua diversidade. Já as conferências são os momentos de maior relevância, uma vez que representam os grandes temas, as grandes discussões e, desta forma, o que acredito serem os pontos principais do Fórum Social Mundial. Por ser mais relevante e também por estarem disponíveis para pesquisa as discussões das conferências - ou para ser mais preciso, os textos apresentados pelos conferencistas nos quais se basearam as conferências - serão analisadas em seu conteúdo, dividido nos quatro eixos temáticos do Fórum.

Por fim as considerações finais para o fechamento deste trabalho. Espero com este trabalho possibilitar uma melhor compreensão acerca de tão importante evento para a política contemporânea como é o Fórum Social Mundial.

## **CAPÍTULO 1 – “Globalização neoliberal”: o inimigo comum**

O Fórum Social Mundial se caracteriza por sua posição de antiglobalização neoliberal e para analisá-lo precisamos ter antes clareza sobre o que ele se antagoniza. Se ele é um movimento de resistência à globalização, que globalização é esta? Caracterizando desta forma precisamos compreender melhor o que se entende por globalização neoliberal e, então, por que é este um movimento que se apresenta de forma antagônica a ela.

Por isso neste primeiro capítulo busco esclarecer o conceito de globalização principalmente a partir de Boaventura de Souza Santos, Manuel Castells e Liszt Vieira. A idéia de diferentes globalizações e de um “sistema mundial em transição” (Santos, 2002), assim como a idéia de uma “sociedade em rede” (Castells, 1999) são centrais para este trabalho e esclarecem alguns pontos importantes da análise. A idéia de diferentes globalizações é fundamental para perceber os conflitos, as disputas que estão em jogo, o qual o Fórum Social Mundial é parte. O “sistema mundial em transição” é um modelo que demonstra o caráter transitório que estamos vivendo, que contempla características da modernidade com características de um novo momento, mas ainda não completamente novo.

Já “sociedade em rede” caracteriza a configuração do sistema mundial como marcado por redes, relações de interdependência, de interconexões entre os diferentes atores que compõem sistema social. O próprio Fórum também é marcado por uma estrutura de rede, uma rede de movimentos sociais e ONGs ou, mais ainda, uma rede entre diferentes redes que vem sendo construída ao longo dos últimos

anos. Esta relação entre ONGs, movimentos sociais e o mundo globalizado é o tema do trabalho de Liszt Vieira, em que ele analisa a “sociedade civil global” e será abordado no capítulo seguinte.

### **1.1. Globalização ou globalizações?**

Globalização é a “palavra da moda” em todos os lugares, jornais, revistas, televisão, livros, etc. Ela ao mesmo tempo significa muita coisa e por isso mesmo não explica nada. Normalmente a globalização é vista como um fenômeno que está dado, como algo que acontece e que só resta tentar seguir o caminho que é determinado. O que é fundamental percebermos é que a globalização não é algo universal e nem inevitável. Como já vimos na introdução, a idéia de hegemonia, de um discurso dominante é que dá esta universalidade e inevitabilidade à globalização. Importante a análise de Boaventura Santos que esclarece exatamente esta questão de que a globalização é *resultado* de disputas e não algo natural. É resultado de políticas e não apenas a *causa* de políticas que devam ser tomadas.

Acredito ser fundamental a percepção de que o universal, o hegemônico, não o são por acaso. São resultados de disputas, de conflitos, em que o vencedor acaba por ser aquele que é visto como dado, como natural. São uma luta de discursos, uma luta por definição de sentidos e aí o Fórum Social Mundial exerce importante papel enquanto espaço discursivo antagônico ao discurso hegemônico, caracterizando o caráter aberto do social, isto é, a possibilidade de novas construções discursivas. Este caráter aberto do social é fundamental e é o que permite a oposição ao discurso hegemônico, a resistência e desta forma a formação

de um antagonismo. David Slater, citando Ernesto Laclau, destaca a importância do papel do discurso contra-hegemônico, uma vez que

Um traço básico do político relaciona-se com o questionamento do socialmente dado, do que parece ser socialmente natural e incontestado. Quando o “dado” não é aceito como tal, mas referido à sua constituição anterior, sua instabilidade potencial se revela e é reativada (Laclau, 1990:212 *in* Slater, 2001, p. 509).

Por isso mesmo creio que não se pode partir da idéia de um conceito unificado de globalização. Como todos os conceitos ele é provisório e está em constante disputa pela atribuição de seu sentido, que pode assim ser constantemente modificado. Por isso a própria idéia de antiglobalização é errada. É um movimento anti-hegemônico de globalização e não contra a globalização de maneira geral. É sim, uma outra forma de globalização, uma forma alternativa, não hegemônica. Boaventura Santos demonstra a multiplicidade de globalizações e que não há uma única globalização, mas sim diversas globalizações em disputa, em que o dominante assim o é com o resultado destes conflitos. Desta forma podemos usar as palavras do autor para mostrar a existência deste conflito entre diferentes globalizações:

Aquilo que habitualmente designamos por globalização são, de facto, conjuntos diferenciados de relações sociais; diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenómenos de globalização. Nestes termos, não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existe, em vez disso, globalizações; em rigor, este termo só deveria ser usado no plural. Qualquer conceito mais abrangente deve ser de tipo processual e não substantivo. Por outro

lado, enquanto feixes de relações sociais, as globalizações envolvem conflitos e, por isso, vencedores e vencidos. Frequentemente, o discurso sobre globalização é a história dos vencedores contada pelos próprios. Na verdade, a vitória é aparentemente tão absoluta que os derrotados acabam por desaparecer totalmente de cena. (Santos, 2002, p.55-56).

A partir de então vejo que a idéia de uma globalização no singular como um fenômeno único e inevitável só pode ser percebido na lógica dominante (ou vencedor). Ou ainda que “as características dominantes da globalização são as características da globalização dominante ou hegemônica”. (Santos, 2002, p.29). É o discurso “globalista”, como destaca Liszt Vieira, a partir da distinção feita por Ulrich Beck entre *globalismo* e *globalidade* ou *globalização*. Este *globalismo*

refere-se à concepção de que o mercado mundial bane ou substitui a ação política; trata-se, portanto, da ‘*ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo*’. A globalização é reduzida a uma única dimensão – a econômica – abandonando-se as dimensões relativas à cultura, à ecologia e à sociedade civil. *Globalidade* significaria que já vivemos há tempos em uma sociedade mundial, entendida como diversidade sem umidade. Nenhum país ou grupo pode se isolar dos outros. Sociedade mundial significaria, para Beck, o conjunto das relações sociais que não estão integradas à política do Estado nacional ou que não são determinadas por ela. (Vieira, 2001, p.99-100).

A partir daí podemos ter claro que a globalização – que é aquela a qual se opõe o Fórum Social Mundial – não é a globalidade, no sentido de Beck, ou as globalizações não-hegemônicas destacadas por Santos. Esta globalização é o globalismo, a ideologia dominante, a globalização hegemônica, que coloca em um

mesmo conjunto, a economia neoliberal e as diversas dimensões da globalização, seja cultural, política, social, informacional, etc.

O discurso globalista, favorável à globalização econômica e que reflete o discurso hegemônico, busca obscurecer o conflito e a globalização é vista como harmônica, como um equilíbrio mundial. O mundo passa a ser um só, não há fronteiras e também não há alternativas. O conceito de globalização passa a ser definido, de maneira muito genérica, como algo que se estende a todo planeta, justificando toda ideologia decorrente, da defesa da inevitabilidade do sistema global.

Sem dúvida o tema da globalização é muito discutido e por isso mesmo, muito controverso e com muitas respostas às diferentes perguntas. Acredito que a idéia da relação entre o político, o econômico, o cultural e o social é indissociável e é partir daí que podemos compreender sua existência, suas configurações de poder e, a partir de então, entender como se constitui o seu antagonismo, no qual está baseada sua contraposição. Por este motivo, mesmo a globalização sendo um termo extremamente genérico, creio que a idéia de uma globalização neoliberal como o modelo de globalização hegemônica seja o ponto central das lutas sociais, das quais o Fórum Social Mundial é um importante processo.

## 1.2. Neoliberalismo

O Fórum Social Mundial se contrapõe ao Fórum Econômico Mundial justamente pela oposição à centralidade da visão econômica da ideologia neoliberal. Baseado na lógica econômica como base do ordenamento social, o neoliberalismo deve ser confrontado pela lógica da pluralidade do social e forças políticas. Esta é a idéia de Ernesto Laclau ao falar em uma entrevista para a revista inglesa RedPepper sobre o neoliberalismo:

Neoliberalism has inherited from 19th century bourgeois economic thought the idea that there is one basic economic mechanism which can ensure social reproduction. To confront neo-liberalism we should not argue for a different type of unique mechanism at the economic level, but should assert that the effects of society cannot be produced by an abstract economic logic. We must argue that the field of production relies on a plurality of social and political forces. The factory is a very complex place in its relations of power. Transnational corporations have to operate in national terrains where contradictory forces direct the fluxes of capital from one place to the other. Once the discourse starts to be oriented in this way, neoliberalism is brought into question. (Laclau & Mouffe, RedPepper, 1998).

Acredito que o Fórum Social Mundial representa este pluralismo de forças políticas e sociais, proposto por Laclau, questionando o modelo neoliberal, se constituindo como uma força de resistência, como força antagônica à globalização hegemônica. Desta forma, o neoliberalismo pode ser percebido como a força catalisadora da construção do Fórum Social Mundial.



O pensamento neoliberal se impôs através de um conjunto de políticas que servem de sustentação ao modelo de globalização que temos hoje. É o caráter político determinando o econômico, o social e o cultural, mas que é apresentado como não político, o que representa a vitória política, que é a sua própria anulação. A supremacia no campo político se dá exatamente quando não é percebida, quando o político é anulado. Se é originado por decisões políticas, não é natural, não é dado. É construído, logrando seu êxito após disputas com outros modelos - principalmente como proposta de superação do *welfare state* - e conseqüente hegemonia do modelo globalista neoliberal.

Por ser uma expressão que se tornou de uso corrente no vocabulário político dos últimos anos houve uma certa vulgarização do termo neoliberalismo e devemos ter mais clareza sobre o conceito que estamos nos referindo. Neoliberalismo é um conjunto de idéias que se voltam contra a intervenção estatal, proclamando a supremacia do mercado como auto-regulado, ou mais ainda, como regulador da sociedade. É a ideologia da globalização hegemônica, e desta forma o alvo principal, o ponto antagônico ao qual se relaciona o Fórum Social Mundial. É contra esta ideologia que se constrói a resistência. O neoliberalismo se consolida a partir do chamado Consenso de Washington, em que as propostas foram sistematizadas para serem postas em prática em todo o mundo. Muito antes disto vinham sendo elaboradas, começando pela obra "O Caminho da Servidão", de Von Hayek, na década de 40, mas levaram cerca quarenta anos para se tornarem hegemônicas. A diminuição do papel do Estado na economia, privatizações de empresas estatais, um discurso basicamente monetarista em detrimento de um discurso social (no caso o *welfare state*), no qual os cidadãos passam a ser vistos

como consumidores (ainda que muitos nem consumidores possam ser) e grande parte passa a ser vista como um “fardo” para o Estado – que é percebido como o grande problema a ser abolido - e principalmente para o mercado. De acordo com a visão crítica de François Houtart,

O neoliberalismo nada mais é do que a nova estratégia do capital para recuperar sua capacidade de acumulação, consecutiva à diminuição relativa da produtividade que conduziu ao esgotamento do modelo keynesiano e às novas possibilidades de que ele passa a dispor para recolonizar as economias periféricas. Sob estas bases, ele pôde prosseguir exercendo suas pressões contra qualquer tentativa de reorganização da economia em condições diferentes das suas. A aceleração do processo de acumulação significou, assim, uma dupla ofensiva: de um lado, contra o trabalho; e, de outro, contra o Estado. E, para este feito, empregam-se todos os meios: econômicos, culturais, políticos, militares. (Houtart, 2001, p.91-92)

As desigualdades sociais passam a ser uma questão menor, perante a grandeza do mercado, que é quem determina as políticas dos países, principalmente os que se encontram mais vulneráveis à sua força. A “fuga de capitais” passa a ser a ameaça maior, que pode representar o caos e assim torna-se inevitável governar para o mercado e não mais para o país, para sua população. Toda esta vulnerabilidade e um Estado “fraco” só são possíveis - e eis o paradoxo maior – através de uma forte intervenção estatal, pois é o Estado que determina seu fim, criando políticas que, apenas com Estado forte podem ser postas em prática. Nas palavras de Boaventura Santos: “o retraimento do Estado não pode ser obtido senão através da forte intervenção estatal. O Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação. (Santos, 2002, p.38).

O mercado faz com que o próprio Estado fique vulnerável, forçando-o por seu discurso e pelo poder do capital financeiro a seguir um caminho que deve ser seguido por todos, um modelo proposto pelo FMI, Banco Mundial, OMC, enfim, instituições onde o que impera é o pensamento econômico, a visão do lucro como finalidade. O mercado financeiro torna-se o motor da sociedade. O social passa a ser uma discussão menor e a globalização passa a ser o discurso justificador das políticas que devem, então, ser tomadas. As políticas adotadas pelos diferentes países são apresentadas como inevitáveis, pois são “impostas” pela globalização. Desta forma o neoliberalismo se alastrou pelo mundo ao longo das décadas de 80 e 90.

Com a globalização mundo parece diminuir, passa a ser um só, em um só tempo e espaço. *Coca-cola, McDonalds, Nike, Blockbuster*, e uma cultura cada vez mais homogênea. O local perde espaço para o global, que nada mais é que um local que se apresenta como universal. O capital triunfa sobre o social. O que não que dizer que não haja alternativas, como muitas vezes se tenta apresentar. Não é o “fim da história” , como proclamava Fukuyama, que acabou por se tornar um ícone do pensamento neoliberal.

### **1.3. Globalização: interpretações**

Esta globalização neoliberal – à qual se antagoniza o Fórum Social Mundial – é diferente do conceito mais amplo de globalização, ou globalizações, que com o

avanço das tecnologias de transporte e informação aceleraram as transformações sociais no século XX e início do século XXI. De acordo com Boaventura Santos,

Trata-se de um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiros à revolução nas tecnologias e práticas de informação e de comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações transfronteiriças de pessoas como emigrantes, turistas ou refugiados, ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado. Esta diversidade faz com que o impacto nas estruturas e práticas nacionais e locais, aparentemente monolítico, seja, de facto, muito contraditório e heterogéneo, já que, em cada uma das áreas da vida social, é o produto de uma negociação conflitual e de resultados relativamente indeterminados entre o que é concebido como local ou endógeno e o que é concebido como global ou exógeno, entre rupturas e continuidades, entre novos riscos e velhas seguranças, entre mal-estares conhecidos e mal-estares desconhecidos, entre emergências e inércias.

Por estas razões, ao contrário do que o termo globalização superficialmente conota, estamos perante processos de mudança altamente contraditórios desiguais, variáveis na sua intensidade e até na sua direção. (Santos, 2002, p.11).

Santos caracteriza o modo de produção geral de globalização como desdobrado em quatro modos de produção que dão origem a quatro formas de globalização: *o localismo globalizado; globalismo localizado; o cosmopolitismo e; património comum da humanidade*. Os dois primeiros são modos hegemónicos, enquanto os dois últimos são formas de reacção a este modelo.

De maneira simplificada podemos dizer que o *localismo globalizado* é um particularismo que se universalizou e se tornou dominante. Ou, nas palavras do autor,

consiste no processo pelo qual determinado fenómeno local é globalizado com sucesso, seja a actividade mundial das multinacionais, a transformação da língua inglesa em *língua franca*, a globalização do *fast food* americano ou da sua música popular, ou a adopção mundial das mesmas leis de propriedade intelectual, de patentes ou de telecomunicações promovida agressivamente pelos EUA. Neste modo de produção de globalização o que se globaliza é o vencedor de uma luta pela apropriação ou valorização de recursos ou pelo reconhecimento da diferença. A vitória traduz-se na faculdade de ditar os termos da integração, da competição e da inclusão. (Santos, 2002, p. 66).

Já o *globalismo localizado* é o universal que se particularizou. É a globalização hegemônica presente nas mais distintas localidades. Ele

consiste no impacto específico nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados. Para responder a esses imperativos transnacionais, as condições locais são desintegradas, desestruturadas e, eventualmente, reestruturadas sob a forma de inclusão subalterna. (Santos 2002, p.66).

O *cosmopolitismo* é um movimento de resistência ao modelo dominante e seria aí que poderíamos enquadrar o Fórum Social Mundial de acordo com o próprio autor, por sua transnacionalidade e resistência. Desta forma, o *cosmopolitismo*

trata da organização transnacional da resistência de Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais de que se alimentam os localismos globalizados e os globalismos localizados, usando em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial em transição, incluindo as que decorrem da revolução nas tecnologias de informação e de comunicação. A resistência consiste em transformar trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada, e traduz-se em lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência, a desintegração, a despromoção. (Santos, 2002, p.67-68).

Por fim, o *patrimônio comum da humanidade* são os diferentes grupos que percebem a necessidade de manutenção de nosso planeta, seja sua natureza, história ou cultura, vendo que é responsabilidade de todos a luta pela preservação. De acordo com Boaventura Santos

trata-se de lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefactos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária. (Santos 2002, p.70).

Esta distinção feita por Santos é importante para esclarecer as diferenças entre quatro formas de globalização, bem distintas e que representam lados opostos do “mundo globalizado”, a globalização de-cima-para-baixo e globalização de-baixo-para-cima, ou hegemônica e contra-hegemônica, caracterizando a globalização como um espaço de lutas e não uma realidade harmônica:

Os conflitos, as resistências, as lutas e as coligações em torno do cosmopolitismo e do patrimônio comum da humanidade demonstram

que aquilo a que chamamos de globalização é, na verdade, um conjunto de campos de lutas transnacionais. Daí a importância em distinguir entre globalização de-cima-para-baixo e globalização de-baixo-para-cima, ou entre globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica. Os localismos globalizados e os globalismos localizados são globalizações de-cima-para-baixo ou hegemónicas; cosmopolitismo e património comum da humanidade são globalizações de-baixo-para-cima, ou contra-hegemónicas. É importante ter em mente que estes dois tipos de globalização não existem em paralelo como se fossem duas entidades estanques. Ao contrário, são a expressão e o resultado das lutas que se travam no interior do campo social que convencionámos chamar de globalização e que em realidade se constrói segundo quatro modos de produção. (Santos 2002, p.71).

Liszt Vieira se aproxima de Boaventura Santos ao abordar o que chama de “projeto de construção de uma democracia cosmopolita” (Vieira, 2001, p.28), mostrando a emergência de um quadro em que a população marginalizada, excluída, no sentido da perda de sua condição de cidadão ou a iminência da perda desta condição, acaba em sua maioria, aceitando sua condição - até por não perceber este complexo processo de exclusão global -, se transformando em uma “massa passiva”. Mas também há aqueles que procuram alternativas. Aí se encontram aqueles que, de um lado servem como “massa de manobra de políticas direitistas”, como vemos com o crescimento político de idéias próximas ao fascismo em alguns países da Europa. Por outro lado, aqueles que buscam a construção de uma democracia cosmopolita, uma minoria, ainda que crescente, de “militantes idealistas que oferece resistência à globalização dominante, propondo uma globalização alternativa, um projeto emergente de construir uma sociedade civil global visando à democratização das relações internacionais”. (Vieira, 2001, p.28).

Aí podemos pôr os modos reativos citados por Santos, o cosmopolitismo e o patrimônio comum da humanidade.

Para uma compreensão da globalização é importante o conceito de Castells de uma *sociedade em rede*. Também para a própria análise do Fórum Social Mundial, marcado por uma estrutura de redes de ONGs e movimentos sociais a idéia de rede é fundamental. Para o autor o conceito de rede é central para sua definição da sociedade no que ele chama de “era informacional”. As “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (Castells, 1999(1), p.497). Para Castells,

redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. (Castells, 1999(1), p.498).

Desta forma, partindo de uma idéia de rede como estrutura aberta, ilimitada, dinâmica e equilibrada, a sociedade em rede pode ser vista como um conceito também de globalização, uma vez que

é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da



vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. (Castells, 1999 (2), p.17).

Castells vê na globalização - sociedade informacional ou sociedade em rede - uma nova estrutura social que se dissemina por todo o mundo atual. Fazendo uma apologia à obra de Huxley, ele afirma que “admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo”. (Castells, 1999 (2), p.17). Esta nova forma de organização de acordo com Castells é mais capitalista que nunca. Pela primeira vez o capitalismo se expandiu a todos os cantos do planeta,

mas esse tipo de capitalismo é profundamente diferente de seus predecessores históricos. Tem duas características distintas fundamentais: é global e está estruturado, em grande medida, em uma rede de fluxos financeiros. O capital funciona globalmente como uma unidade em tempo real; e é percebido, investido e acumulado principalmente na esfera de circulação, isto é, como capital financeiro. (Castells, 1999(1), p.499).

Castells faz uma grande abordagem da globalização e da sociedade em rede na era informacional, mas seu enfoque é quase sempre positivo, de uma defesa deste processo como natural e inevitável. Boaventura Santos faz uma crítica a Castells, “para quem a globalização é o resultado inelutável da revolução nas tecnologias da informação”, por seu determinismo, ou como escreve Santos, a “falácia do determinismo”, que “consiste em transformar as causas da globalização em efeitos da globalização”. (Santos, 2002, p.50). Também critica outra falácia, a do desaparecimento da diferenciação Norte e Sul, voltando a se referir a Castells, “para quem a globalização pôs fim à idéia de ‘Sul’ e mesmo à idéia de Terceiro Mundo, na

medida em que é cada vez maior a diferenciação entre países e no interior de países, entre regiões”. (Santos, 2002, p.51).

As duas falácias destacadas por Santos, não restritas à Castells, mas ao pensamento globalista, estão, segundo ele, perdendo força,

Tanto a falácia do determinismo como a falácia do desaparecimento do Sul têm vindo a perder credibilidade à medida que a globalização se transforma num campo de contestação social e política. Se para alguns ela continua a ser considerada como o grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros ela é anátema já que no seu bojo transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial, enquanto a retórica do progresso e da abundância se torna em realidade apenas para um clube cada vez mais pequeno de privilegiados. (Santos, 2002, p.53).

Importante também a crítica feita por Santos do uso, por parte dos globalistas, de expressões que por si só colocam um certo carácter positivo, definitivo e inevitável à globalização, como “interdependência global”, “sistema de geometria variável”, “flexibilidade de gerenciamento”, e outros termos que transformam um discurso dominante em discurso natural.

Boaventura Santos vê um novo sistema o qual ele chama de “sistema mundial em transição” (SMET), no qual retira este carácter de naturalidade e inevitabilidade. Segundo o sociólogo português:

Em transição porque contém em si o sistema mundial velho, em processo de profunda transformação, e um conjunto de realidades

emergentes que podem ou não conduzir a um novo sistema mundial, ou outra qualquer entidade nova, sistémica ou não. Trata-se de uma circunstância que, quando captada em corte sincrónico, revela uma total abertura quanto a possíveis alternativas de evolução. (Santos, 2002, p.56).

Importante ressaltar que Boaventura Santos é um dos mais atuantes críticos do sistema global e participante como conferencista no Fórum Social Mundial. Não por isso, mas, sua contribuição teórica crítica em relação a este assunto o fez uma de minhas principais referências nesta dissertação. Para embasar sua explicação de seu construto teórico, acredito ainda ser importante explicitar seu conceito de sistema mundial em transição, formado por três constelações de práticas coletivas:

O sistema mundial em transição é constituído por três constelações de práticas coletivas: a constelação de práticas interestatais, a constelação de práticas capitalistas globais e a constelação de práticas sociais e culturais transnacionais. As práticas interestatais correspondem ao papel dos Estados no sistema mundial moderno enquanto protagonistas da divisão internacional do trabalho no seio do qual se estabelece a hierarquia entre centro, periferia e semiperiferia. As práticas capitalistas globais são as práticas dos agentes económicos cuja unidade espacio-temporal de actuação real ou potencial é o planeta. As práticas sociais e culturais transnacionais são os fluxos transfronteiriços de pessoas e de culturas, de informação e de comunicação. (Santos, 2002, p.56-57).

Cada constelação de práticas se constitui de *instituições* para assegurar sua reprodução; de uma *forma de poder* para legitimar as hierarquias e desigualdades; de uma *forma de direito* para fornecer a linguagem das relações

sociais; de um conflito estrutural que canaliza as contradições e; de um *critério de hierarquização* que define as desigualdades.

Santos constrói um esquema que demonstra a complexidade da globalização – ou das globalizações - e das relações envolvidas, que resultam em diferentes formatações das sociedades atuais. Com esta definição de sistema mundial em transição, Santos demonstra que os Estados ainda são fundamentais, e constata que

a existência de um sistema global não implica admitir a absoluta superação do sistema internacional de Estados, nem afirmar a existência de um tipo único de 'sistema mundial', impulsionado somente pela necessidade de expansão do capitalismo. (Santos, 2002, p.100).

Este sistema mundial em transição é marcado por grande desigualdade e, desta forma, voltamos à diferenciação entre globalismos localizados e localismos globalizados para demonstrar aquilo que Castells não demonstra, que é a grande diferenciação entre blocos de países centrais e periféricos, do Norte e do Sul, ou nas palavras de Boaventura Santos,

a produção sustentada de localismos globalizados e globalismos localizados é cada vez mais determinante para a hierarquização específica das práticas interestatais. A divisão internacional da produção tende a assumir o seguinte padrão: os países centrais especializam-se em localismos globalizados, enquanto aos países periféricos cabe tão-só a escolha de globalismos localizados. Os países semiperiféricos são caracterizados pela coexistência de localismos globalizados e de globalismos localizados e pelas tensões entre eles. O sistema mundial em transição é uma trama de

globalismos localizados e localismos globalizados. (Santos, 2002, p.66).

Portanto, o mundo globalizado pode ser compreendido como um conjunto de idéias e práticas particulares que se universalizaram e desta forma buscam manter e ampliar seu alcance. A idéia de que a globalização é o progresso e a tecnologia independentes do Estado e que se opor a ela representa dar um passo atrás é, sem dúvida, um discurso fatalista que retira o Estado e a sociedade civil do cenário mundial, que passaria a ser regido pelo capital, o mercado e consumidores. Mas em um mundo no qual as desigualdades são crescentes, em que a lógica do mercado não busca superá-las - pelo contrário, às amplia - só resta à sociedade organizada e aos Estado-nacionais lutarem por uma possibilidade de mudança, de alternativa, de superação de um discurso único – neoliberal – e é aí que se baseia o Fórum Social Mundial. Aparece aí a globalização contra-hegemônica, percebida não como uma antiglobalização ou antimundialização, mas como alternativas de globalização diferentes do modelo dominante, ainda que fragmentadas e desarticuladas. De acordo com Boaventura Santos,

a globalização contra-hegemônica, ainda que reconduzível a dois modos de produção de globalização – o cosmopolitismo e o património comum da humanidade -, é internamente muito fragmentada na medida em que assume predominantemente a forma de iniciativas locais de resistência à globalização hegemônica. Tais iniciativas estão enraizadas no *espírito do lugar*, na especificidade dos contextos, dos actores e dos horizontes de vida localmente constituídos. Não falam a linguagem da globalização e nem sequer linguagens globalmente inteligíveis. O que faz delas globalização contra-hegemônica é, por um lado, a sua proliferação um pouco por

toda a parte enquanto respostas locais a pressões globais – o local é produzido globalmente – e, por outro lado, as articulações translocais que é possível estabelecer entre elas ou entre elas e organizações e movimentos transnacionais que partilham pelo menos parte dos seus objectivos. (Santos, 2002, p.75).

Esta parte comum é o descontentamento com a realidade atual, o desejo de mudança, a busca de uma alternativa possível, que devem partir não apenas dos Estados, que perderam força no mundo globalizado, mas da sociedade civil, de ONGs e movimentos sociais que buscam atuar como força contra-hegemônica, como força antagônica ao discurso globalizante dominante. Mas podemos observar, pelo menos preliminarmente, que mesmo com o antagonismo em relação ao modelo hegemônico da globalização que caracteriza o discurso do Fórum Social Mundial, não fica claro quem é realmente o inimigo, quem é o adversário. Isso por que são muitos os adversários. É uma complexidade que não permite se visualizar com clareza quem deve ser combatido: há as grandes corporações transnacionais, os grandes investidores e o “mercado”; os organismos internacionais como FMI, Banco Mundial e OMC; os Estados hegemônicos, principalmente os Estados Unidos; enfim, são muitos e difusos os adversários e não é simples visualizá-los com clareza. Apesar desta complexidade acredito que o discurso hegemônico, este sim, é mais claro e unificado, assim como também é o do Fórum Social Mundial. Por isso este antagonismo relacionado à globalização neoliberal, a formação do que Boaventura Santos chama de “globalização contra-hegemônica” ou “globalização de-baixo-para-cima”, acaba sendo o princípio unificador, que dá sentido ao Fórum Social Mundial.

## **CAPÍTULO 2 - Sociedade civil global, movimentos sociais e ONGs**

O mundo globalizado tornou-se um espaço de lutas que não ocorrem mais apenas no contexto do Estado-nação, mas de forma mais ampla, em uma transnacionalização dos movimentos sociais e das lutas. Estas lutas se dão pelo próprio discurso da globalização e a possibilidade de mudança, de construção de alternativas ao modelo neoliberal hegemônico. O discurso contra-hegemônico busca seu espaço e são os movimentos sociais e ONGs através de suas redes que propiciam uma melhor organização e possibilidade de resistência ao discurso globalista dominante.

A idéia de uma “sociedade civil global” (Vieira, 2001), de uma “sociedade civil transnacional imaginada-virtual” (Ribeiro, 2000), “teias de movimentos sociais” (Alvarez, Dagnino, Escobar, 2000), enfim, de uma organização da resistência ao modelo dominante de globalização passa a ser fundamental e é a partir desta idéia que podemos encontrar as origens do Fórum Social Mundial.

### **2.1. Cohen & Arato e o conceito de sociedade civil autolimitada**

Torna-se central neste trabalho o conceito de sociedade civil, e para se ter uma melhor compreensão são fundamentais as análises de Cohen e Arato acerca da sociedade civil, em seu estudo que se tornou clássico nesta discussão. Alguns conceitos definidos por eles são importantes para este trabalho, como a definição da “sociedade civil contemporânea” baseada no conceito de “autolimitação”, assim

como a importância da “política de influência” e papel central dos movimentos sociais.

Com os movimentos pela democratização dos regimes totalitários do Leste Europeu e nas ditaduras militares da América Latina, Cohen e Arato mostram que liberalização - entendida como restauração e extensão de direitos individuais ou grupais - e democratização - entendida como ampliação da participação política - são formas de discurso que indicam o início de uma nova cultura política, gerando a “ressurreição da sociedade civil”.

A base da concepção de sociedade civil é a vida associativa, como definem Cohen e Arato, já no prefácio de sua obra,

Entendemos a la “sociedad civil” como una esfera de interacción social entre la economía y el Estado, compuesta ante todo de la esfera íntima (en especial la familia), la esfera de las asociaciones (en especial las asociaciones voluntarias), los movimientos sociales y las formas de comunicación pública. (Cohen & Arato, 2000, p.8).

A sociedade civil deve ser vista, então, como esfera autônoma de organização distinta da sociedade política - que busca o poder político institucional – e da sociedade econômica - que busca o lucro. Mas é preciso esclarecer que sociedade civil não se refere a tudo que não seja Estado ou mercado, é necessário ainda o seu caráter organizativo. De acordo com Cohen e Arato,

la diferenciación de la sociedad civil tanto de la sociedad económica como de la política parece sugerir que la categoría debe de alguna



manera incluir y referirse a todos los fenómenos de la sociedad que no están vinculados en forma directa con el Estado y la economía. Pero éste es el caso sólo en la medida en que nos concentremos en las relaciones de asociación consciente, de autoorganización y de comunicación organizada. De hecho, la sociedad civil representa nada más una dimensión del mundo sociológico de normas, papeles, relaciones, competencias y formas de dependencia o una forma particular de ver este mundo desde el punto de vista de la construcción de asociaciones conscientes y de la vida asociativa. Una forma de explicar esta limitación es distinguirlo de un mundo de la vida sociocultural que, como la categoría más amplia de “lo social”, incluye a la sociedad civil. De conformidad con lo anterior, la sociedad civil se refiere a las estructuras de la socialización, asociación y formas de comunicación organizadas del mundo de la vida, en la medida en que éstas han sido institucionalizadas o se encuentran en proceso de serlo. (Cohen & Arato, 2000, p. 9-10).

Não se pode ver como oposição, como disputas entre sociedade civil Estado e mercado. Esta diferenciação é necessária, mas não implica disputa entre as três esferas. Ainda que o “ressurgimento da sociedade civil” tenha se dado contra o Estado autoritário-burocrático, não é este o papel da sociedade civil em sociedades democráticas. A sociedade civil não deve lutar por sua defesa contra Estado e/ou mercado, mas sim pela sua própria democratização e pela definição de qual sociedade civil teremos. Esta é a disputa a ser travada. Aí mais um importante aspecto do trabalho de Cohen e Arato, a idéia de que sociedade civil deve ter como objetivo a democratização da própria sociedade civil. Esta democratização está relacionada com o conceito de “autolimitação”, de “revolução autolimitada”, ou “utopia autolimitada”, que se refere à superação dos fundamentalismos ideológicos, das utopias revolucionárias – também de acordo com a concepção não-essencialista

de Laclau e Mouffe, já tratados anteriormente, da impossibilidade de uma revolução que construa uma sociedade totalitária, em que a essência seja desvelada ou que todas as identidades tenham sua essência revelada - em favor de uma luta pela manutenção e aprimoramento da democracia, sendo assim a sociedade civil não deve ser mais identificada apenas como esfera burguesa. Nas palavras de Cohen e Arato,

la concepción de autolimitación, la idea de la sociedad civil compuesta por movimientos sociales así como por un conjunto de instituciones, la orientación a la sociedad civil como un nuevo terreno de la democratización, la influencia de la sociedad civil sobre la sociedad política y económica y, finalmente, la comprensión de que la liberación de la sociedad civil no es necesariamente idéntica a la creación de la sociedad burguesa, sino que más bien implica una elección entre una pluralidad de tipos de sociedad civil. Todas estas ideas señalan más allá de una limitación de la teoría de la sociedad civil sencillamente a la fase constitutiva de las nuevas democracias. (Cohen & Arato, 2000, p. 35).

Este conceito de “autolimitação” nos remete à questão de identidade e da compreensão de um deslocamento de identidades. Não podemos hoje perceber as identidades como algo fechado, com uma essência, com um sentido teleológico que se justifique por uma essência da sociedade civil. A superação das utopias revolucionárias – o que não quer dizer que temos que capitular com o sistema dominante, com o pensamento neoliberal – nos coloca sob uma perspectiva de transformação social a partir da prática, da construção, de uma participação da sociedade civil na ampliação da democracia e de uma visão social que é muitas vezes suprimida no discurso hegemônico.

Importante, então, a percepção do conceito de identidade, de acordo com Laclau, como contingente, provisória, desprovidas de uma essência determinante. Como já foi visto anteriormente, nenhuma identidade têm uma essência interna a ela, seu conteúdo é definido externamente, através do discurso, sendo assim, a fixação de sentidos o que está em jogo, o que está em luta para ser determinado ou superado. Não que todos os movimentos envolvidos no FSM tenham esta percepção, pelo contrário, muitos movimentos sociais precisam de uma essência para se constituir, para construir suas identidades. Precisamos ter claro que esta essência é sempre construída e contingente, como toda identidade. Na verdade não se trata de uma essência, mas uma construção discursiva, uma essencialização dos movimentos. Mas assim como há outras diferentes propostas, há um espaço para esta discussão, o FSM não é um espaço fechado, pelo contrário, é um espaço aberto, no qual a sociedade civil discute seu próprio papel para a mudança social.

## **2.2. O conceito de “autolimitação” , os movimentos sociais e sua “política de influência”**

O conceito de “autolimitação” é importante também quando se mencionam os movimentos sociais, que são considerados o motor, o “elemento dinâmico” da sociedade civil. Referindo-se aos movimentos contemporâneos, Cohen e Arato destacam este conceito de autolimitação como um momento novo, em que as velhas utopias são superadas, caracterizando um “radicalismo autolimitado”, e é esta a característica principal dos novos movimentos contemporâneos:

Nuestra presuposición es que los movimientos contemporáneos son “nuevos” de alguna manera significativa. Lo que tenemos en mente, ante todo, es la autocomprensión que abandona los sueños revolucionarios a favor de una reforma radical que no se orienta, ni necesaria ni principalmente, al Estado. Llamaremos “radicalismo autolimitado” a los proyectos para la defensa y la democratización de la sociedad civil que aceptan la diferenciación estructural y reconocen la integridad de los sistemas políticos y económicos. (Cohen & Arato, 2000, p. 557).

A partir da idéia de radicalismo autolimitado temos uma redefinição do papel político da sociedade civil e dos movimentos sociais. Os autores apresentam uma estratégia dual dos novos movimentos sociais, com uma “política de influência” e uma “política de identidade”:

Un enfoque orientado hacia la sociedad civil puede destacar dos dimensiones adicionales de la acción colectiva contemporánea: la política de influencia (de la sociedad civil en la sociedad política) y las políticas de identidad (el enfoque en la autonomía, la identidad y la democratización de las relaciones sociales por fuera del sistema de organización política) (Cohen & Arato, 2000, p.571).

Esta visão de atuação dos movimentos sociais para a democratização da sociedade civil e com uma importância da “política de influência” dos movimentos sociais sobre a sociedade política é central e acredito ser fundamental para a percepção do papel da sociedade civil. Segundo Cohen e Arato,

Es posible para los actores colectivos en la sociedad civil ejercer influencia sobre los actores en la sociedad política, hacer uso del

discurso público no sólo para obtener poder y dinero, sino también para restringir el papel de los medios de poder y de dinero en el mundo de la vida con el fin de asegurar la autonomía y modernizar (democratizar y liberalizar) las instituciones y las relaciones sociales de la sociedad civil". (Cohen & Arato, 2000, p. 567).

Os autores reconhecem que esta política de influência pode ser um pouco limitada, daí a importância de se ter clareza acerca do papel político da sociedade civil, que não deve estar relacionado com a conquista do poder,

sino con la generación de influencia mediante la actividad de las asociaciones democráticas y la discusión no restringida en la esfera pública cultural. Tal papel político es inevitablemente difuso e ineficaz. Por consiguiente, el papel mediador de la sociedad política entre la sociedad civil y lo Estado es indispensable, pero igual lo son las raíces de la sociedad política en la sociedad civil. (Cohen & Arato, 2000, p. 9).

### **2.3. O cultural e o político nos movimentos sociais e ONGs**

Outro ponto importante é o aspecto cultural dos movimentos sociais. É uma questão de extrema importância, pois acredito estar aí o ponto central destas lutas, apesar do forte caráter econômico encontrado nos diferentes discursos. Alvarez, Dagnino e Escobar destacam o cultural e políticos nos movimentos sociais, uma vez que

os movimentos sociais são uma arena crucial para a compreensão de como esse entrelaçamento, talvez precário, mas vital, do cultural e do

político ocorre na prática. (...) A cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social. Isto é, quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural. (Alvarez, Dagnino, Escobar, 2000, p. 21).

Aí se percebe também a ligação com a idéia de sociedade civil tendo como objetivo a democratização da própria sociedade civil. É na política cultural, na disputa de significados culturais que se dão os conflitos e são os movimentos sociais que fazem a contestação do modelo dominante. Assim,

As políticas culturais dos movimentos sociais tentam amiúde desafiar ou desestabilizar as culturas políticas dominantes. (...) As políticas culturais dos movimentos sociais podem ser vistas também como fomentadoras de modernidades alternativas. (Alvarez, Dagnino, Escobar, 2000, p. 26).

Yúdice destaca a importância dos movimentos de base e ONGs nacionais e internacionais como os agentes mais inovadores no estabelecimento de agendas para políticas sociais e políticas:

Esses atores incentivaram a cultura (definida de muitas maneiras), um recurso que já era alvo de exploração do capital, e estabeleceram um alicerce para a resistência contra as devastações desse mesmo sistema econômico. (Yúdice, 2000, p.428).

A luta não se dá mais centralizada na disputa pelo aparelho estatal, mas sim pela política e cultura de forma mais ampla, em que os movimentos sociais e

ONGs passam a ter um papel central. O papel de “contrapoder global” assumido pelas ONGs principalmente a partir de Seattle e culminando no Fórum Social Mundial é descrito por Vieira, esclarecendo que

as ONGs assumiram assim a postura de um contrapoder ao executivo global formado pela OMC, Banco Mundial, FMI e a OCDE, o qual decide soberanamente, sem qualquer abertura democrática, acerca do destino de todos os habitantes do mundo. Expressaram, das formas mais diversas, a demanda por justiça e igualdade que irrompe em contrapartida ao processo de globalização. Constituíram-se em uma fiscalização essencial em meio ao poderio das organizações internacionais e notadamente das empresas multinacionais (Vieira, 2001, p.103).

O papel dos movimentos sociais é destacado por Cohen e Arato, em que são vistos como categoria fundamental da dinâmica social moderna e da teoria democrática. Segundo os autores,

Desde nuestro punto de vista, los movimientos sociales para la expansión de los derechos, para la defensa de la autonomía de la sociedad civil, y para su mayor democratización son los que mantienen viva a una cultura política democrática. Entre otras cosas, los movimientos introducen nuevos problemas y valores en la esfera pública y contribuyen a reproducir el consenso que presupone el modelo de democracia de élite/pluralista, pero el que nunca se preocupa por explicar. Los movimientos pueden y deben complementar, en vez de querer remplazar, a los sistemas partidarios competitivos. Nuestro concepto de sociedad civil, por lo tanto, retiene el núcleo normativo de la teoría democrática a la vez que sigue siendo compatible con las presuposiciones estructurales de la modernidad. (Cohen & Arato, 2000, p. 38-39).

Desta forma partimos do conceito de sociedade civil como esfera distinta, mas não oposta, de Estado e mercado, de sociedade política e sociedade econômica; com o seu papel “autolimitado”, superando teleologismos ideológicos; destacando a importância da política de influência e o papel central dos movimentos sociais. Importante percebermos que hoje não apenas os movimentos sociais, mas também, senão até mais importante que os movimentos sociais, é a participação das ONGs na sociedade civil e na construção da democracia. Claro que ONGs inclui uma vasta gama que, por si só, não define seu papel e característica como organização.

É preciso ter claro que ONGs, assim como os movimentos sociais não são por natureza bons ou virtuosos, não é questão de valor que está em questão. Pelo contrário, é esta disputa dentro do espaço político que se encontram as variações de ONGs e movimentos sociais. Podem ser de direita ou de esquerda. Conservadoras ou progressistas. A idealização positiva que muitas vezes se faz da sociedade civil de maneira geral deve ser evitada. As ONGs podem ser de diferentes tipos, com diferentes objetivos, propostas e ideologias. De uma maneira geral acredito que podemos caracterizar dois tipos de ONGs: 1) aquelas que despolitizam as causas sociais, enfatizando a importância do voluntariado, da “boa vontade” das pessoas em nome de uma democracia que corresponde à liberdade. A sociedade civil deve, desta forma, substituir o papel do social do Estado, portanto de acordo com o pensamento neoliberal, são favoráveis à globalização hegemônica, a liberdade de mercado, buscando (mesmo sem perceber) aprofundar o capitalismo. 2) Por outro



lado temos as ONGs que buscam politizar as questões sociais. Não dependem da simples “boa vontade” de seus membros, mas da participação política em nome de uma democracia que corresponde à igualdade. A sociedade civil deve responsabilizar o Estado e atuar junto a ele e não substituí-lo. Quanto à globalização, busca combater seus efeitos perversos e participam do movimento contra-hegemônico de globalização, seja de forma localizada ou apresentando alternativas à globalização neoliberal.

Esta diferenciação, por muitas vezes nem é percebida por aqueles que participam das ONGs, mas é importante a diferenciação, pois, como no caso do Fórum Social Mundial, fica claro que são as ONGs que politizam suas lutas que predominam e que organizam o evento. Daí a crítica, principalmente da oposição local ao Fórum Social Mundial, isto é, os defensores do discurso globalista neoliberal, de que o FSM não é aberto, não é tão democrático como preconiza. Sim, ele está restrito a um espectro, a um campo político caracterizado por sua oposição à globalização dominante, de defesa de uma maior democratização política, econômica, cultural e social, assim como a defesa da igualdade e do respeito às diferenças.

Esta sociedade civil, portanto, não é representativa de todo o mundo, evidentemente, representa um campo e com isso, caracteriza o conflito, a luta política, caráter este que é sempre que possível “apagado”, despolitizado pelo discurso dominante.

## 2.4. A sociedade civil global e o FSM

O que temos de forma clara no Fórum Social Mundial é uma “sociedade civil global”, conceito este que deve ser mais bem esclarecido. Já vimos o conceito de sociedade civil definido por Cohen e Arato, o qual será seguido neste trabalho. Os autores não trabalham com esta idéia de “sociedade civil global”, que é trabalhado por Liszt Vieira, bem como por outros autores. Boaventura Santos e Manuel Castells mais uma vez divergem e desta vez é exatamente sobre o papel da sociedade civil no mundo globalizado.

Boaventura Santos, de acordo como já foi citado no capítulo anterior, destaca a “redescoberta da sociedade civil” como característica da globalização. Já Manuel Castells afirma o oposto, a perda do espaço da sociedade civil em favor das “comunas”, das resistências localizadas. Castells vê na sociedade em rede o fortalecimento dos movimentos comunais e a perda de espaço da sociedade civil, definida por ele como

um conjunto de organizações, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. (Castells, 1999 (2), p.24).

Desta forma a sociedade civil estaria ligada a uma identidade dominante e não de resistência ou de projeto – que são as identidades que buscam resistir ou transformar o *status quo*. A identidade de resistência leva à formação de comunas

ou comunidades. Para Castells este seria o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade. Essas comunas se caracterizariam pela “essencialização’ dos limites da resistência” (Castells, 1999 (2), p.25). Já a identidade de projeto daria origem a sujeitos, que “são o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (Castells, 1999 (2), p.26). Estes sujeitos buscam a transformação da sociedade, como no caso dos movimentos feministas na construção de uma sociedade pós-patriarcal.

Novamente concordo com Boaventura Santos, pois acredito também que a sociedade civil está em um momento de ascensão, de redescoberta, ressurreição. A sociedade civil global, como afirma Liszt Vieira, e o Fórum Social Mundial como parte importante desta são amostras importante disto. O papel da sociedade civil é fundamental no mundo globalizado, uma vez que nem Estado nem mercado podem resolver os problemas que se apresentam atualmente. De acordo com Liszt Vieira,

Verifica-se, paradoxalmente, que o mesmo processo de globalização que enfraquece o poder dos Estados nacionais fortalece a sociedade civil, que intensifica o grau de organização do terceiro setor para realizar funções sociais que o Estado deixa de cumprir e que o mercado jamais cumpriu. (Vieira, 2001, p.81-82).

Liszt Viera analisa a sociedade civil global, vista como importante agente das mudanças sociais. Como descreve o autor,

nas condições atuais, em face das grandes implicações sociais da globalização econômica, o Estado não parece interessado em incentivar a mobilização popular, mantendo a cidadania passiva e

apolítica. Como ao mercado não interessa outra coisa, coube à sociedade civil, agrupada em torno do interesse público, a tarefa de mobilizar as energias cívicas da população para defender, no plano transnacional, os princípios da cidadania fertilizados com os ideais de democracia política, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental. (Vieira, 2001, p.28-9).

Já Castells, apesar de destacar os movimentos sociais como sujeitos potenciais na Era da Informação, defende a hipótese de que a sociedade civil se desintegra na sociedade em rede. O autor vê a sociedade civil em um momento de desintegração, acredito, por perceber a sociedade civil não como o modelo contemporâneo “autolimitado” , como proposto por Cohen e Arato, vendo desta forma, em vez de uma nova formatação da sociedade civil, o seu fim. De acordo com Castells,

a constituição de sujeito, no cerne do processo de transformação social, toma um rumo diverso do conhecido durante a modernidade dos primeiros e em seu período mais tardio, ou seja, *sujeitos, se e quando construídos, não são mais formados com base em sociedades civis que estão em processo de desintegração, mas sim como um prolongamento da resistência comunal*. Enquanto na modernidade a identidade de projeto fora constituída a partir da sociedade civil (como, por exemplo, no socialismo, com base no movimento trabalhista), na sociedade em rede, a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal. É esse o significado real da nova primazia da política de identidade na sociedade em rede. (Castells, 1999 (2), p.28).

Castells acredita que desta resistência comunal podem surgir os agentes da transformação social,

assim, de um lado, as elites globais dominantes que habitam o espaço de fluxos tendem a ser formadas por indivíduos sem identidades específicas (“cidadãos do mundo”); ao passo que, de outro lado, as pessoas que resistem à privação de seus direitos econômicos, culturais e políticos tendem a se sentir atraídas pela identidade comunal. (Castells, 1999 (2), p.419)

Não acredito que a sociedade civil possa ser desprezada e nem que a defesa de comunidades seja suficiente para uma transformação social. O conceito de uma sociedade civil global, como defende Liszt Vieira é importante. Vieira defende a construção de uma nova formatação da sociedade civil, que acredito ser pertinente, uma vez que não se pode visualizar a sociedade civil como restrita a Estados nacionais em nossa realidade global. O próprio autor resume bem esta idéia:

Apesar do abalo que vem sofrendo a cidadania pelo declínio do Estado territorial e da soberania nacional, a atuação transnacional das organizações da sociedade civil na salvaguarda da democracia e dos direitos humanos, bem como na luta pelo desenvolvimento sustentável e pela diversidade cultural, parece indicar que está em curso a tendência de constituição de uma sociedade civil global emergente. (Vieira, 2001, p. 29).

A defesa da cidadania torna-se um ponto fundamental nesta “sociedade civil global emergente”. O interesse em torno de uma transformação social ou de

“Um Outro Mundo Possível”, coloca-se acima das questões locais ou comunais. Desta forma Castells vê como agentes potenciais duas formas: os “profetas” e as “redes de mudança social”. Os “profetas” são “personagens simbólicas cujo papel não implica exercer a função de líderes carismáticos ou estrategistas extremamente perspicazes, mas sim emprestar uma face (ou uma máscara) a uma insurreição simbólica, de modo que possam falar em nome dos rebeldes”. (Castells, 1999(2), p.425). Como exemplo cita o caso do subcomandante Marcos, liderança do Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, que se tornou um ícone como movimento social na sociedade em rede, pelo uso, então, inovador dos novos meios de comunicação informacionais, que possibilitaram a ampliação da sua luta para além da sua localidade e seu país.

Já as “Redes de Mudança Social” são, de acordo com Castells, o

segundo e principal agente identificado em nossa jornada pelos campos povoados pelos movimentos sociais consiste em uma forma de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede, característica dos novos movimentos sociais, refletindo a lógica de dominação da formação de redes na sociedade informacional e reagindo a ela. Este é o caso do movimento ambientalista, construído em torno de redes nacionais e internacionais de atividade descentralizada.(...) São nesses recônditos da sociedade, seja em redes eletrônicas alternativas, seja em redes populares de resistência comunitária, que tenho notado a presença dos embriões de uma nova sociedade, germinados nos campos da história pelo poder da identidade. (Castells, 1999(2),p.426-427).

Ainda como outros exemplos temos os movimentos feministas, rebeldes contrários à ordem global, movimentos religiosos fundamentalistas. Estas “redes de mudança social” acredito que podemos perceber como “sociedade civil global”, mas Castells, por ter um conceito de sociedade civil ainda ligado à visão de projeto utópico, visão superada a partir do conceito de “autolimitação” de Cohen e Arato, não vê estes exemplos como uma sociedade civil global. Desta forma, apesar de Castells afirmar o oposto, acredito que o seu conceito de “redes de mudança social” e o de “sociedade civil autolimitada” estão relacionados e a sociedade civil global age exatamente neste sentido.

A importância das redes é destacada nas palavras de Castells:

Essas redes fazem mais do que simplesmente organizar atividades e compartilhar informações. *Elas representam os verdadeiros produtores e distribuidores de códigos culturais.* Não só pela Rede, mas em suas múltiplas formas de intercâmbio e interação. Seu impacto sobre a sociedade raramente advém de uma estratégia altamente articulada, comandada por um determinado núcleo. (Castells, 1999(2),p.426-427).

Essa nova sociedade a qual Castells se refere podemos perceber nos movimentos anti-hegemônicos que culminam no Fórum Social Mundial. Realmente há uma nova configuração nas lutas. A conquista do Estado para depois buscar a mudança, estratégia que marcou o século passado, agora passa a ser substituída – ou pelo menos compartilhada – pela luta social no cenário não institucional da política. Assim ocorre um fortalecimento de formas alternativas de fazer política. De

acordo com Slater, relacionando o enfraquecimento da estrutura de classes em favor de um renascimento da sociedade civil:

Enquanto a classe perde seu papel central, o renascimento do interesse pela sociedade civil e pelas relações entre Estado e sociedade em geral é acompanhado por uma busca de formas alternativas de “fazer política” numa variedade de contextos culturais e contra um pano de fundo de projetos normalizadores da ordem global”. (Slater, 2001, p.504).

Podemos afirmar que o Fórum Social Mundial e as lutas da sociedade civil global na sociedade em rede representam esta nova forma de fazer política, de se buscar novos espaços a partir de um radicalismo autolimitado. A transformação social e da ordem global passam a ser o ponto central e fundamentalmente político e a disputa hegemonia e contra-hegemonia se expõe de forma inovadora em nossa história, sem estar limitado a um princípio, a um conjunto de idéias específicas, mas sim à pluralidade, ao respeito das diferenças e defesa do pluralismo.



## **CAPÍTULO 3 – De Seattle a Porto Alegre: o FSM em construção**

Com o crescimento das lutas dos movimentos sociais, o Fórum Social Mundial, como um “movimento de movimentos”, passa a ser um pólo antagônico ao sistema hegemônico de globalização neoliberal, antes inexistente pois não havia esta resistência que hoje ocorre. O fim do bloco socialista, o conseqüente final da Guerra Fria e o triunfo das políticas neoliberais e sua ideologia deram ponto final aos grandes conflitos, instauraram o pensamento único em lugar da polarização. Com o passar do tempo, com o crescimento do papel das ONGs, dos movimentos sociais e cidadãos ao mesmo tempo localizados e globalizados, foi se formando uma crescente oposição da sociedade civil global ao modelo capitalista neoliberal. O Fórum Social Mundial pode ser visto como o ápice ou pelo menos um dos grandes momentos de demonstração deste discurso contrário ao discurso hegemônico.

### **3.1. Origens do FSM: a trajetória das lutas da sociedade civil global**

Organizado por ONGs e movimentos sociais de todo o mundo, o Fórum Social Mundial deve ser percebido como um processo que tem sua origem em diferentes ocasiões. Diversos movimentos e eventos deram início a um caminho culminou no Fórum Social Mundial, entre os quais podemos destacar a RIO-92, que, ainda que tenha um caráter distinto, sem ter uma relação direta com o Fórum, foi o primeiro grande encontro mundial de ONGs. De acordo com Lins Ribeiro,

Até o presente [2000], a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio em 1992, foi o maior cenário para a demonstração do significado que as ONGs e as redes eletrônicas têm na política contemporânea. (Ribeiro, 2000, p. 481).

Já o “Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo”, em 1996, em Chiapas, no México, organizado pelos zapatistas (EZLN), este sim de caráter já semelhante ao do FSM, foi o primeiro movimento internacional contra o neoliberalismo. Em janeiro de 1999, o “Outro Davos” já seria uma espécie de prévia do Fórum Social Mundial, iniciando um movimento marcado pelos protestos, mas também por suas proposições. Diversos movimentos se seguiram na oposição ao modelo neoliberal, à OMC, FMI, Banco Mundial, G-8, sendo a chamada “Batalha de Seattle”, em 1999, o principal marco destas lutas, por muitos considerado como o ponto de partida, o grande impulso, destas lutas anti-globalização neoliberal.

Com o aprofundamento das políticas neoliberais de beneficiamento do capital financeiro e dos grandes países liderados pelos EUA, as agências internacionais como FMI, Banco Mundial e OMC cada vez mais buscam um maior comprometimento dos demais países com as políticas liberalizantes que acabam por favorecer os mais fortes e ampliar as desigualdades. O Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) representava exatamente esta tentativa e por isso mesmo vinha sendo construído de forma sigilosa. Quando, em 1997, uma ONG canadense, o *Council of Canadians*, conseguiu uma cópia do esboço do projeto e o divulgou na Internet, formou-se um grande movimento internacional de ONGs e movimentos

sociais. Estava iniciado o movimento internacional da sociedade civil de oposição ao AMI e ao modelo de globalização neoliberal. Pela primeira vez a hegemonia neoliberal passa a ser confrontada e as resistências populares passam a se organizar.

A organização propriamente dita do movimento anti-hegemônico como se tem no Fórum Social Mundial, “nasce” nas manifestações do chamado “O Outro Davos”, em janeiro de 1999, como um movimento de oposição ao Fórum Econômico Mundial que se realiza em Davos, na Suíça.

### **3.1.1. A Batalha de Seattle: um ícone das lutas antiglobalização**

Na cidade norte-americana de Seattle, por ocasião da III Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em final de novembro de 1999, o dia 30 de novembro de 1999 entra para a história como o dia da “Batalha de Seattle”, marcando o início de um novo momento na configuração das lutas sociais contra o modelo hegemônico. Na data da abertura do evento, cerca de 50 mil manifestantes e representantes de diferentes movimentos e ONGs tomam o centro de Seattle, tornando impossível a realização do evento e tendo como consequência a forte repressão policial. As delegações oficiais não puderam sair de seus hotéis e a abertura foi cancelada. A sociedade civil passa a jogar um importante papel nos rumos da política mundial. De acordo com Silvano Santiago em seu artigo para o Jornal do Brasil, citado por Liszt Vieira:

*(a) batalha de Seattle significou inicialmente uma luta da participação ética contra a elaboração secreta de tratados multilaterais; significou posteriormente a denúncia mundial do modo como o direito internacional está tendo suas aplicações corrompidas pela força econômica norte-americana, aliada ao capital multinacional. Significa ainda a desconstrução dos alicerces de que se valem os burocratas para o fundamento de um Império depois da Guerra Fria. Trabalho ruidoso e benéfico da sociedade civil. (Santiago apud Vieira, 2002, p.106).*

Neste momento pode-se verificar a primeira organização de maior vulto por parte das ONGs, e que surge “nos campos anárquicos da Internet” (Vieira, 2001, p.104) . A sociedade civil global passa a participar ativamente dos grandes debates sobre os rumos da humanidade, ainda que de forma periférica. O fracasso da Conferência de Seattle demonstra a importância deste movimento internacional. Como descrevem Seoane e Taddei,

Em escala mundial, Seattle foi o “batismo de fogo” e o momento de consolidação deste vasto, diverso e novo movimento planetário contra a injustiça. Seattle é impensável sem as lutas prévias e sua súbita “irrupção midiática” contrasta com o amplo e metódico trabalho militante realizado há meses “para surpreender o mundo e adiantar a chegada do milênio”. (Seoane & Taddei, 2001, p.163-164).

### 3.2. O “espírito de Seattle” até a criação do FSM: um movimento crescente

O “espírito de Seattle” passa a ser marca registrada das muitas manifestações que se seguiram ao redor do mundo. Vários outros movimentos de protesto “antiglobalização” passaram a ocorrer nas reuniões dos organismos internacionais como FMI, OMC e Banco Mundial em Washington, Melbourne, Montreal, Genebra, Praga e Nice, culminando na organização do Fórum Social Mundial no ano de 2001. Mesmo assim não se pode também cair em uma simplificação linear evolutiva, como destacam Houtart e Polet:

Colocar em evidência o parentesco entre as posições do *Outro Davos* e as do Fórum Social Mundial não pretende fazer desse primeiro encontro uma profecia auto-realizadora - o movimento contra a globalização neoliberal construiu-se progressivamente, baseado em uma convergência de atos e de discursos em Seattle, Praga, Genebra, Bangcoc. Ajuda, no entanto, a perceber o Fórum Social Mundial como uma etapa crucial de um grande movimento de convergência, em que homens e mulheres – portadores, há vários anos, de experiências, de propostas e de lutas – agrupam-se para criar um espaço de troca e de debates, visando ao amadurecimento e à concretização dessas alternativas. (Houtart & Polet, 2002, p.164).

O FSM é resultado do acúmulo de cada movimento, de cada protesto, da formação de uma discussão mundial, formando uma rede que cresce a cada ano e se organiza cada vez mais. E, ainda de acordo com Houtart e Polet, Porto Alegre é a manifestação, a atualização de um processo latente em obra há vários anos - o de um movimento de convergência mundial de ações e visões de movimentos sociais e

de entidades (sindicatos, ONGs, intelectuais, jornalistas, estudantes, igrejas, etc.) representativas da sociedade civil, colocando novamente em questão a globalização tal como hoje se faz. Os dois principais motores desse processo, que mutuamente se geram são:

- 1) A progressiva conscientização, por parte de diferentes movimentos sociais no mundo todo de que têm interesses comuns e de que seus adversários, portadores de interesses opostos, são os mesmos (...)
  - 2) A progressiva conexão em rede dessas organizações, que é consequência insuspeitada das últimas revoluções tecnológicas“.
- (Houtart & Polet, 2002, p.165).

Importante perceber o Fórum Social Mundial como um processo, em que o “espírito de Seattle” está presente, mas não é o princípio que o norteia. O caráter puramente contestatório e muitas vezes violento de Seattle passa a ser substituído pela reflexão, proposição e troca de idéias e experiências. Nas palavras de Sérgio Haddad, presidente da ABONG (Associação Brasileira de ONGs) e membro do comitê organizador do Fórum Social Mundial<sup>1</sup>:

*- Entendo que o Fórum Social Mundial tenha, sim, identidade com o espírito contestatório de Seattle, mas vá além, ao ser principalmente um espaço propositivo de alternativas ao atual modelo de globalização. O Fórum Social Mundial é contrário a atos de violência no âmbito das mobilizações antiglobalização, e não à sua natureza contestatória. (Haddad, 2002).*

---

<sup>1</sup> Publicado na Folha de São Paulo, dia 22/01/2002

Desta forma é importante a história destes movimentos (a globalização neoliberal, a organização da sociedade civil global, o surgimento de um movimento internacional de oposição ao modelo hegemônico) para compreendermos o Fórum Social Mundial. A partir desta trajetória de protestos e manifestações e o crescimento das discussões, vejo que a análise de Cohen & Arato para os movimentos sociais de um momento de construção de identidade seguido de um momento de institucionalização como adequados para entender o FSM. As manifestações para a construção da imagem do movimento - até mesmo por sua importância performática, midiática - é fundamental para o momento institucional, formal, como o Fórum Social Mundial. Institucionalização entendida não como formalização na sociedade política, mas na própria sociedade civil. O papel de influência exercido pelos movimentos sociais em relação à sociedade política, também destacado por Cohen & Arato, fica claro, uma vez que a sensibilização da sociedade e o reconhecimento de políticas equivocadas, como a retirada da discussão da AMI em outubro de 1998, são demonstrações da influência do movimento da sociedade civil global nos organismos internacionais. A “batalha de Seattle” também é uma demonstração desta influência. De acordo com Liszt Vieira,

O fiasco da Conferência de Seattle entrou para a história das conferências internacionais. Não apenas pela posição dos países pobres, que se rebelaram contra a exclusão nas principais negociações, como também pela influência inédita das ONGs, tanto nas ruas quanto nas negociações. (Vieira, 2002, p.102).

Importante deixar claro que reconhecemos que o Fórum Social Mundial reflete ainda os dois momentos. As manifestações são também parte importante e

caracterizam o evento. Mais ainda acredito que o “Acampamento da Juventude” representa exatamente este “espírito de Seattle” e a conexão direta com os movimentos contestatórios.

### **3.3. Internet, cibercultura e o FSM: o “contragolpe” global**

O crescimento das redes virtuais com o avanço da Internet foi fundamental para o crescimento da rede de movimentos e ONGs que resultaram no Fórum Social Mundial. A chamada cibercultura, decorrente do crescimento do ciberespaço, dá origem a um novo tipo de militante, o “cibercompanheiro” (Ribeiro, 2000), isto é, aquele que participa de uma discussão, de uma luta, ainda que esteja do outro lado do mundo, através da Internet. São os companheiros do ciberespaço, que participam de uma luta comum através de uma comunidade virtual, conectada pela Internet. Desta forma não apenas se assiste ao que acontece no mundo, mas se torna possível participar. É o que Lins Ribeiro chama de “ativismo à distância”. Segundo ele,

A Internet permite não apenas o testemunho à distância, mas, mais ainda, a possibilidade do “ativismo à distância”, “com uma forte capacidade de intervenção no curso dos acontecimentos reais. Apenas a Internet possibilita o “ativismo à distância” instantâneo, coletivo e descentralizado. Em outra operação paradóxica do ciberespaço, ele amplia a esfera pública e a ação política através do mundo e as reduz no mundo real. (Ribeiro, 2000, p.492).



Desta forma, uma das características da globalização, que é a simultaneidade de tempo e espaço, passa a ser usada contra o sistema hegemônico. O Fórum Social Mundial pode ser visto como o momento em que a sociedade civil transnacional virtual, ciberespacial, está em um lugar real, ainda que não restrita a este lugar. A comunidade virtual passa a ser real. Estão todos, ou pelo menos aqueles que puderam estar ali naquele momento, reunidos no mesmo espaço, agora não mais virtual, não mais apenas conectados na rede mundial de computadores, mas na cidade de Porto Alegre, no Brasil. Este momento é fundamental para este “movimento de movimentos”, esta rede de movimentos sociais e ONGs.

Por mais que a comunicação virtual e a formação de uma rede virtual se caracterizem pela facilidade de comunicação e sejam fundamentais para a constituição da sociedade civil global e das redes de mudança social, o real, no sentido do contato face-a-face, do intercâmbio direto de conhecimentos, de culturas, de experiências, é também muito importante, pois é o evento que dá visibilidade para o discurso anti-hegemônico. Os “ciber-companheiros” passam a ser também companheiros. Cibercultura passa a ser culturas compartilhadas e o ciberespaço passa a ser Porto Alegre.

#### **3.4. Fórum Social Mundial: apresentação**

O Fórum Social Mundial pode ser dividido em pelo menos dois principais pólos organizativos. Um, que é o Fórum propriamente dito, realizado na PUC-RS e

seus seminários, palestras, testemunhos e conferências. Esta parte é mais burocratizada, formal, com diversos movimentos sociais e ONGs, até grandes nomes do pensamento da esquerda mundial. Já o outro é a parte de maior informalidade, representado principalmente pelo “Acampamento da Juventude”, que reuniu milhares de ativistas sociais de todo mundo, principalmente jovens. Acredito que este é o que representa melhor uma continuidade dos movimentos originados no “Outro Davos” e Seattle. Com uma maior rebeldia e contestação, além de propostas e discussões, assim como o próprio Fórum.

O Fórum Social Mundial é global, no sentido que abrange organizações de todo mundo, mas é formado por movimentos sociais e ONGs de características locais, que se encontram para trocar experiências, suas problemáticas, suas alternativas e seus avanços. É, assim, um grande evento mundial, uma vez que se teve na primeira edição 1.500 organizações inscritas e 4702 delegados, e na segunda edição 4.909 organizações inscritas e 123 países representados por 12.274 delegados. O Fórum representa o ponto de encontro e de partida dos movimentos sociais e ONGs do mundo todo. Ponto de encontro pois foi o momento que os movimentos sociais e ONGs de todo mundo passaram a se encontrar e discutir; e ponto de partida pois a partir dele passou a haver uma maior organização dos movimentos e uma luta “antiglobalização” mais centralizada ou unificada. Acredito que seja exatamente a “antiglobalização”, portanto um caráter de negatividade a principal característica do Fórum Social Mundial, mas isto não nos diz muita coisa, uma vez que o próprio termo globalização é um tema muito controverso. O seu caráter de negatividade também aparece quando se coloca como “anti-

Davos”, como oposição ao Fórum Econômico Mundial, não só pelos grupos e idéias, mas pela própria data dos eventos que são simultâneos desde a criação do Fórum Social Mundial.

Assim se tem como característica importante do FSM é a idéia de alternativa de um espaço democrático e sem intuito de construir uma hegemonia e uma linha de pensamento, mas ao contrário, construir diferentes propostas referentes às suas localidades ou especificidades ideológicas, que juntas devam buscar um mundo melhor, sem construção de lideranças ou espaços diferenciados de poder. Daí a dificuldade de se traçar uma unidade, respeitando a pluralidade de pensamento.

Acredito ser a idéia do Fórum Social Mundial como um “movimento de movimentos” importante para sua definição e para sua análise. É um grande encontro mundial de movimentos sociais e ONGs, desta forma é um movimento que envolve um grande número de movimentos. Não é uma síntese, um consenso entre os movimentos, mas sim um espaço para os movimentos discutirem e trocarem idéias e ações. Assim uma análise do Fórum Social Mundial como movimento pode ser feita. A partir de Cohen & Arato podemos utilizar algumas idéias sobre sociedade civil e movimentos sociais que se enquadram no caso do Fórum Social Mundial. Primeiramente a superação da visão de movimentos sociais como busca do poder institucional e, conseqüentemente, sua institucionalização. A noção de influência é fundamental, pois é neste âmbito que opera o FSM como um espaço discursivo.

Um segundo ponto a partir de Cohen & Arato é a idéia de duas etapas dos movimentos sociais, a primeira de formação de identidade e a segunda de inclusão e institucionalização. Importante é perceber que esta institucionalização não deve ser vista como um encaminhamento à sociedade política, mas sim uma inclusão e formalização maior das lutas. Portanto o FSM, se percebermos sua linearidade com os movimentos que o precederam, é antecedido por um momento de formação de identidade, isto é, a formação das lutas antiglobalização dispersas pelo mundo, caracterizada por uma resistência e servindo para unificar um conjunto de lutas, dando sentido a um grande número de movimentos sociais e ONGs. Gerando, assim, uma unidade, uma identidade comum diferente da identidade de cada ONG ou movimento social. O momento de inclusão e institucionalização é o próprio FSM, que não só se caracteriza pela resistência, mas também pela sua organização e formação de um espaço formal de discussão e debates.

Segundo Cohen & Arato, a racionalidade da ação coletiva se caracteriza em um primeiro momento por ser expressiva (protestos, manifestações), e em um segundo momento por ser instrumental (buscando formas para “um outro mundo possível”). A estrutura organizativa pode ser diferenciada por um primeiro momento informal (de lutas) e um segundo momento formal (de discussão, debates). Acredito ser o Fórum Social Mundial uma demonstração desta racionalidade.

### 3.5. A construção do Fórum Social Mundial

A definição de Porto Alegre como cidade para realização do Fórum Social Mundial não se deu por acaso. Porto Alegre se tornou um ícone das políticas de esquerda, assim como no período de 1999 a 2002, o Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre é governada desde 1989 pelo Partido dos Trabalhadores, e a implementação do Orçamento Participativo a alavancou como exemplo de participação popular, representando um avanço democrático, passando Porto Alegre a ser um forte símbolo e um importante exemplo de administração para a esquerda mundial. Diferentes autores e defensores do Fórum Social Mundial destacam a importância da cidade de Porto Alegre Seoane e Taddei, por exemplo, ao retratar o Fórum Social Mundial como a “Primavera de Porto Alegre”, destacam que

A cidade de Porto Alegre e sua experiência de doze anos de gestão democrática materializada na inédita experiência do orçamento participativo, promovida pelo governo municipal de esquerda que encabeça o Partido dos Trabalhadores do Brasil, reuniu o consenso unânime dos promotores da idéia como o lugar mais adequado para realizar essa convocatória. (Seoane & Taddei, 2001, p.151)

Ainda que seja resultado de diferentes movimentos, que tenha participação de milhares de militantes de todo o mundo, a idéia do Fórum Social Mundial parte, como cita o próprio, por iniciativa de Bernard Cassen (diretor-geral do Le Monde Diplomatique e presidente da Associação pela Tributação das Transações Financeiras de Ajuda aos Cidadão (ATTAC) da França, ONG internacional que já atuava desde 1998 nos combates contra a globalização neoliberal), juntamente com

Francisco Whitaker (secretário da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e Oded Grajew (diretor da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania – CIVES). Ao se reunirem para discutir uma proposta de construção de um “anti-Davos”, em decorrência do sucesso obtido em mais de oitenta manifestações contra a OMC, na França, organizados pela ATTAC, e o relativo sucesso do seminário anti-Davos em Zurique, em 2000, definiram o Porto Alegre como local. Nas palavras de Cassen:

- O anti-Davos não poderia ser na França, país muito próximo da Suíça: era preciso uma ruptura geográfica e simbólica, que seria dada por sua realização numa cidade do Sul. De longe o Brasil me parecia ser o melhor candidato, tendo em vista a potência de seus movimentos populares e os apoios políticos e logísticos com os quais poderíamos contar. E, no Brasil, a cidade de Porto Alegre me parecia a mais adequada, tendo em vista a sua experiência de democracia participativa, mundialmente conhecida como o orçamento participativo. (Cassen, 2001, p.16).

Uma vez que seria uma oposição ao Fórum Econômico Mundial a substituição apenas do adjetivo, mudando a ênfase retrataria o objetivo do evento. Daí então Fórum Social Mundial. Já a data foi definida com o objetivo de manter esta oposição a Davos, por isso seriam eventos simultâneos. De acordo com Cassen: “Era uma maneira também simbólica e, ao mesmo tempo, mediática de oferecer uma clara escolha: ou Davos ou Porto Alegre” (Cassen, 2001, p.16). Portanto foi nesta reunião que se definiu o local, o nome e a data do evento. Estava criado o Fórum Social Mundial.

O apoio logístico e financeiro da cidade de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul garantiu a organização do Fórum. Foi criado um comitê internacional e um comitê brasileiro, que ficou como seu braço executivo. Daí em diante a tarefa principal foi de organização e divulgação do Fórum Social Mundial até janeiro de 2001.

## CAPÍTULO 4 - O Fórum Social Mundial

Após todo o processo de construção, de lutas e de protestos finalmente se concretiza o Fórum Social Mundial em Porto Alegre. O Fórum Econômico Mundial passa a ter um inimigo constituído no sul do Brasil. Mas como se estrutura este evento, que é parte de um amplo processo? Como organizar milhares de pessoas, movimentos sociais, ONGs, ativistas sociais das mais diferentes localidades, abordando os mais variados temas, mas sempre tendo em vista o *slogan* do Fórum, a idéia de que um “Outro Mundo é Possível”?

Primeiramente é preciso esclarecer que, ao contrário do Fórum Econômico Mundial em Davos, o Fórum Social Mundial não se restringe a um local, a um tipo de atividade centralizada e com participação de autoridades internacionais e executivos de grandes empresas. Uma das características do FSM é, além da pluralidade temática e de participantes, uma variedade de atividades distintas e em locais também bem diferenciados.

O FSM não se resume a parte formal de conferências, oficinas e testemunhos. O seu movimento na cidade de Porto Alegre, o seu potencial simbólico de contestação anti-hegemônica e os milhares de ativistas sociais e manifestantes que se reuniram para trocar informações, discutir e propor alternativas para “Um Outro Mundo Possível”, além dos momentos de arte e cultura - em que o discurso contra o modelo dominante da globalização neoliberal sempre foi central – demonstram que o Fórum Social Mundial é um evento (sempre entendido como parte de um processo) muito amplo e de diferentes manifestações



sociais, políticas e culturais. Apenas por metodologia, como forma de análise este estudo se restringe às oficinas e conferências, sem, desta forma, negar a grandeza e importância de outros momentos do Fórum.

Um momento importante e extremamente simbólico foi o debate ao vivo realizado através de uma teleconferência com o Fórum Econômico Mundial de Davos, no dia 28 de janeiro. Este momento serviu para deixar claro o caráter de oposição entre os dois Fóruns e também para que a força simbólica do Fórum Social Mundial fosse percebida nos alpes suíços, assim como no mundo todo.

Não foi propriamente um diálogo. Nem poderia ser. As diferenças entre Davos e Porto Alegre se mostraram muito maiores que as possibilidades de uma conversa amigável. Por isso, a teleconferência teve um clima de guerra entre os representantes dos países pobres e ricos, que se encontraram num domingo quente, no Brasil, e gelado, na Suíça. (Assunção, 2001 (2), p.71).

O Acampamento da Juventude, com milhares de jovens de diferentes países, também é outro ponto importante e que deve ser ressaltado. Ele representa a parte não-formal, o que não quer dizer que não seja organizado. O Acampamento representa não só as mais diversas discussões e polêmicas tratadas no Fórum Social Mundial como também o local no qual diferentes propostas são testadas, são postas em prática, como em temas relativos à gestão democrática e auto-sustentável.

O principal local de atividades que é o campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) é bem distinto do Acampamento da Juventude, que ocorre em um parque da cidade. Esses dois pólos organizativos representam duas diferentes formas de constituição do Fórum Social Mundial. Na PUC-RS se realiza a parte mais formal, propositiva, diferente dos protestos que caracterizavam até então o movimento antiglobalização; enquanto no Acampamento da Juventude a informalidade e ao mesmo tempo a atividade prática de muitos movimentos representam uma continuidade dos movimentos de protestos, ainda que as atividades fossem de diversos tipos, e houvesse um grande número de discussões, debates e palestras, além de uma estrutura muito bem organizada.

Para uma melhor análise, este trabalho aborda as atividades ocorridas quase todas na PUC-RS<sup>2</sup>, mais especificamente as oficinas e conferências, pois representam a diversidade de discussões e propostas, assim como os grandes debates que marcaram este primeiro Fórum Social Mundial. Não é possível acompanhar na íntegra todas as atividades, por isso as oficinas são analisadas apenas por suas temáticas, a partir do programa disponibilizado no evento, classificando-as e buscando encontrar sua diversidade e os temas mais recorrentes.

Já as conferências são analisadas a partir do material disponível, seja por publicações posteriores ao Fórum Social Mundial, seja em material disponível no *site* oficial do Fórum Social Mundial na Internet ([www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br))<sup>3</sup>. Importante esclarecer que nem todas as conferências resultaram em registros, mas

---

<sup>2</sup> As conferências e a maioria das oficinas ocorreram na PUC-RS. Algumas oficinas se realizaram em outros locais como em prédios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Desta forma as citações feitas serão sempre referidas com o nome do autor e as iniciais FSM, o que significa que foram extraídas da mesma fonte, o site do Fórum Social Mundial na internet.

em sua maioria há pelo menos textos que, se não são as íntegras das conferências, são as bases das exposições de cada conferencista e que demonstram o que foi tratado em cada conferência. Acredito ser possível dessa forma analisar uma parte importante e a mais relevante do Fórum Social Mundial.

#### **4.1. Eixos Temáticos**

O Fórum Social Mundial foi dividido em quatro Eixos Temáticos, os quais abarcam os principais temas a serem debatidos. Esta divisão entre eixos ocorre nas conferências. Nesta primeira edição as oficinas não foram divididas nos eixos temáticos<sup>4</sup>. Estes eixos acabam por ser uma síntese do que é relevante e deve ser discutido nas conferências.

Os quatro eixos temáticos são:

1. A Produção de Riquezas e a Reprodução Social
2. O Acesso às Riquezas e a Sustentabilidade
3. A Afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos
4. Poder Político e Ética na Nova Sociedade

---

<sup>4</sup> Houve uma divisão das oficinas entre os eixos temáticos durante a realização do Fórum Social Mundial, modificando a sua estrutura. A reformatação não foi formalizada e por isso manteve a estrutura original para a análise, fiel à formalidade do Fórum Social Mundial, que permite que a grade de oficinas apresentada no Programa Oficial seja utilizada como objeto de pesquisa. Como minha análise não se prende às oficinas em si, mas aos temas abordados, acredito que as temáticas discutidas foram as mesmas, apenas formatadas de forma diferente.

## 4.2. OFICINAS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

A partir do Programa Oficial do Fórum Social Mundial se fez um levantamento das 397 oficinas oferecidas. Foi feita a numeração para possibilitar a classificação. Assim o número de cada uma foi dado de acordo com a ordem como estão apresentadas no Programa Oficial. As oficinas do Fórum Social Mundial foram classificadas em 25 temas. Após uma primeira análise foi feito um levantamento dos temas tratados se chegando às 25 categorias finais que abrangem a totalidade temática, que, como toda classificação, como toda síntese, não representa de fato a totalidade das questões abordadas. A lista das 397 oficinas de acordo com o programa e a distribuição destas entre os 25 temas estão no anexo desta dissertação.

No *quadro 1*. podemos verificar os temas enumerados e a ocorrência deste temas nas oficinas. O enfoque se dá sobre os temas tratados ou relacionados e não especificamente à oficina em si. A impossibilidade da análise das oficinas e a necessidade de um levantamento dos temas tratados acabaram por direcionar a análise neste sentido e levou a fazer com que uma oficina pudesse aparecer em diferentes categorias, dependendo da sua amplitude temática. Assim em um número de 397 oficinas classificamos 546 ocorrências distribuídas nos 25 temas.

## Oficinas do Fórum Social Mundial 2001 - quadro 1.

<b>TEMA</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>
Multiculturalismo (gênero, sexo, raça, etnias)	59
Globalização	42
Democracia / Participação	39
Desenvolvimento Sustentável / Ecologia/ Agricultura / Transgênicos	36
Educação / Crianças	36
Trabalho / Emprego / Sindicatos	30
Neoliberalismo / Capitalismo	27
Saúde	26
Políticas Sociais / Voluntariado	26
Juventude / Movimento Estudantil / Universidade	22
Direitos Humanos	22
Movimentos Sociais / Sociedade Civil Global	21
Organismos Internacionais	19
Produção e Distribuição de Riquezas	18
Comunicação / Jornalismo / Internet / Software Livre	18
Estado / Poder Público	18
América Latina	16
Exclusão Social	15
Violência Internacional / Armamentos	14
Responsabilidade Social	13
Violência (racial, de gênero, étnica,..)	12
Socialismo / Revolução / Internacionalismo	5
Outros	5
Religiosidade	4
Migração	3
<b>TOTAL (25)</b>	<b>546</b>

Estas 25 categorias demonstram a multiplicidade dos temas. Podemos perceber a distribuição quase homogênea entre os diferentes temas. O tema do *Multiculturalismo* ficou com um número bem acima dos demais por abranger um leque maior de subtemas como as discussões de gênero e feminismo, questão racial e étnica e discriminação dos homossexuais. Já os temas menos freqüentes foram o *Socialismo/Revolução/ Internacionalismo*, com apenas cinco ocorrências, mesmo número da categoria *Outros*, que se refere às oficinas com temas que não se enquadravam em nenhuma das categorias. O tema *Religiosidade* foi o de menor freqüência, com somente quatro oficinas. *Globalização, Democracia / Participação, Desenvolvimento Sustentável / Ecologia / Agricultura / Transgênicos, Educação / Crianças, Trabalho / Emprego / Sindicatos, Neoliberalismo / Capitalismo, Saúde e Políticas Sociais / Voluntariado* também aparecem com uma ocorrência grande e são temas centrais nas discussões do Fórum Social Mundial.

As oficinas variam na abrangência de seus temas, sendo algumas bem específicas, como por exemplo, *TRANSGÊNICOS: SOLUÇÃO OU AMEAÇA, BOICOTE AO BANCO MUNDIAL*, ou ainda *A DESTRUIÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA*. Já outras são muito abrangentes, abordando diversos temas, como por exemplo a oficina oferecida pela *Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme*:

#### *EIXO I*

1. *MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA*
2. *COMÉRCIO INTERNACIONAL, OMC E REGULAMENTAÇÃO CIDADÃ*
3. *MOEDAS SOCIAIS*
4. *REFORMA AGRÁRIA*

#### *EIXO II*

1. *GESTÃO DURÁVEL DA ÁGUA*
2. *EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE*
3. *AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTÍCIA*

#### 4. *TRANSGÊNICOS E RECUSA À PRIVATIZAÇÃO DOS ORGANISMOS VIVOS*

##### *EIXO III*

1. *INTERCULTURALIDADE*
2. *ARTE, ARTISTAS E IDENTIDADE CULTURAL*
3. *FORMAÇÃO DE LÍDERES SOCIAIS*

##### *EIXO IV*

1. *GOVERNANÇA, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS*
2. *CONSTRUÇÃO DA PAZ: O CASO COLÔMBIA*

É claro que nem todas são tão específicas ou abrangentes. Há aquelas que são até específicas, mas abordam mais de um tema, por isso sendo classificadas em mais de uma temática, como nos casos seguintes: *MARXISMO E FEMINISMO*; *ALCA E DIREITOS HUMANOS* ou *JUVENTUDE E TRABALHO/EDUCAÇÃO/ALCA*. Isto ainda sem esquecermos o fato de que certos assuntos são tratados em algumas oficinas, ainda que não estejam nos seus títulos. Principalmente em temas como globalização, neoliberalismo, democracia, políticas sociais, desenvolvimento sustentável, exclusão e multiculturalismo, é muito difícil que estas questões não se entrecruzem, não se relacionem. A classificação realizada é apenas de caráter analítico, uma construção do observador, do pesquisador, de forma a possibilitar a realização de uma análise dos temas abordados. As oficinas não são estanques nem restritas a um tema único.

Isto demonstra a grande quantidade de assuntos abordados, comprovando a grande multiplicidade, que, acredito, é uma característica central do Fórum Social Mundial. Algumas oficinas tratam da contestação ao modelo dominante, como *ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES INTERNACIONAIS CONTRA A GLOBALIZAÇÃO* ou *A RESISTÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: 1. ECONOMIA PARASITÁRIA, EXCLUSÃO SOCIAL E AUTORITARISMO; 2. A RESISTÊNCIA E LUTA DOS POVOS*

### *CONTRA O NEOLIBERALISMO; 3. A CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA À BARBÁRIE*

Outras oficinas tratam de alternativas a este modelo, *A ALTERNATIVA POLÍTICA À MUNDIALIZAÇÃO LIBERAL* ou *TAXA TOBIN E CONTROLE DE CAPITAL* e outras tratam de questões sociais, políticas ou culturais, mas que não se referem diretamente à questão sistêmica: *VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL* ou *TRIAGEM, ENCAMINHAMENTO, ACONSELHAMENTO PARA PESSOAS USUÁRIAS DE DROGAS E/OU PORTADORES DE HIV/DOENTES AIDS*. Ainda há também as que se referem a questões pontuais, mas relacionadas ao tema central da globalização neoliberal, como por exemplo: *IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO NO MEIO AMBIENTE: FOCO NO SETOR DE PESCA* ou *IMPACTO DO NEOLIBERALISMO SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS*.

Assim como em relação aos temas, a forma de abordagem também pode ser variada, não se restringindo apenas à crítica ou à proposição de alternativas. O que se pode concluir analisando-se as oficinas é que há uma riqueza de temas, de assuntos e questões levantadas, em que a diversidade é a sua principal característica, ainda que sempre inserida no marco anti-hegemônico que unifica o Fórum Social Mundial.

#### **4.3. CONFERÊNCIAS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL**

Cada eixo temático teve um painel por dia, cada dia um assunto diferenciado, mas dentro da temática do eixo. Desta forma, entre 26 e 29 de janeiro cada eixo



temático teve quatro painéis onde estiveram presentes como participantes especialistas das mais diversas localidades e áreas de atuação. As conferências representam os momentos em que os temas mais importantes são discutidos e diferentes alternativas são propostas, a partir de experiências de militantes de movimentos sociais e trabalhos de intelectuais de diversas áreas. Acredito ser este o momento diferencial do Fórum Social Mundial em relação à história dos movimentos antiglobalização que o originaram. As lutas e protestos dão espaço às discussões debates e apresentação de propostas, mas sem perder seu caráter contestatório. Desta forma torna-se fundamental analisarmos cada eixo e seus debates, para a partir daí podermos visualizar com maior clareza as principais discussões e propostas sugeridas.

O importante nesta análise das conferências é o conteúdo geral de todas elas. Algumas apresentações são maiores, mais ricas em dados e informações, outras nem tanto, e desta forma a análise poderá ser um pouco maior ou menor de acordo com essas características.

Como complemento da análise, principalmente no caso das exposições não disponíveis e correção ou complementação de informações do *site do Fórum Social Mundial*, utilizei as sínteses dos Eixos Temáticos, escritas por Jéferson Assunção, contidas no livro *FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: A Construção de Um Mundo Melhor*, organizado por Antonio David Cattani. Mais uma vez esclareço que acredito ser melhor evitar a utilização de textos sobre o Fórum, a não ser em alguns casos elucidativos, pois em grande parte são apologéticos e defensores do Fórum Social

Mundial, o que pode acarretar em um posicionamento forte de defesa do objeto pesquisado, o que não é objetivo deste trabalho, ainda que possa concordar com alguns posicionamentos e questões suscitadas.

#### **4.3.1. Conferências Eixo I - A produção de riquezas e a reprodução social**

O Eixo I das conferências tratou principalmente da questão econômica de crítica ao capitalismo, neoliberalismo e globalização; propostas alternativas como regulação e taxação das transações financeiras internacionais, principalmente a Taxa Tobin; um controle do comércio internacional de forma que se busque maior justiça e não se prejudique os mais fracos; a responsabilidade social e; a defesa da terra através de diferentes visões da questão agrária.

##### **4.3.1. 1. Como construir um sistema de produção de bens e serviços para todos? dia 26 de janeiro de 2001**

Esta primeira conferência do Eixo I tratou de economia, relações de trabalho, neoliberalismo, globalização e possibilidades de um sistema socialista. Podemos perceber que ela se refere diretamente à questão central de crítica à globalização neoliberal e à proposição de alternativas de mudança.

Em sua apresentação chamada “La economía de EEUU y de América Latina en las últimas décadas”, o economista chileno Orlando Caputo analisa a diferença entre as economias dos Estados Unidos e da América Latina. Com vários dados e informações sobre estas economias nos respectivos períodos, Caputo, demonstra

como o neoliberalismo foi prejudicial à América Latina e benéfico aos Estados Unidos, mas mesmo assim aumentou o desemprego e arrocho salarial.

Francisco dos Reis abordou o papel das empresas e ONGs na América Latina na tentativa de sair do neoliberalismo. Destacou o papel da ALAMPYME (Associação Latino Americana de Pequenos e Médios Empresários), da qual era, então, o presidente, valorizando a “aliança entre pequenos produtores, trabalhadores, setores da agricultura e intelectuais”. Fazendo uma crítica à “teoria econômica da eficiência”, em que o “verdadeiro e único objetivo final é a acumulação de bens e dinheiro”, ele propõe um sistema de produção de bens e serviços para todos, a partir de uma visão da política que é “a busca de integração das ONGs em cada um de nossos países”. Reis ressalta a importância do Fórum Social Mundial e conclui que:

Nós, das pequenas e médias empresas, nos reunimos para reclamar e para alertar que o sistema imposto pela economia do mundo globalizado está absolutamente esgotado, pois tem gerado as piores misérias, as piores degradações jamais vistas pela raça humana. Este modelo está falido e estamos dispostos a continuar com esta discussão e com este debate até achar caminhos e alternativas que coloquem um ponto final nessa concepção da economia de mercado. (Reis, FSM, 2001).

Jorge Beinstein, economista argentino, reformula a pergunta central desta conferência, substituindo por: “como construir um sistema socialista”? Beinstein analisa a “crise do capitalismo”, em que “o que nós estamos vendo no fim deste século é um capitalismo preso ao parasitismo financeiro, que para mim já se trata de

um capitalismo realmente senil e decadente”; “a experiência socialista no século XX”; “a necessidade de recompor um projeto socialista para o século XXI”, a partir de conceitos como “democracia de base”, “coletivismo plural e democrático” e “democracia pós-capitalista”, buscando a “desarticulação dos sistemas de dominação”. Beinstein cita o caso cubano como “exemplo concreto das reflexões anteriores”; e a partir da reflexão sobre a América Latina percebe “uma generalização do protesto e da luta”. (Beinstein, FSM, 2001).

A socióloga brasileira Helena Hirata tratou das relações de trabalho no quadro da globalização e as formas de reorganização da produção. A flexibilidade é vista como uma das principais características do capitalismo globalizado, bem como uma das expressões que marcam o discurso globalista em diversos setores da área econômica e social.

O economista egípcio Samir Amim, diretor do Fórum Mundial de Alternativas, se reporta ao ponto central do Fórum Social Mundial que é a crítica ao neoliberalismo e ao modelo hegemônico da globalização, tratando da nova fase do capitalismo ou do que ele chamou já no título de sua apresentação - “cure de rajeunissement du capitalisme sénile” - de “capitalismo senil”. Na sua apresentação Amim faz uma longa abordagem muito rica em informações e, portanto difícil de ser sintetizada, mas acredito que alguns pontos fundamentais possam ser abordados.

O conferencista destaca a existência de um discurso dominante que exclui qualquer possibilidade de alternativa e traça um histórico do capitalismo como a

história de conflito permanente entre a lógica da acumulação capitalista e aquelas comandadas por outros interesses (sociais e nacionais). Amim descreve a crise do final do século XX como uma crise estrutural e que as soluções são equivocadas, sugerindo como alternativa a formação de um novo projeto social coerente que não seja regido pela lógica exclusiva da rentabilidade. Esta crise ocorre no momento da terceira revolução tecnológica que transforma profundamente os modos de organização do trabalho e que os movimentos sociais de trabalhadores perdem sua eficácia e buscam novas formas, destacando a importância de Seattle e Porto Alegre para a consolidação destes movimentos.

Amim também faz uma crítica ao sistema neoliberal e seu discurso anti-Estado, à financeirização do capital, vista como resultado da crise estrutural, a concentração deste capital que não pode se desenvolver indefinidamente desligado da economia real ; ao imperialismo imanente ao capitalismo (a globalização como a ideologia arrogante de nosso tempo e como sinônimo de imperialismo) ; e à ideologia americana que coloca a hegemonia dos Estados Unidos, a ideia de paz universal, democracia e progresso material como termos indissociáveis e na realidade não o são. E ainda, como alternativa, vê em um novo socialismo democrático, articulando a solidariedade de todos como caminho possível :

La thèse que seul le socialisme peut répondre aux problèmes de ces sociétés reste vraie, si l'on entend par socialisme non une formule achevée et prétendue définitive, mais un mouvement articulant la solidarité de tous, mis en œuvre par des stratégies populaires assurant le transfert graduel et organisé de locéan des réserves vers les enclaves modernes par des moyens civilisés ; cela exige la déconnexion, cest à dire la soumission des rapports extérieurs à la

logique de cette étape nationale et populaire de la longue transition.  
(Amim, FSM, 2001).

#### **4.3.1. 2. Que comércio internacional queremos? 27 de janeiro de 2001**

No segundo dia de conferência do Eixo I se discutiu a questão do comércio internacional, o papel do FMI e a responsabilidade social das empresas.

Bernard Cassen defendeu a regulamentação do comércio internacional a partir de critérios mais humanos. A sul-africana Dot Keet defendeu uma mudança na legislação de comércio internacional que não deve ser visto como um fim em si mesmo, mas sim um meio para o desenvolvimento. O secretário de relações exteriores da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil, Kjeld Jacobsen defendeu a necessidade de um acordo de Norte a Sul protegendo os direitos dos trabalhadores de todos os países.

Mark Ritchie, presidente do Instituto de Políticas para a Agricultura e Comércio de Minnesota, tratou do comércio “sob o ponto de vista da violência, pois qualquer economia local ou global que se queira construir depende de como este fenômeno se dá e de que forma é combatido ou não” (Ritchie, FSM, 2001). Todo comércio se deu de forma que alguma forma de violência estivesse envolvido, como formas de exploração, escravidão, colonização e guerras. Muitas foram as tentativas de pacificação, com a criação de instituições, regras e regulamentos, principalmente após as bombas de Hiroshima e Nagasaki, em que o mundo passou a perceber sua possibilidade de fim. Mas, com domínio das grandes empresas, essas tentativas em relação às regras de comércio internacional foram freadas.

Ritchie defende um comércio sustentável, com regras definidas de forma democrática e define três tarefas fundamentais:

a primeira delas é atacar e mudar as regras injustas; a segunda, exigir a aplicação de regras justas; e a terceira, debatermos não só a respeito daquilo que nos interessa mas também sobre os interesses das empresas, que muitas vezes acabam se impondo a nós. (Ritchie, FSM, 2001).

O coordenador da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives) e um dos idealizadores do Fórum Social Mundial, Oded Grajew fez uma apresentação tratando da importância da responsabilidade social de empresas, organizações não-governamentais, e do comércio. De acordo com Grajew,

responsabilidade social implica um comportamento calcado em valores e princípios que vão fundamentar todas as ações, todas as políticas, práticas e relações, tanto das pessoas envolvidas como de organizações e empresas. Hoje, o discurso e a prática de todos que participam das atividades comerciais estão completamente dissociados. Ou seja, todos têm um determinado discurso que é desmentido por suas ações. A prática e discurso estão muito longe um do outro. E, na realidade, a responsabilidade social é justamente o que pode compatibilizar o discurso com a prática. (Grajew, FSM, 2001).

Ele defende também que o comércio internacional se baseie em valores e responsabilidade social. Ainda destaca a força dos consumidores e investidores que devem passar a levar em conta os indicadores de responsabilidade social das empresas das quais consomem e investem. Esta é uma concepção de humanização do capitalismo, concepção esta que é combatida por outros conferencistas.

O professor de sociologia da Universidade de Filipinas Walden Bello, diretor do *Focus on the Global South*, tratou do tema central do Fórum, fazendo uma crítica ao neoliberalismo e à globalização. Bello analisou as conseqüências da crise asiática, a organização do grupo hegemônico, as respostas contra-hegemônicas principalmente a partir de Seattle e apontou possibilidades, concluindo com sua proposta de “desglobalização” (“deglobalization”).

Bello inicia com a idéia de que “The last year [2000] will probably go down as one of those defining moments in the history of the world economy, like 1929” (Bello, FSM, 2001) em que, apesar da aparência sólida, as estruturas do capitalismo global não o são (“all that is solid melts into thin air”, citando Marx). A “batalha de Seattle”, que resultou no colapso do encontro ministerial da OMC em dezembro de 1999 é vista como o momento em que a aura de invencibilidade do capitalismo cai por terra e seus líderes ideológicos são perturbados, sendo assim um marco inicial de uma série de outros protestos. Seattle e os protestos que se sucederam não foram um acidente, eles catalizaram as energias de dissenso que se acumularam em anos de globalização. Todos esses movimentos geraram uma crise de legitimidade das instituições multilaterais (OMC, FMI e Banco Mundial), que são os elementos chave do sistema de governança global.

A crise asiática em 1997 e a falha dos programas de ajuste estrutural demonstram o “desembaraço da globalização” (“Globalization Unravels”), que se confirma em novembro de 1999 em Seattle. O movimento que se constitui de forma mais imponente a partir de novembro de 1999 se constrói contra a falta de democracia e transparência nas decisões das instituições multilaterais e contra o



“consenso” instituído por estes organismos. De acordo com Bello, a partir de Seattle a força dos movimentos anti-hegemônicos passam a ter maior poder: "Truth is truth, but it only make a difference in human lives when it becomes power. In Seattle, truth was joined to the power of the people and became fact". (Bello, FSM, 2001).

Bello apresentou os fracassos das políticas do Banco Mundial no que se refere ao combate à pobreza e desemprego e as tentativas de “relegitimar” a globalização em Davos, principalmente na crítica ao posicionamento de Tony Blair e sua defesa da Terceira Via ou “globalization with compassion”. Como formas de tentativa de “relegitimação” citou a cooptação da ONU e o controle de parte da sociedade civil por parte principalmente do Banco Mundial através de ONGs, desde a utilização de uma linguagem da sociedade civil (“empowerment”, “good governance”, “gender equity”, sustainable development”), à formação de um “Comitê de ONG no Banco Mundial”, legitimando desta forma as ações do Banco Mundial.

Walden Bello discute algumas alternativas como a questão de reforma ou “disempowerment” das instituições multilaterais, optando pela segunda. Quanto às grandes corporações, ele defende o desmantelamento ou “disempowerment” das grandes corporações transnacionais não só como objetivo estratégico, mas também como objetivo exeqüível. Ele propõe ainda o que chamou de “deglobalization” como uma saída da economia internacional, ou “the reempowerment of the local and national, however, can only succeed if takes place within an alternative system of global economic governance” (Bello, FSM, 2001), destacando alternativas que podem ser resumidas na idéia de sujeição da economia à sociedade e não o seu inverso que é o que vigora atualmente. Na defesa de um mundo plural (que é um

dos pontos centrais do Fórum Social Mundial), sugere a desconcentração e descentralização do poder institucional global com um sistema pluralista de instituições e organizações interagindo umas com as outras. Seu último parágrafo resume esta sua idéia:

It is time to abort this arrogant globalist project of making the world a synthetic unity of individual atoms shorn of culture and community. It is time to herald, instead, an internationalism that is built on, tolerates, respects, and enhances the diversity of human communities and the diversity of life. (Bello, FSM, 2001).

#### **4.3.1.3. Que sistema financeiro é necessário para assegurar a igualdade e o desenvolvimento? 28 de janeiro de 2001**

No terceiro dia, a discussão se centrou na questão econômica, principalmente a financeirização e uma necessidade de regulação na busca da redistribuição como forma de justiça social. A *Taxa Tobin* é a principal proposta desta conferência e uma das principais alternativas do Fórum Social Mundial. Proposta de taxação dos fluxos financeiros internacionais criando um fundo de ajuda aos países pobres, a taxa Tobin é defendida pela ATTAC, uma das principais ONGs organizadoras do Fórum.

O canadense Robin Round tratou da financeirização e da taxa Tobin como alternativa possível. Ele parte da idéia de que o dinheiro passou a ser não mais um meio de troca, mas um fim em si mesmo. Round defende a re-regulação do capital como um imperativo global em decorrência da inevitabilidade de futuras crises. Uma das possibilidades desta re-regulação é a Taxa Tobin, proposta em 1978 pelo

ganhador do prêmio Nobel James Tobin, que indicou a cobrança de uma taxa entre 0,1% e 0,25% sobre as transações financeiras internacionais, buscando assim diminuir o volume dos fluxos especulativos. De acordo com Round, a Taxa Tobin deve reduzir ou eliminar as grandes margens de lucro das especulações e sem lucros não há especulação. Com isto a autonomia dos governos nacionais nas políticas fiscais e monetárias é maior. Esta taxa geraria entre 150 a 300 bilhões de dólares ao ano, capital este seria utilizado no combate à pobreza.

O belga Eric Toussaint, presidente do Comitê pela Anulação da Dívida dos Países do Terceiro Mundo, tratou da questão da dívida externa defendendo o ponto de vista de “que o pagamento da dívida externa é um mecanismo de transferência da riqueza produzida pelos pequenos produtores e por pessoas assalariadas para os detentores de capital, tanto do Hemisfério Norte quanto do Hemisfério Sul” (Toussaint, FSM, 2001). É um mecanismo de subordinação dos países periféricos, em relação às grandes potências que Toussaint denomina de “potências imperialistas”. O FMI e Banco Mundial servem de instrumento de consolidação desta subordinação.

Ele faz um histórico da dívida externa do Terceiro Mundo que se aprofundou em 1982, quando o FMI passou a gerenciar a crise, como até hoje, impondo condições para empréstimos como o plano de ajuste estrutural:

O FMI impõe como condição para o empréstimo um ajuste estrutural, ou seja, um plano de desnacionalização, de abertura econômica completa e de venda das empresas públicas - não para o capital privado nacional, mas sim para o capital internacional -

considerado como fundamental para o desenvolvimento nacional do Terceiro Mundo. (Toussaint, FSM, 2001).

Toussaint defende também a taxa Tobin, que é percebida como uma luta complementar à luta contra a dívida externa dos países do Terceiro Mundo. Por fim Toussaint propõe alternativas como mudança de política financeira e a tributação das grandes riquezas. Diretamente em relação à dívida propõe moratória completa ou o parcelamento total da dívida externa e uma auditoria internacional da dívida externa.

O economista, professor da Unicamp, Luciano Coutinho segue o mesmo tema, tratando da globalização financeira, a qual vê como perigosa pois vivemos na iminência de grandes crises decorrentes de movimentos abruptos de capitais. Segundo Coutinho,

Na verdade, os países que são deficitários na Idade da Globalização têm sido punidos por dependerem destes capitais, e os países que são superavitários têm conseguido um desempenho muito acima da média e tornaram-se muito menos vulneráveis. Então, de certa forma, a realidade da globalização implicaria - se nós tomássemos o paradigma clássico, ou neoclássico, dos próprios economistas conservadores como exemplo - uma alocação ineficiente do capital em termos internacionais, o que é uma situação punitiva para os países deficitários. (Coutinho, FSM, 2001).

Por fim, o economista expõe algumas propostas como: o estabelecimento de um fórum institucionalizado de cooperação entre Bancos Centrais; reforma do Fundo Monetário, que deveria operar com maior flexibilidade e com muito menos ortodoxia fiscal; o estabelecimento de regras muito mais estritas proibindo ou reduzindo

substancialmente a alavancagem das operações especulativas no mercado de derivativos, bolsas e transações comerciais; supervisão sobre os bancos, não pelos Bancos Centrais, mas por autoridades especializadas; repressão ao dinheiro ilícito e lavagem de dinheiro e; a adoção de controles de curto prazo sobre movimentos especulativos de capital como a taxa Tobin.

O japonês Yoko Kitazawa, presidente do Jubileu 2000, também tratou do mesmo tema da dívida externa, transações de moeda e a nova ordem financeira mundial, ressaltando as relações entre Banco Mundial e dívida externa. Ele destacou o fato da dívida externa ser paga com o sacrifício do povo:

Acredito que, nos dias de hoje, os países em desenvolvimento como o Brasil, os da América Latina em geral, os da África e da Ásia estão pagando suas dívidas com o sacrifício do povo. É natural que uma pessoa que tomou um empréstimo pague o que ela deve, mas se foi o governo que tomou o empréstimo e se foi uma companhia estrangeira quem recebeu esse dinheiro, quem é que tem de pagar de volta? As crianças? Pois, muitas vezes, são as crianças que estão pagando com o sacrifício de suas vidas. O que está acontecendo hoje com os países do Terceiro Mundo é que pessoas que não são responsáveis pela dívida e nem se beneficiaram com ela estão pagando por ela com sua própria vida. Essa é a enorme injustiça que discutiremos hoje aqui. (Kitazawa, FSM, 2001).

#### **4.3.1. 4. Como garantir as múltiplas funções da terra? 29 de janeiro de 2001**

A questão ambiental, principalmente a agricultura, foi o que se discutiu no último dia de conferências no Eixo I. A troca de diferentes experiências e histórias

como o Vietnã, Polônia e Argentina, mostram a importância de se pensar uma organização mais justa para o campo e como estas experiências podem contribuir para esta discussão.

Representante do Instituto Nacional de Ciências do Vietnã, Dao The Tuan tratou da questão do campo no seu país, das diferentes reformas agrárias ocorridas e a atual configuração.

O polonês Andrzej Lipski tratou da questão agrária e das diversas reformas agrárias ocorridas na Polônia, com destaque para o fracasso da reforma no governo socialista e a atual tentativa de reestruturação do campo.

Jacques Chonchol, ex-ministro da agricultura chileno durante o governo Allende, tratou da produção agrícola e a marginalização camponesa na América Latina no cenário da globalização, destacando a pobreza rural no continente e as consequências negativas para o meio ambiente do atual modelo de desenvolvimento agrícola, baseado na produção guiada pela política neoliberal sem a preocupação com princípios de sustentabilidade ecológica:

Los ideólogos del modelo neo-liberal llegan a sostener que el desarrollo de lo espacios rurales es prescindible, dado que con una economía de altas tasas de crecimiento en base a exportaciones a los mercados internacionales será posible contar de un modo permanente con capacidad para importar los alimentos y materias primas necesarias para la población y para la industria, en condiciones de calidad y precios favorables. Esta es una visión de corto plazo que no considera en lo más mínimo ni la actual

depredación de los recursos naturales que puede afectar gravemente las posibilidades exportadoras, ni las consecuencias sociales del modelo productivo sobre la mayoría de la población rural. Esto tampoco considera los devastadores efectos que tendrían sobre el sistema urbano de la región, la repetición de una urbanización acelerada por expulsión de las poblaciones rurales hacia las grandes ciudades. (Chonchol, FSM, 2001).

Como alternativas Chonchol apresentou oito objetivos a serem buscados:

Revalorizar el rol de las políticas públicas; facilitar el acceso a los recursos productivos básicos a la agricultura familiar; fomentar la organización social de los pequeños productores y de los asalariados; desarrollar tecnologías adaptadas a la situación de la pequeña agricultura; reestablecer como prioridades de la política agraria la seguridad alimentaria y la capacidad de creación de nuevos empleos productivos o de servicios; desarrollar una política de revalorización del espacio rural con actividades extra-agrícolas; apoyo a las comunidades étnicas e; políticas de rejuvenecimiento de la agricultura familiar campesina. (Chonchol, FSM, 2001).

#### **4.3.2. Conferências - Eixo II - O acesso às riquezas e a sustentabilidade**

Os textos das conferências do Eixo II não foram disponibilizados no *site* do Fórum Social Mundial. A análise se deu a partir dos textos das conferências de René Passet e de Peter Marcuse, publicados no livro FÒRUM SOCIAL MUNDIAL: A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR, organizado por Antonio Cattani e das

informações do artigo “Eixos temáticos”, escrito por Jéferson Assumção, contido no mesmo livro.

#### **4.3.2.1. Como traduzir o desenvolvimento científico em desenvolvimento humano? 26 de janeiro 2001**

No primeiro dia de conferência do Eixo II se discutiu o mercado e a ciência que devem estar voltados às necessidades humanas, com envolvimento da sociedade civil. Segundo Assumção, “esse debate produziu um conjunto de idéias para questões polêmicas como pesquisa científica e tecnológica, genoma e novas tecnologias reprodutivas e técnicas complementares, bioética, engenharia genética e privatização da ciência”. (Assumção, 2001, p.56).

Jaques Testart, diretor de pesquisa do Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica e presidente da Comissão Francesa de Desenvolvimento Duradouro, defende a participação das populações em questões como pesquisa em transgênicos ou alternativas ao aquecimento global. Ele afirmou que o mercado se utiliza de duas mentiras: “afirmar que a tecnologia sempre tem como finalidade o bem de todos” e o “ocultamento dos resultados obtidos em laboratórios”. (Assumção, 2001, p. 56-57).

Elvino Bohn Gass, Deputado Estadual do PT do Rio Grande do Sul, tratou do problema da distribuição de alimentos e falta de acesso e se posicionou contrário ao que chama de “privatização da vida”.(Assumção, 2001, p.57).



O ecologista José Lutzenberger, representando a Fundação Gaia, abordou a questão da tecnologia como uma “religião fanática” (Assunção, 2001, p.57), alertando para um controle ditatorial da ciência e tecnologia.

A chilena Rayén Quiroga Martínez, se opondo ao economicismo dominante propôs “uma economia socioecológica” (Assunção, 2001, p.57), defendendo um desenvolvimento econômico sustentável.

#### **4.3.2.2. Como garantir o caráter público dos bens comuns à humanidade, sua desmercantilização e o controle social sobre o meio ambiente? 27 de janeiro de 2001**

No segundo dia de conferência do Eixo II se discutiu como globalizar a propriedade comum. Ricardo Petrella, da Universidade de Lovain, na Bélgica, propôs a substituição da globalização financeira que gera concentração de renda. Ele defendeu a globalização de bens comuns como água, por exemplo. Segundo Petrella, “a tecnologia tem que gerar bem-estar social”. (Assunção, 2001, p.58).

#### **4.3.2.3. Como promover a universalização dos direitos humanos e assegurar a distribuição de riquezas? 28 de janeiro de 2001**

No terceiro dia de conferência do Eixo II se discutiu a necessidade de humanização em lugar da capitalização das relações sociais, se destacando a necessidade da solidariedade e defesa da vida.

O economista francês René Passet, presidente do conselho científico da ATTAC francesa tratou da visão econômica que visa somente o lucro e busca de capital, em que a até vida humana torna-se objeto de comercialização. Segundo ele, “é preciso opor aos princípios de uma economia baseada na rentabilidade do capital financeiro, critérios de investimento e de comércio baseados nas exigências da finalidade humana”. (Passet, 2001, p. 206).

Passet se opõe a duas cláusulas da OMC: à cláusula de nação mais favorecida que obriga qualquer país-membro da OMC a conceder, de forma imediata e incondicional, a todos os países membros qualquer tipo de vantagem concedida a um deles, propondo o direito de livre organização dos povos; e à cláusula do tratamento nacional que obriga os países membros da OMC a darem o mesmo tratamento a produtos nacionais e estrangeiros, reivindicando o direito das nações de proteger suas atividades vitais. De acordo com Passet: “recusamos que os valores sociais, as culturas e tudo o que constitua a identidade dos povos possam ser reduzidos às dimensões de meros valores comerciais”.(Passet, 2001, p. 206).

Passet defendeu uma economia social e solidária em oposição ao racionalismo individualista e também a supremacia do político e da pluralidade:

supremacia natural da função política – encarnação do projeto social que resulta do livre confronto de sistemas de valores socioculturais – sobre a função econômica, que, por sua vez, se situa meramente no nível dos meios que viabilizam a realização do projeto coletivo. O fato desses valores se situarem fora do campo do questionável e do demonstrável implica o respeito por sua pluralidade, fundamento básico da democracia”. (Passet, 2001, p. 208).

Passet faz também uma defesa da solidariedade, propondo um novo internacionalismo em oposição à “internacional do dinheiro” (Passet, 2001, p. 209) na luta pela anulação da dívida dos países pobres; da redução da jornada de trabalho e novas modalidades de distribuição de renda e; proteção da natureza e desenvolvimento durável.

A vice-presidente do Congresso de Sindicatos Sul-Africanos, Joyce Phekane, tratou da questão da AIDS na África, lidando com o problema da falta de medicamentos e a busca do lucro por parte dos laboratórios. Quanto às desigualdades entre países ela sugere que acordos internacionais tratem da proteção aos trabalhadores e respeito ao meio ambiente. Phekane destacou ainda a importância da Internet como meio de democratização da informação.

A filipina Gigi Francisco, representante da Rede Dawn lamentou a falta da discussão feminista na agenda do Fórum e o baixo número de mulheres como conferencistas. Tratou também dos baixos salários pagos às mulheres e da necessidade da luta por direitos.

#### **4.3.2.4. Como construir cidades sustentáveis? 29 de janeiro de 2001**

No quarto dia de conferência do Eixo II foi discutida a questão da urbanização no mundo global. Se destacam as posições críticas à mercantilização das cidades em pontos fundamentais à vida como a habitação, saúde, saneamento, entre outros.

O professor de Planejamento Urbano da Columbia University, Peter Marcuse, abordou a influência da globalização na vida nas cidades, mostrando por que as pessoas devem se preocupar com a globalização apesar de terem vários outros problemas. Marcuse apresenta dois pontos centrais nesta relação globalização/cidades: que “a globalização afeta diretamente as pessoas das cidades e é uma das principais causas da maioria dos problemas que elas enfrentam” e; “que algo realmente pode ser feito em relação a isso (...) por pessoas atuando em conjunto no âmbito nacional e que, mesmo em termos locais, no âmbito da cidade, há muito que pode ser feito”. (Marcuse, 2001, p.179)

A globalização é definida por Marcuse como composta de três componentes: “rápidas mudanças tecnológicas, o aumento e a concentração de poder de capital com a sua busca por lucro e a expansão do comércio e de investimentos internacionais”. (Marcuse, 2001, p.179). A esta globalização que não é a única possível, é a globalização capitalista, Marcuse propõe a globalização humana:

Dos três componentes da globalização capitalista, nós não somos contra o progresso tecnológico, mas apenas contra o modo como ele é usado; somos realmente contra o aumento da força do capital, seja ele global, nacional ou local; e não somos contra o comércio intensificado entre as nações, a não ser que ele esteja em termos desiguais ou infrinja os direitos da população de cada país na determinação das suas próprias políticas e do seu próprio destino. (Marcuse, 2001, p.179-180).

Marcuse cita oito maneiras como a globalização afeta a vida nas cidades: aumento da pobreza e da lacuna existente entre ricos e pobres; a perversa doutrina da vantagem competitiva; moradia nas cidades transformada em mercadoria de

consumo; lei e ordem sujeitas à globalização (tolerância zero); pressão sobre os serviços públicos privatizados; a destruição do meio ambiente; a homogeneização e a degradação cultural e; a erosão da democracia nas cidades.

Ele cita também momentos de impacto dos acordos como ALCA, NAFTA e referentes à OMC em relação às cidades: a questão ambiental, fornecedores de serviços, controle público de bens públicos, desenvolvimento econômico municipal, grupos locais e comunitários, planejamento de serviços e construção e administração de moradias. Marcuse propõe que para se lidar com estes impactos negativos da globalização capitalista é preciso agir de forma global como o exemplo do próprio Fórum Social Mundial, agir nacionalmente e agir de forma local, este último não tanto para agir contra a globalização capitalista, mas para moderar seus efeitos.

Ermínia Maricato, coordenadora do Laboratório da Habitação e Assentos Humanos da Universidade de São Paulo, tratou do desenvolvimento urbano. Segundo ela “o mercado não resolve todas as necessidades básicas em termos de habitação e, também que as moradias irregulares são bombas socioecológicas, sem regras para a ocupação de espaços” (Assunção, 2001, p. 60). Maricato falou ainda das favelas no Brasil, “esses territórios esquecidos” (Maricato apud Assunção, 2001, p. 60) excluídos dos planos diretores feitos para as cidades oficiais.

#### **4.3.3. Conferências - Eixo III - A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos**

O terceiro Eixo das conferências teve como destaque a discussão em torno de temas como a democracia, cidadania, solidariedade, sociedade civil e movimentos sociais no mundo globalizado.

#### **4.3.3.1. Como fortalecer a capacidade de ação das sociedades civis e a construção do espaço público? 26 de janeiro de 2001**

O primeiro dia de conferência do Eixo III tratou do papel da sociedade civil, dos movimentos sociais, a questão das migrações, a defesa da solidariedade e movimento feminista.

Park Hasoon, representante da Central Sindical Coreana (KCTU), tratou da situação dos movimentos de cidadãos face ao avanço da globalização neoliberal, mais especificamente sobre o caso sul-coreano. Apesar de parecer como desenvolvimento de sucesso, o capitalismo da Coreia do Sul, como demonstrou a crise de 1997 atravessa uma crise estrutural. Ele faz um breve histórico da política econômica da década de noventa na Coreia do Sul, principalmente a partir de 97 quando são postas em ação as políticas de ajuste estrutural do FMI. As políticas neoliberais são postas em prática, se aprofunda a liberalização e o fluxo de capital especulativo. Os problemas sociais passaram a se agravar no final da década e no ano 2000, com aumento do desemprego e queda nos salários. Além disso, também é importante a diferença das possibilidades e da remuneração da mulher, gerando um aprofundamento das desigualdades.

Hasoon faz uma diferenciação entre os “people’s movement”, focados nas contradições de classe, divisão nacional e dependência e com estratégia de conflito de movimento de massa; e os “citizens movement”, com foco em várias reformas sociais, incluindo questões de ecologia e meio ambiente e com estratégia de campanha por reforma institucional. Mas ressalta que esta distinção não é absoluta nem definitiva.

Importante também é a questão da diversidade dos movimentos, assim como no Fórum Social Mundial, e a necessidade de articulação destes movimentos na luta global contra o neoliberalismo, principalmente com os movimentos do Terceiro Mundo. A “batalha de Seattle” também é destacada como momento decisivo que deu um novo espírito e energia para a solidariedade e o sentido de intenção comum entre movimentos de trabalhadores, de mulheres, ambientalistas e ecologistas e vários movimentos do Terceiro Mundo. A multiplicidade e diversidade colocam o desafio da compreensão das diferenças para então se compreender os alicerces básicos para acordos, compromissos, coordenação e solidariedade:

The challenge for the peoples-citizens movement, however, lies in not shirk away from recognizing the differences. It is the responsibility and challenge of the movement to develop a clear (mutual) understanding of the differences, and then, to move on to begin to identify and arrived at a shared understanding of the very basic grounds of agreement, common commitment, coordination, and solidarity. This, to quote the conclusion of KCTU’s president Dan Byung-ho in his keynote speech at the ASEM 2000 People’s Forum October last year, will form the basis for our empowerment, which will not only enable us to overcome neoliberal globalization, but to pioneer a new future built on our common dreams. (Hasson, FSM, 2001).

Mary Garcia Castro, socióloga e professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), explanou acerca de cultura política e cidadania internacional, destacando o tema das migrações principalmente a partir da crítica ao imperialismo. Ela faz um questionamento que resume o tema de sua apresentação: “Como integrar políticas de identidade, linguagens de movimentos sociais em uma frente de identidades de subversão, em uma frente de esquerda contra o neoliberalismo?” (Castro, FSM, 2001). O cerne de sua apresentação foi a questão das migrações internacionais no contexto da globalização e nos debates nacional e latino americano das esquerdas em uma perspectiva internacionalista dos direitos humanos e solidariedade.

Mary Castro defende que o rigoroso controle deve ser feito não sobre os imigrantes, mas sobre o capital: “Mais que os migrantes, não deveriam ser as firmas, o mecanismo de fluxo de capital e de contratação de mão de obra que usam, o objeto de codificação legal?” (Castro, FSM, 2001).

Ela também critica a falta de discussão na esquerda no Brasil da questão das migrações e o aumento da mobilidade dos trabalhadores:

Contudo, se de esquerda se trata, haveria que também exercer o papel de crítica por respeito a direitos de uma cidadania ampliada, e analisar as relações entre cultura e política, a des e re-territorialização da nação em termos de contra hegemonia ao capitalismo e a diversificação de sujeitos de, mas na classe, o que, portanto pede mais qualificações empíricas a tipos de migrações e tipos de significados dessas para a construção de tal contra hegemonia. (Castro, FSM, 2001).

Mary Castro destaca o conceito de “classes em movimento” para a questão da migração:



Em tempos em que o Estado cada vez mais se separa da nação, a migração, sublinha-se, não é tema que se resume a um movimento de população - "são classes em movimento" (Francisco Oliveira sobre o conceito de população em Marx) -, o que também a diferencia do movimento de mercadorias. Por outro lado o direito de circular se relaciona também ao direito de ficar. (Castro, FSM, 2001).

Por fim Castro destacou a importância não só da construção de redes, mas também "o investimento na potencialidade de um movimento globalizado dos sem propriedade econômica, política e cultural". (Castro, FSM, 2001).

Frei Betto tratou da questão da solidariedade, da questão do tempo e espaço fazendo uma crítica ao neoliberalismo. Ele condena os valores individuais e materiais da sociedade capitalista em meio a um mundo em que "o tempo adquire caráter espacial e, o espaço, caráter temporal". (Betto, FSM, 2001). A solidariedade é defendida por Frei Betto, que destaca o desafio da construção de uma "cultura da solidariedade":

cultura da solidariedade capaz de nos impelir misticamente na direção dos outros, sobretudo dos excluídos, privados involuntária e injustamente dos bens essenciais à sobrevivência biológica e à dignidade humana. As sementes dessa cultura da solidariedade já se encontram nas grandes tradições religiosas, nos valores comunitários dos povos indígenas tribalizados, na experiência dos místicos e no testemunho de revolucionários que, como Jesus, Gandhi e Che Guevara, deram suas vidas para que outros tivessem vida. E o caminho já existe, aberto pelos movimentos sociais, pelas ONGs, pelas cooperativas, por todo tipo de

organização que congrega pessoas centradas em objetivos altruístas. (Betto, FSM, 2001).

A canadense Diane Matte, da Federação de mulheres de Quebec e coordenadora da Marcha de Mulheres de 2000, tratou da luta feminista contra a exclusão no cenário da globalização. A razão da Marcha Mundial de Mulheres, segundo ela, foi de aumentar o impacto do movimento feminista unindo a luta contra a pobreza à violência contra as mulheres. Segundo Matte, o feminismo é um pensamento, um projeto de sociedade, uma alternativa e uma outra forma de ver o mundo, buscando redefinir as regras políticas, sociais e econômicas. O feminismo ultrapassa a simples constatação das desigualdades e passa à necessidade de acesso ao poder, na busca da superação do capitalismo e patriarcalismo que geram a exclusão. A globalização é considerada um vetor que aumenta a produção das desigualdades e a Marcha Mundial das Mulheres é percebida como um momento de inovação e renovação das solidariedades: “la Marche mondiale des femmes a marqué l’imaginaire de plusieurs...et permis de nouer, parfois renouer, des solidarités qui font faire de grands p as”. (Matte, FSM, 2001).

O soci ologo belga François Houtart, presidente do Centro Tricontinental, fez uma explana o acerca da sociedade civil e seu papel na sociedade globalizada. Primeiramente   importante a idéia de que   a sociedade civil o lugar das lutas sociais e onde os objetivos são definidos. Houtart faz uma divisão entre três abordagens do conceito de sociedade civil: o “conceito burguês” (the bourgeois concept of civil society); o conceito angelical (the "angelic" concept of civil society); e

o conceito analítico ou popular (the analytical or popular concept of civil society). Esta divisão construída por Houtart é importante para o Fórum Social Mundial e para este trabalho como complementação de sua abordagem teórica, uma vez que amplia a percepção do papel da sociedade civil.

A abordagem burguesa de sociedade civil é aquela vista de cima-para-baixo; a angelical é aquela que vê a sociedade civil reunindo todas as que buscam o bem comum; e o conceito analítico ou popular de sociedade civil é aquela vista de baixo-para-cima. Podemos perceber uma semelhança com os conceitos de globalização de baixo-para-cima e de cima-para-baixo de Boaventura Santos, como já tratado no primeiro capítulo. O papel da sociedade civil popular no cenário da globalização defendido por Houtart é o do próprio Fórum Social Mundial, o da globalização anti-hegemônica.

Após esclarecer os três tipos de sociedade civil, Houtart distingue cinco orientações principais acerca da sociedade civil que se deve construir: uma ação anti-sistêmica; uma visão utópica que reviva a esperança; a busca de alternativas em todos os níveis; a apropriação do espaço público como condição de uma democracia real e; o aprofundamento das convergências, tendo a globalização da resistência e das lutas como objetivo imediato.

Houtart define o ano de 2000 como o “ano das convergências” e os anos seguintes como de consolidação. O Fórum Social Mundial é visto como uma excelente oportunidade para esta convergência em diferentes campos, com a apropriação do espaço público, construindo uma “grassroots civil society” em nível mundial. (Houtart, FSM, 2001).

#### **4.3.3.2. Como assegurar o direito à informação e a democratização dos meios de comunicação? 27 de janeiro de 2001**

Os meios de comunicação, sua concentração e necessidade de democratização e a importância do acesso à informação para a construção da democracia foram os temas tratados no segundo dia de conferência do Eixo III.

Roberto Sávio, diretor da Agência de Notícias italiana IPS falou sobre comunicação e informação. A partir do debate sobre a nova ordem da informação, Sávio defende que “o atual processo de uma nova ordem da informação é imposto pelo mercado, e não como um instrumento de cooperação internacional, nem como resultado de um debate entre os participantes do mundo da informação”. (Sávio, FSM, 2001).

Ele tratou também da questão da concentração dos meios de comunicação e um novo e importante elemento: pela primeira vez, houve uma união entre os fabricantes de hardware, ou seja, os agentes físicos, com os de software, ou seja, os provedores de conteúdo. A fusão da *Warner* com a *American On Line* coloca um problema muito concreto, pois os valores que estão por traz deste sistema, e de seu conteúdo, são obviamente valores que representam a perspectiva dos países capitalistas e industrializados. (Sávio, FSM, 2001). Por fim Sávio defendeu o uso das novas tecnologias de informação como possibilidade de construção de uma sociedade de comunicação, destacando papel fundamental da sociedade civil.

A indiana Aruna Roy tratou da democracia hoje, dos princípios democráticos e a democracia na prática. Ela apresentou o desenvolvimento do modelo democrático construído na comunidade rural de Rajasthan, na Índia, a partir da luta pelo direito à informação, contra a Lei dos Documentos Secretos, existente na Índia, como um direito do cidadão, para que ele pudesse se conscientizar do seu mundo e de sua comunidade. Ela demonstra que a democracia deve ir além da representação e que deve ser construída de acordo com as especificidades de cada comunidade. As lutas para resolução de problemas sócio-políticos acabaram por ampliar a democracia e modificando a situação dos cidadãos desta região. Aos poucos a luta por justiça foi se ampliando, os direitos sendo respeitados, se chegando a um modelo de maior transparência e participação da comunidade, com audiências públicas de prestação de contas e assembleias com participação direta de toda comunidade. Ela faz uma forte defesa da democracia que deve ser apercebida além das limitações da noção ocidental de governo democrático:

The principles of democracy are universal. But the creative challenge is to work out the norms of democratic practice. As the conceptual parameters of democratic practice continue to change, we must move beyond the limitations of what has essentially been a western notion of democratic government. Just as the parliamentary and presidential forms of government have left their mark on democracies around the world, so must the collective democratic voices of the poor in the Southern countries offer lessons for more meaningful democratic practice. (Roy, FSM, 2001).

#### **4.3.3.3. Quais os limites e possibilidades da cidadania planetária? 28 de janeiro de 2001**

O terceiro dia de conferência do Eixo III tratou dos direitos humanos, cidadania planetária, sociedade civil, resistência global e construção de alternativas.

A holandesa Sylvia Borren apresentou a questão da cidadania global e algumas discussões e propostas da ONG *Oxfam Netherlands*, dirigida por ela, que faz parte de uma rede de cerca de 900 ONGs em 60 países e apóiam outras 3.000 em 100 países. Ela apontou uma série de problemas que devem ser enfrentados de forma global relacionados às crianças, às mulheres, aos refugiados, migrantes e asilados, às violações dos direitos humanos, às condições de trabalho na Ásia e América Latina, à questão agrária e agricultura de subsistência, às guerras e aos desastres ambientais.

A *Oxfam* definiu cinco direitos humanos básicos a serem defendidos: direito a um meio ambiente sustentável; direito a serviços sociais básicos; direito à vida e segurança; direito à participação social, cultural e política e; direito à identidade.

Borren vê como importante o crescimento da sociedade civil em todo mundo, mas destaca que, o rápido avanço da globalização econômica faz com que a importância da sociedade civil como força reativa seja ainda maior através de iniciativas políticas que afetem governos e forças do mercado. A questão do poder também é tratada como relevante, e o poder de influência do Fórum Social Mundial retrata uma mudança na relação de forças entre governantes, o mercado e a sociedade civil em nível global. Borren destaca que a partir da “batalha de Seattle” cresceu o interesse em dialogar com a sociedade civil e a “inclusão global” se tornou uma frase usual.

O sociólogo português Boaventura Santos tratou da cidadania planetária. Partindo da idéia de que em todas as tradições da modernidade há as versões dominantes e as versões dominadas, Santos caracteriza os dominados como os que nunca tiveram direito à cidadania e é a partir destes que se forma a sociedade civil que luta pela cidadania, “para entrar no contrato social”. É esta sociedade civil, que ele acredita ser o “embrião da sociedade civil planetária que queremos construir”, é resultado das lutas nas quais “os explorados deixam de ser vítimas para passarem a ser protagonistas e sujeitos”. (Santos, FSM, 2001).

Esta sociedade civil corresponde aos agentes da globalização contra-hegemônica ou globalização de baixo-para-cima, como vimos no primeiro capítulo, e o conceito de Houtart de sociedade civil popular ou “grassroots civil society” e que representam a mesma conceituação com a qual esta dissertação trabalha. Santos apresenta três princípios fundamentais para a constituição da sociedade civil planetária.

O primeiro princípio é o da discrepância entre experiências e expectativas, demonstrando que no mundo atual houve uma mudança em relação à modernidade. A expectativa de ascensão, de melhor qualidade de vida que era melhor que a experiência vivida, agora se transforma em uma expectativa negativa, em que a experiência é melhor que a expectativa de futuro. Isto gera um problema no pensamento da esquerda, pois precisa mudar seu discurso e defender não mais a mudança, mas sim a manutenção do *status quo*, pois as políticas neoliberais apontam para uma mudança para pior.

O segundo princípio é o da diferenciação entre explorados e oprimidos. O que muitas vezes parece ser a mesma coisa ou muito semelhante é especificado por Santos como situações distintas:

Existe uma diferença entre explorados e oprimidos. Os explorados sempre foram uma minoria e as classes dominantes sempre tiveram medo dos explorados, não dos oprimidos.

Mas a sociedade civil pela qual lutamos é a sociedade dos oprimidos e dos explorados (...). Neste momento, assistimos a uma fusão entre explorados e oprimidos e isso leva ao colapso do contrato social. (Santos, FSM, 2001).

O terceiro princípio apontado é o da unidade na diversidade. Este princípio é fundamental, é o princípio que, acredito, norteia a sociedade civil planetária ou global, que orienta suas lutas, sua organização e o próprio Fórum Social Mundial, e por isso é central na análise e foi utilizada no título desta dissertação. É uma expressão que parece simples, mas que representa muito, tem um significado importante de valorização dos princípios da igualdade e da diferença, como já foi visto na introdução desta dissertação. De certa forma representa o objetivo deste trabalho que é buscar esta unidade em meio a uma grande diversidade. Por serem estas idéias fundamentais para esta dissertação é importante utilizar as palavras de Boaventura Santos para explicar este ponto:

Como este Fórum bem demonstra, vivemos em um mundo que é diversamente uno e diverso. É uno, e esse uno convoca o princípio de igualdade. Estamos em uma situação nova em relação à modernidade, e, apesar da sociedade ser muito desigual, a igualdade não chega. Nós queremos, ao contrário do que aconteceu no passado, salientar a



diferença, nós queremos dois princípios, e não um só: o da igualdade e o da diferença. O princípio da igualdade exige a redistribuição por lutas que continuam sendo fundamentais. O princípio da diferença exige conhecimento igualitário das diferenças, onde a modernidade ocidental sempre fraquejou. Essa dupla tem que estar totalmente junta na sociedade civil. E aí surge o grande direito nesta sociedade civil global. O direito a ser iguais, quando a diferença nos inferioriza; o direito a ser diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza. Pensem nas nossas lutas, nas nossas casas, na nossa subjetividade e no mundo. É esse o grande princípio pelo qual temos que lutar. É por isso que essa sociedade tem que ser multicultural. (Santos, FSM, 2001).

O multiculturalismo é fundamental, mas Santos faz uma ressalva de que há dois tipos de multiculturalismo: “um reacionário e um progressista. O reacionário fixa as diferenças e mantém as hierarquias entre culturas; o progressista transforma as diferenças, não as canibaliza, mas atenua as diferenças entre elas. É esse multiculturalismo progressista que deve nortear nossas ações”. (Santos, FSM, 2001)

Boaventura Santos propõe seis lutas que devem ser travadas: democracia participativa, na busca por democracias de alta intensidade; os sistemas alternativos de reprodução, com base na cooperação e solidariedade; as novas cidadanias, pós-nacional e multicultural; os novos conhecimentos, na busca por um novo senso comum, a começar pela solidariedade; um novo internacionalismo operário, como exercício de cidadania integrado a todas outras lutas e; a luta da informação e da comunicação. Destas seis lutas se originarão seis formas diferentes de democracia, vinculações entre Estado e sociedade civil e que devem ser articuladas. A democracia para Santos é o bem mais importante e segundo ele “se socialismo tem um nome hoje, esse nome é a democracia sem fim”. (Santos, FSM, 2001)

Ao fazer uma avaliação do Fórum Social Mundial, Santos propõe alguns princípios fundamentais: o princípio da tradução; o princípio da horizontalidade; o princípio emancipatório e; princípio da política simbólica. Por fim define os objetivos de curto e longo prazo, destacando a luta discursiva e a necessidade de utopias:

A curto prazo, penso que temos que mudar os discursos das instituições monetárias e outras que nos dominam, temos que as substituir por outras. O objetivo a longo prazo é a transformação por uma nova ética, uma nova estética, uma nova sensibilidade de uma nova política. É uma utopia, mas não vos deixai intimidar pela idéia de que somos utópicos. Todas as grandes idéias, antes de se realizarem, foram considerados utópicos. (Santos, FSM, 2001).

Njoki Njehu, representante do *50 Years is Enough*, da Índia, fez uma breve explanação acerca da realidade global e resistência. Ele defende que a globalização deve atender as necessidades das pessoas e não às margens de lucro e que é preciso agir em conjunto. Njehu argumenta que “Porto Alegre é o início e a continuação da cidadania planetária” e que a “cidadania planetária exige que reconheçamos que a repressão é global, sistemática, e portanto a nossa resistência, a nossa solidariedade, deve ser global e estratégica”. (Njehu, FSM, 2001)

A cientista política mexicana Ana Esther Ceceña, da revista *Chiapas* do Instituto de Investigaciones Económicas da Universidade Nacional do México (UNAM) tratou da dominação do capital e a necessidade de resistência planetária, principalmente a partir do exemplo do zapatismo em Chiapas, no México, que tem como eixo principal a dignidade.

Ela destaca a idéia de mudança como fundamental no zapatismo e que a mudança deve ser feita a cada dia. Desta forma ela explica que o zapatismo rompe com a teoria revolucionária ortodoxa:

A teoria revolucionária já há muito tempo dizia que para realizar a revolução seria necessário esperar que ocorressem as condições objetivas, para, a partir daí, gerar a subjetividade correspondente. Acredito que as condições objetivas ocorrem a partir do momento em que uma pessoa se sente humilhada e percebe que não tem liberdade de exercer o seu direito, o de ser pessoa. Os princípios zapatistas consideram que a revolução é o caminho - e não o ponto de chegada - para se construir um mundo novo, e temos que começar a partir de hoje. (Ceceña, FSM, 2001).

Creio que este ponto fundamental na luta zapatista, e que como vimos no terceiro capítulo é o marco inicial das lutas contra o neoliberalismo, seja também ponto chave no Fórum Social Mundial. A mudança não deve ser uma meta a ser alcançada, mas sim uma tarefa diária, não se deve esperar a revolução, é preciso mudar o mundo a cada dia. É uma aproximação com o conceito de “revolução autolimitada” de Cohen e Arato, de superação das idéias fundamentalistas, que foi abordado no segundo capítulo desta dissertação. A importância da luta simbólica e da relação subjetiva, assim como o princípio da unidade na diversidade, idéias presentes no ideário zapatista, acredito serem conceitos centrais também do Fórum Social Mundial.

A peruana Virgínia Vargas, do *Centro da Mulher Peruana “Flora Tristan”*, tratou da cidadania global a partir da disputa de conteúdos e orientações

relacionados à globalização (vista como ameaça e promessa), como a disputa entre Davos e Porto Alegre. Ela apresenta a cidadania global a partir de duas formas de construção semelhantes à abordagem de Santos e Houtart: “as iniciativas geradas de cima para baixo, nos organismos internacionais, as reuniões de populações etc. e as que vêm de baixo para cima, geradas pela pressão dos movimentos sociais que vão impondo a adoção de novos direitos à medida que os descobrem e os exercem”. (Vargas, FSM, 2001) A mudança só ocorre pela ação de baixo para cima, desafiando formas e medidas autoritárias.

Ela faz uma distinção entre as dimensões objetiva e subjetiva de cidadania. A objetiva é aquela que diz respeito aos direitos realmente existentes e a subjetiva “refere-se à auto-percepção dos cidadãos enquanto merecedores ou não de direitos”. Segundo Vargas, “esses aspectos da dimensão subjetiva de cidadania são a principal mola propulsora da formação de cidadanias globais” (Vargas, FSM, 2001) e a democratização do espaço global é fundamental pois é o ponto de articulação entre diferentes lutas.

Hillary Wainright, editora da revista britânica *Red Pepper*, tratou da importância da resistência e a construção de alternativas ao neoliberalismo. Também vê na “batalha de Seattle” um momento crucial: “Seattle foi muito importante para nós porque começou a dispersar as nuvens da nossa derrota e a quebrar o feitiço da senhora Thatcher: mostrou que há uma alternativa ao neoliberalismo” (Wainright, FSM, 2001).

Ela destaca o poder já conquistado em âmbito global: o poder de dizer “Não!”, o poder de interromper coisas. A idéia de anticapitalismo começa a ser difundida e,

portanto, “há um poder de desafiar a legitimidade do capitalismo global e suas instituições globais”. (Wainright, FSM, 2001).

Quanto ao papel dos movimentos sociais na sociedade civil, destaca que os movimentos sociais têm buscado alternativas com o conhecimento prático, socializando-o, desafiando a noção de que só funcionaria no plano individual. Eles estão na “liderança global em torno da democracia”, destaca Wainright. Ela esclarece que é preciso ter consciência das limitações e que a noção de solidariedade precisa avançar para a noção de aprendizado e compreensão.

Wainright reflete sobre as desigualdades entre Leste e Oeste, criticando também a baixa representação dos movimentos do Leste no Fórum Social Mundial, apesar de sofrerem com as políticas impostas pelo FMI. Ela destaca também a desigualdade de classes e o enfraquecimento do internacionalismo proletário e ainda a desigualdade de gêneros que é pouco considerada pela esquerda. Ela faz a mesma crítica feita por Gigi Francisco da pouca participação das mulheres nas conferências.

Por fim Wainright fala da importância deste momento e da emergência de um novo poder que desafia as instituições neoliberais. Ela ressalta que o “espírito de Porto Alegre” deve se espalhar por todo Brasil e buscar um controle do Estado e em nível global das instituições por parte da sociedade civil.

#### **4.3.3.4. Como garantir as identidades culturais e proteger a criação artística da mercantilização? 29 de janeiro de 2001**

A questão da comunicação, da liberdade de imprensa e a importância da cultura - que não deve ser objeto do mercado e nem um produto homogeneizado - foram os temas tratados no último dia de conferência do Eixo III.

O escritor paquistanês Tariq Ali tratou da questão dos meios de comunicação, destacando a importância de uma imprensa livre utilizando exemplos da parcialidade dos meios de comunicação de Cuba pré-revolucionária e a privatização na abertura política (e liberalização econômica) na Europa Oriental, especificamente, em Praga, na República Tcheca. Ali fez uma defesa da democratização da informação e da importância do compromisso com a verdade.

O sociólogo belga Armand Mattelart, teórico de ciência da informação e da comunicação, abordou a questão da cultura e comunicação, fazendo um breve histórico da questão cultural e sua mercantilização que se aprofundou na atualidade. Mattelart tratou do universalismo que acaba por ser a imposição da cultura dominante, um processo de “*westernisation*” e a necessidade da multiplicidade cultural. Ele destacou a importância da construção e reconstrução da linguagem correspondente ao processo de reconstrução do mundo:

A recuperação de uma linguagem, a reconstrução de uma linguagem, é a única forma de lutar contra o esvaziamento e o empobrecimento do nosso vocabulário quando falamos sobre o processo de integração das culturas e das sociedades diante de um conjunto mais importante e dito universal.

Essa seria a única forma de lutar contra o processo de amnésia que está em andamento. (Mattelart, FSM, 2001).

#### **4.3.4. Conferências - Eixo IV - Poder político e ética na nova sociedade**

O Eixo IV discutiu temas como a democratização, participação, direitos humanos, poder, soberania e conflitos.

##### **4.3.4.1. Quais são os fundamentos da democracia e de um novo poder? 26 de janeiro**

O primeiro dia de conferência do Eixo IV tratou da ampliação da democracia com uma defesa da participação, da cidadania, da soberania popular e dos direitos humanos. Também o relato de Ben Bella sobre Che Guevara e seu importante papel para as lutas revolucionárias merecem destaque.

Líder da luta pela libertação da Argélia e ex-primeiro ministro do país, Ahmed Ben Bella explanou sobre Che Guevara, que havia sido seu companheiro revolucionário. Ele falou sobre sua relação com Che e a importância de seu papel revolucionário em vários países do Terceiro Mundo. De acordo com Ben Bella

Há trinta anos, Che Guevara interpela nossas consciências. Além do tempo e do espaço, ouvimos o apelo do "Che" que nos obriga a responder: sim, só a revolução pode, algumas vezes, fazer do homem um ser de luz. (Ben Bella, FSM, 2001).

Maria Victória Benevides, socióloga e professora da USP, tratou da noção de democracia como soberania popular, fazendo uma defesa da democracia direta a

partir do princípio fundamental da soberania popular ativa e o respeito aos direitos humanos. Segundo ela:

os fundamentos da democracia - seus dois grandes pilares - são o regime da soberania popular ativa e o respeito integral aos direitos humanos. Direitos humanos entendidos não só como aqueles de origem liberal, como os direitos individuais e as liberdades individuais, mas também, e essencialmente, como direitos econômicos e direitos sociais. (...) Ao enfatizar esse princípio fundamental da soberania popular, estou pressupondo a defesa de institutos de democracia direta. (Benevides, FSM, 2001).

Benevides, ao definir estes dois princípios fundamentais para a democracia, estabelece a soberania dos povos através da participação e a limitação dentro do respeito aos direitos humanos como base para a cidadania mundial. Ela esclarece que o neoliberalismo só foi implementado por que o povo não é realmente soberano, pois não votaria contra seus próprios interesses e necessidades.

Raul Pont, representante do Partido dos Trabalhadores e ex-prefeito de Porto Alegre, tratou da experiência de democracia participativa - Orçamento Participativo - na cidade de Porto Alegre e da importância da democracia participativa como alternativa ao neoliberalismo. O Orçamento Participativo é uma experiência adotada em Porto Alegre desde 1989 como forma de associar a democracia representativa com democracia participativa. Este modelo acabou sendo uma grande vitrine para a cidade que se tornou um símbolo de democracia e das políticas de esquerda, o que contribuiu para que a cidade fosse escolhida para sediar o Fórum Social Mundial. O



seu papel mobilizador e conscientizador é destacado por Pont como possibilidade para uma melhor compreensão do Estado. De acordo com Pont, o Orçamento Participativo

recoloca o tema dos limites e insuficiências do sistema representativo e a importância do retomarmos o grande desafio sobre como construir a democracia participativa, diminuindo as instâncias de delegação e a burocratização que se consolidam com os sistemas simplesmente representativos. (...) Resistir, defender e fazer avançar experiências que não abdicam da soberania individual, da soberania local, nos fortalecem e nos garantem sintonia com as lutas democráticas e os interesses materiais comuns da maioria da população. (Pont, FSM, 2001).

#### **4.3.4.2. Como democratizar o poder mundial? 27 de janeiro de 2001**

A idéia de uma cidadania mundial também foi tratada neste segundo dia de conferência do Eixo IV, a partir das lutas de resistência da sociedade civil contra a concentração de poder e capital.

O espanhol Manuel Monereo, dirigente da Esquerda Unida destacou a emergência de um novo sujeito político em Porto Alegre. Ele se refere à importância política de Porto Alegre e o Estado do Rio Grande do Sul, ambos naquele momento governados pelo PT, representando um espaço importante para a esquerda. Também é fundamental no Fórum Social Mundial a criação, durante sua realização, de uma “esfera pública cosmopolita”. Monereo relata três elementos característicos do Fórum: a generalização de uma crítica à globalização capitalista; a percepção do

avanço na organização da resistência e; o surgimento de um sujeito político internacional “socialmente heterogéneo, políticamente plural y de marcadas diferencias culturales que, sorprendentemente, parecieran que tendieran a una convergencia más allá de los viejos dilemas entre universalismo y particularismo.” (Monereo, FSM, 2001).

Ele faz um diagnóstico que pode ser resumido em seis pontos:

la matriz imperialista del proceso de globalización; la tendencia, intrínseca al propio modelo, hacia la exclusión social; la creciente concentración de poder económico y político en torno a "estados privados sin fronteras; la pobreza y las desigualdades han crecido enormemente en esta fase; la tendencia a una remilitarización de las relaciones internacionales y; el papel cada vez menos relevante de las democracias realmente existentes para resolver los graves problemas sociales y económicos, sometidas, además, a un chantaje creciente de una oligarquía internacional extremadamente reaccionaria y de unas instituciones (FMI, BM). (Monereo, FSM, 2001).

Monereo destaca ainda o debate entre Davos e Porto Alegre, o carácter simbólico importante e a demonstração de que por parte dos “ganadores del proceso de globalización” não há vontade de mudança, nem sequer de humanização do modelo vigente. Ele acredita que possa se criar um ambiente semelhante ao da Primeira Internacional:

Pienso e imagino una Internacional, como la Primera, donde pudiéramos convivir, actuar y luchar comunistas, socialistas, libertarios y demócratas radicales unidos por un programa y unos estatutos y transversales a las izquierdas políticas, sociales y culturales realmente existentes en cada uno de nuestros países. (Monereo, FSM, 2001).

O sociólogo argentino Atílio Borón, diretor-geral do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) abordou o tema da democratização da ordem mundial, apontando um questionamento: “como é possível transformar esse sistema internacional em uma direção congruente com o princípio da igualdade?” (Borón, FSM, 2001).

Borón destaca a concentração do capital mundial em torno das grandes corporações (as 200 maiores corporações internacionais concentram 25% do Produto Bruto Mundial) e o papel concentrador das instituições como FMI e Banco Mundial. Destacou também o esvaziamento da ONU e suas instituições vinculadas (Unesco, OIT, OMS,...) em favor do FMI e BM, que sabidamente não são democráticas e que são voltadas ao mercado e ao lucro e não às pessoas. O papel hegemônico dos Estados Unidos é fundamental na configuração desta ordem mundial.

Borón acredita na possibilidade da democratização, a partir de algumas questões: a reintrodução de mecanismos de regulação do sistema financeiro mundial; a aplicação da Taxa Tobin; coordenação internacional de políticas tributárias. Estas e outras mudanças só poderão ocorrer se houver pressão vinda de baixo, no campo popular, na esquerda, nos sindicatos, pois esta pressão é incontível e poderão tornar realidade as mudanças necessárias.

Fábio Konder Comparato, advogado e professor da Faculdade de Direito da USP, na mesma linha defendida por Maria Vitória Benevides, define a legitimidade

democrática fundada em dois princípios: soberania popular e respeito integral aos direitos humanos:

Povo soberano é aquele que mantém a competência exclusiva para decidir as questões fundamentais de organização do Estado e as grandes diretrizes da ação estatal. Mas a soberania popular, em regime democrático, nunca é absoluta. O respeito integral aos direitos humanos vem trazer-lhe uma limitação evidente, na medida em que o povo não está nunca autorizado a tomar decisões que violem a dignidade humana. A democracia é, pela sua própria natureza, um regime de limitação de poderes. (Comparato, FSM, 2001).

Estes princípios devem se aplicar também na reorganização do poder mundial onde a soberania deve pertencer aos povos respeitando os três princípios do sistema de direitos humanos: liberdade, igualdade e solidariedade. Esta democracia deve ser construída a partir das instituições já existentes, “ou seja, ela há de fazer-se mediante a ampliação dos poderes de natureza legislativa, executiva e judiciária das Nações Unidas”. É preciso modificar o Conselho de Segurança com seu caráter oligárquico em favor de uma competência decisória do Conselho Econômico e Social e ainda integrar nas Nações Unidas as instituições dominadas pelos países ricos, principalmente os EUA, como o FMI, Banco Mundial e OMC. Comparato conclui com a idéia de que na passagem do milênio estamos chegando a um ponto crítico na evolução da humanidade:

Trata-se de saber se a sua unidade será forjada pela força da tecnologia, do dinheiro e das armas, com a irrecuperável divisão entre ricos e pobres, entre fortes e fracos; ou se, ao contrário, saberemos enfim construir a civilização da cidadania mundial, em que todos os seres humanos, em

qualquer parte da Terra, possam nascer e viver sempre livres e iguais, em dignidade e direitos. (Comparato, FSM, 2001).

A norte-americana Kirsten Maller, diretora do *Global Exchange* – ONG dedicada à construção da solidariedade ao Terceiro Mundo -, tratou dos movimentos anti-corporações e anti-globalização nos Estados Unidos e da solidariedade internacional. Destacando o papel da *Global Exchange*, descreve a necessidade de mudança originada em três pontos: educação, inspiração e ação.

Maller falou da importância da “batalha de Seattle” e que no ano que se seguiu foi um período de construção e conscientização. Os grupos lá reunidos e que também se encontram no Fórum Social Mundial criaram “um movimento que não é hierárquico, com uma liderança múltipla, que o torna menos vulnerável. Cada um tem seus próprios problemas, suas próprias agendas e nem todo mundo tem que concordar com todo mundo”. (Maller, FSM, 2001).

De acordo com Maller, a mudança de consciência está começando, o movimento está crescendo e é necessário uma vinculação com o movimento internacional e a onda internacional de participação democrática, pois as empresas são transnacionais e é preciso que as lutas de resistência também sejam.

#### **4.3.4.3. Qual o futuro dos Estados-Nações? 28 de janeiro de 2001**

A soberania nacional, a concentração de poder, a hegemonia norte-americana, e a possibilidade do socialismo são temas tratados no terceiro dia de conferência do Eixo IV.

O sociólogo brasileiro Emir Sader, professor de sociologia da USP e UERJ, tratou da questão da soberania dentro do marco da hegemonia norte-americana. Segundo ele se configura uma nova modalidade de hegemonia

que se apoia no poderio econômico dos EUA – da sua estrutura produtiva a seu mercado interno -, é articulado por uma capacidade política e militar de intervenção e se multiplica pela rede de aliados e pelo sistema oligopólico internacional de informação e de divertimento, soldados por uma ideologia que se apropriou do conceito de democracia – redutivamente concebida como democracia liberal – e de seu suposto complemento – a economia capitalista de mercado. No seu conjunto, se reestrutura o sistema de poder em escala mundial, sob hegemonia norte-americana, definindo uma nova era na história da humanidade. (Sader, FSM, 2001).

Para que a luta por uma soberania seja possível é preciso, segundo Sader, pensar não apenas na soberania nacional, mas também na soberania popular com a ampliação da democracia. É preciso organizar a “luta contra a mercantilização do mundo”. Apenas a democracia torna possível a superação do atual modelo e Emir Sader indica dois caminhos para a esta superação: a socialização do poder e da política, ampliando os espaços de participação como o exemplo do Orçamento

Participativo e; a integração internacional soberana dos Estados nacionais, com a formação de blocos regionais, como o Mercosul.

Por fim Sader fala da importância da soberania e democracia como principais vetores na luta anti-capitalista:

Ser soberano, ser senhor do seu destino, ser sujeito da história e da sua vida cotidiana, significa, para a humanidade, romper com os ditames do lucro, do mercado, da acumulação irrefreada de riquezas materiais às custas do trabalho, da cultura, da natureza, da ética. Quem não quiser falar de capitalismo (e de anti-capitalismo) deve calar-se sobre temas como soberania e democracia. Quem, por outro lado, quiser lutar pela soberania nacional e popular, pela democracia, pelo humanismo – tem que se alinhar na luta anti-capitalista, na luta por um mundo guiado pelas necessidades materiais e espirituais de toda a humanidade. (Sader, FSM, 2001).

O presidente do parlamento cubano Ricardo Alarcón de Quesada, também tratou da dominação global e soberania, falando de “la dictadura global”, marcado pela “consagración del embuste”. Ele falou do neoliberalismo e o Estado mínimo, destacando que as políticas que buscam a plena liberdade, em que só opere a “mão invisível do mercado”, só ocorrem por imposição governamental, como consequência da hegemonia norte-americana, e que nunca na história um grupo de indivíduos alcançou tanto poder. É um sistema essencialmente irracional que “requiere para perpetuarse fabricar conflictos e inventar enemigos”.

É um poder hipertrofiado, nas mãos das grandes empresas e com respaldo FMI e Banco Mundial em uma estrutura vertical de dominação “en la que la cúspide de la pirámide no está al alcance de la vista”. É uma ditadura global da qual,

segundo Alarcon de Quesada, até a ONU faz parte. A democracia é seriamente ameaçada pois o sistema hegemônico neoliberal sofre de “ágorafobia”, um medo da participação popular. É preciso mudar esta situação:

Al desbordar sin freno su afán de lucro y cubrir todo el planeta el capitalismo plantea un dilema crítico: o su voracidad ilimitada arrasa con la naturaleza y la civilización o se le pone fin definitivamente para dar paso a una nueva sociedad, justa, verdaderamente humana. Por primera vez pueden confluír en un mismo cauce las luchas de las naciones oprimidas y las de los asalariados de los países dominantes y junto a ellos pueden marchar los sectores y grupos religiosos y los discriminados por cualquier motivo, y todos los que quieren preservar la vida y son capaces de amar y de crear. (Quesada, FSM, 2001).

A possibilidade de mudança está no socialismo: “El futuro será socialista o no habrá futuro”, afirma Quesada. E ainda, “un socialismo diverso, multicolor, que no surgirá como imposición dogmática, no será *"calco y copia"* de nadie sino, como quería Mariátegui, *"creación heroica"* de cada pueblo. Será la culminación de la democracia, la realización de los sueños, los ideales, las utopías que animaron al ser humano a lo largo de los siglos”, conclui.

A escritora canadense Maude Barlow, presidente da ONG *The Council of Canadians* e diretora do Fórum Internacional sobre Globalização, falou sobre o comércio internacional, a mercantilização de todos os bens da humanidade e a necessidade de mudanças, principalmente na OMC.

O mundo do comércio deve ser modificado e deixar de ser domínio exclusivo de elites protegidas. É preciso que se dê espaço a outros corpos internacionais que



não a OMC que garantam a defesa do meio ambiente, a saúde, o desenvolvimento e os direitos humanos. Tudo vira objeto de mercado todos os bens da humanidade, seja histórico, cultural, político ou ambiental, essenciais para a sobrevivência dos povos. Barlow diante desta situação conclui: “Vamos dar a César o que é de César. Vamos reconquistar o controle do poder público e da sociedade civil, que é sagrado para a vida na Terra”. (Barlow, 2001, p. 145).

#### **4.3.4.4. Como mediar os conflitos e construir a paz? 29 de janeiro de 2001**

A questão da busca da paz mundial, da solução de conflitos, em que o poder é o principal motivador dos conflitos, foram os assuntos tratados no último dia de conferência do Eixo IV.

O embaixador e professor da Escola de Políticas Públicas e Governo da UERJ, Samuel Pinheiro Guimarães, tratou da concentração do poder, que é a causa dos conflitos: “a concentração de poder econômico, a concentração de poder político, a concentração de poder militar e a concentração de poder ideológico” (Guimarães, FSM, 2001). O conflito é resultado da necessidade de reformular ou desconcentrar o poder. O sistema de poder, seja qual for só pode ser mantido pela força e

num cenário tão conflitivo, somente a organização política, a articulação política e a luta política dos Estados que estão na periferia do sistema – e das classes que existem dentro de cada Estado, na periferia do seu sistema interno, dos grupos étnicos desprivilegiados, dos setores da sociedade que são vítimas da de concentração de poder – permitirá chegar

à causa dos conflitos, que é a concentração de poder. Em todos os seus aspectos. (Guimarães, FSM, 2001).

Guimarães aponta que para se chegar a uma solução “é necessário gerar ideologias”, interpretações de mundo em cada sociedade permitindo uma articulação e luta contra a concentração de poder. O processo de mudança é um processo de lutas. (Guimarães, FSM, 2001).

O equatoriano Lucio Edwin Gutierrez , coronel do *Ejercito Sociedad Patriotica: 21 de enero por un Ecuador autenticamente democrático*, tratou do poder político e da ética na nova sociedade, do neoliberalismo e da necessidade de luta, destacando a necessidade da construção de alternativas e a unidade das lutas. Assim como Guimarães, discutiu a questão do poder como causa das lutas em toda história. Para que se mude é preciso substituir o neoliberalismo por um modelo alternativo. De acordo com Gutierrez, devemos

construir uma sociedade baseada em valores e princípios éticos, morais, cívicos e patrióticos, através de uma sólida educação que implique em uma mudança mental, espiritual e psicológica das pessoas, levantando a auto-estima, o orgulho nacional e a credibilidade das nossas próprias capacidades, fortalecendo uma identidade debilitada por tanta alienação perversa e globalizada, resgatando nossa rica cultura, aceitando a diversidade de nossos povos, buscando a unidade monolítica das nações. Dessa maneira, a pressão social aumentará para que o poder político também se baseie em valores, convertendo-se em parte indivisível da nova sociedade mundial. (Gutierrez, FSM, 2001).

Ao tratar da questão do Plano Colômbia e dos conflitos na região, sugere a neutralidade ativa para construir a paz, a diplomacia cidadã e a possibilidade de legalização do consumo de drogas. Critica o uso dos exércitos contra seu próprio povo, uma vez que foram criados para defendê-los. Por fim defende a unidade e neste ponto é uma exceção no Fórum, contrariando a defesa da diversidade e da diferença, presente em todos os outros debates. Gutierrez defende uma unidade monolítica e a superação das diferenças:

o que estamos esperando para ter uma grande unidade monolítica no campo econômico, político, e mesmo militar, e terminar de uma vez por todas com tantos infiltrados neoliberais que passam a vida inventando conflitos entre os nossos países? Temos que mudar de estratégia. Temos que acabar com o que divide. Temos que acabar com as intrigas ou elas irão acabar conosco. Da unidade americana vamos passar à unidade mundial. (Gutierrez, FSM, 2001).

A argentina Nora de Cortiñas, uma das fundadoras do movimento das Mães da Praça de Maio falou sobre o terrorismo de Estado, que “é um crime contra a humanidade que não merece prescrição ou anistia. É um crime que ultrapassa as barreiras da justiça. É um crime que tocou mulheres, homens, crianças, idosos e inválidos de todos os níveis sociais”. (Cortiñas, FSM, 2001).

Quanto aos conflitos acredita que estes acontecem devido à repressão aos movimentos sociais que lutam por justiça social em uma situação de crescente pobreza, ainda que sejam geradas riquezas, mas só para os ricos. Segundo ela “não há países desenvolvidos e países em desenvolvimento; há países usurários,

capitalistas, que penalizam os países cada dia mais pobres que são os nossos, devido à extorsão que sofrem”. (Cortiñas, FSM, 2001).

Sergio Yahni, do *The Alternative Information Center* (Israel/Palestina), tratou da questão Palestina e a luta pela libertação nacional, utilizando o exemplo do jovem, Muhammad Amin Abdu, do povoado de Hares, que morreu aos 17 anos, um mês antes do Fórum Social Mundial. Yahni traça um histórico dos conflitos e finaliza sinalizando duas possibilidades para o futuro da Palestina: “Uma é um período de 100 anos de guerra – já temos 50 anos, podemos continuar com mais 50. A outra é uma mudança estrutural do Estado de Israel, de uma etnocracia para uma democracia”. (Yahni, FSM, 2001).

#### **4.3.5. Análise das Conferências**

Após a análise das apresentações disponíveis das conferências do Fórum Social Mundial, é possível fazer algumas observações necessárias. As conferências, ainda que em número bem menor que as oficinas, apresentam um material muito mais vasto e, portanto, a quantidade de informações é maior. A centralidade temática também é maior. Todas as conferências trataram do tema unificador do Fórum Social Mundial: a globalização neoliberal. Cada uma à sua maneira, com seus enfoques, mas sempre tratando do ponto principal.

A crítica ao modelo hegemônico está sempre presente, seja pelo aspecto econômico, com a crise do capitalismo, a financeirização e comércio internacional;

político, tratando da democracia global, cidadania, poder, soberania, conflitos e instituições internacionais; social, abordando a exclusão, as desigualdades, multiculturalismo, o papel da sociedade civil e movimentos sociais; ambiental, quando trata da degradação do meio ambiente e da importância de um desenvolvimento sustentável; direitos humanos, ao valorizar a vida e as necessidades dos seres humanos em lugar da mercantilização e busca do lucro em todas as áreas, até mesmo nos bens essenciais para a humanidade e; cultural, ao abordar a questão da homogeneização da cultura e o uso da comunicação como forma de inculcação da ideologia dominante.

A importância da “batalha de Seattle” também é destacada em diferentes conferências como um momento crucial nas lutas de resistência à globalização hegemônica. A necessidade de ampliação das lutas, de uma unidade e ao mesmo tempo respeito e valorização das diferenças foram temas recorrentes (com exceção da apresentação de Gutierrez, do Equador, que defendeu uma unidade monolítica que busque superar as diferenças) e representam a visão geral de como o movimento global deve se estruturar.

Modos de regular a economia internacional e a financeirização - como a Taxa Tobin - e a anulação da dívida externa também foram tratados e pode-se dizer que são quase consensuais no Fórum Social Mundial. Outros temas foram tratados como a relação das cidades e urbanização com globalização, a bioética, os transgênicos, o papel da ciência, a agricultura, solidariedade, entre outros.

Podemos perceber algumas diferenças fundamentais como as propostas de necessidade de uma ruptura com o sistema capitalista e ao mesmo tempo opiniões que sinalizam a necessidade de humanização do modelo dominante. Outro ponto é a opção entre os movimentos sociais com sua atuação global para além dos Estados e instituições; e a posição de luta através dos Estados nacionais e partidos políticos. Pode-se dizer que este último, por ser a posição dos organizadores como ATTAC principalmente, acaba por ser a mais forte.

De maneira geral, há a unidade crítica de confronto ao modelo dominante e apontando alternativas possíveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral podemos concluir confirmando as hipóteses levantadas no início deste trabalho de que o Fórum Social Mundial se caracteriza por uma grande diversidade, pluralidade e ao mesmo tempo uma unidade que possibilita a sua constituição.

A pluralidade como fundamento básico, com valorização das diferenças. Uma idéia central para a democracia, em lugar do pensamento único, do totalitarismo e da exclusão do diferente.

A unidade torna possível que o pluralismo, com toda dispersão que é característica, busque algo comum e este comum, este ponto de convergência é a oposição, a crítica à globalização hegemônica e ao modelo de capitalismo neoliberal. Este ponto unificador é o que dá sentido ao Fórum Social Mundial e está presente em praticamente todos os momentos.

Desta forma a concepção de Laclau e Mouffe que foi destacada na Introdução desta dissertação se torna plausível. Ocorre assim a constituição de um pluralismo agonístico, com as diferenças e disputas (ainda que não deflagradas), mas formatadas em redes em que há uma interação entre os diferentes pontos, mas não conflito. Desta forma podemos também caracterizar como a formação do que Young denomina “públicos múltiplos”, assim como os “counter publics”, de Fraser, no sentido que também se relaciona com a “sociedade civil de baixo para cima” de Boaventura Santos ou o conceito popular de sociedade civil ou “grassroots civil society”, como definido por Houtart na sua exposição no Fórum Social Mundial. Há

também um antagonismo que possibilita a unificação das diferenças em torno de um inimigo exterior, a globalização neoliberal e que torna possível esta articulação em torno de um ponto comum.

Pode-se perceber algumas distinções importantes de se ressaltar, principalmente quanto às soluções possíveis. Por um lado, a distinção se faz entre aqueles que acreditam que a solução passa necessariamente pelo Estado nacional e instituições, principalmente os partidos políticos – mas sem desprezar o papel crucial dos movimentos sociais – e, por outro lado, os que só vêem a possibilidade de mudança de forma global, além dos estados nacionais, principalmente através da sociedade civil global, representados pelos movimentos sociais e ONGs.

Outra distinção que se pode perceber é uma distinção histórica nos debates da esquerda. A distinção entre reformistas e revolucionários. É claro que esta questão deve ser compreendida dentro de seu tempo, de forma diferente dos calorosos debates das primeiras edições da Internacional Socialista, da divisão da social democracia alemã, ou no caso brasileiro, entre os que entravam no jogo institucional via parlamentar ou os que aderiram à luta armada.

A disputa se dá entre aqueles que só vêem a possibilidade real de mudança através de uma ruptura sistêmica, com a instituição de um sistema pós-capitalista e a crença que a mudança efetiva na direção da justiça social só será possível com a superação do capitalismo, pois dentro dele não há como o ser humano ser prioritário em relação ao capital. De outro lado há os que propõem diferentes formas de



humanizar o sistema capitalista, de se buscar dentro do sistema capitalistas formas possíveis de redistribuição da riqueza, de preservação ambiental, de responsabilidade social, de uma ampla democracia entre outras possibilidades. Desta forma, a pergunta “é possível humanizar o capitalismo?”, encontra respostas distintas e o *slogan* “Um Outro Mundo é Possível” encontra uma resposta que pode ser respondida de diferentes formas, isto é, é possível um outro mundo, mas qual?

Apesar desta dificuldade de se colocar como alternativa concreta em meio há multiplicidade de idéias e propostas, acredito na importância do papel do Fórum Social Mundial como um momento de manutenção da política, da abertura sistêmica, da possibilidade de um novo discurso, a possibilidade do diferente. Após a década de noventa, dominada por um discurso único, com grandes mudanças políticas ainda se estruturando com a queda do bloco socialista, a partir de Seattle e confirmando com o Fórum Social Mundial, se abre um espaço para que se possa discutir alternativas para o futuro e intercâmbio de experiências do presente.

O papel simbólico é o mais importante do Fórum Social Mundial. A demonstração para o mundo de que há no sul do Brasil uma cidade com milhares de pessoas de diversos lugares do planeta reunidas discutindo um outro mundo possível, e o próprio reconhecimento do Fórum Econômico Mundial de Davos (os representantes do poder mundial) de que o Fórum Social Mundial é um espaço que deve ser ouvido tornam clara a sua importância. Importância esta que não deve ser atribuída ao Fórum Social Mundial como um evento isolado, mas sim a todo

processo dos movimentos de contestação, do qual o Fórum social Mundial é seu ponto alto.

O Fórum Social Mundial deve ser percebido como um importante passo para a afirmação da sociedade civil global, para a constituição de uma rede de oposição real ao bloco hegemônico. A possibilidade de se pensar alternativas, de se ter espaço para o diferente, de ouvir e ser ouvido, demonstra a construção de um caminho mais democrático e justo. É evidente que muitas das idéias e os discursos, assim como as práticas, tornam o espaço do Fórum Social Mundial um espaço lúdico e utópico, mas ainda assim é um processo fundamental para a transformação social neste início de milênio.

Nas duas edições seguintes houve um grande crescimento, amadurecimento, mas o “espírito de Porto Alegre”, os traços fundamentais e característicos se seguiram. Depois daqueles dias de janeiro de 2001, o mundo – ou pelo menos uma parte dele – passou a refletir mais sobre seu futuro e Porto Alegre passou a ser um importante espaço do cenário mundial. Ainda falta poder efetivo para que as mudanças sejam possíveis. Será que este é o caminho, talvez não. Talvez as mudanças estejam acontecendo. O problema é que o Fórum Social Mundial, assim como a “batalha de Seattle” podem significar uma mudança também no discurso dominante, mas que não mude efetivamente a realidade e apenas coopte muitos movimentos e ONGs que lutam por uma sociedade mais justa e manter assim “a roda girando no mesmo sentido”, sem as transformações necessárias. A realidade é difícil de ser transformada, mas é preciso fazê-lo, ou pelo menos tentar. “Os filósofos

pensaram o mundo, agora cabe a nós transforma-lo”, já dizia Marx há 155 anos. O Fórum Social Mundial é uma oportunidade para se pensar esta transformação.

## ANEXO

### OFICINAS DO FSM 2001 CLASSIFICADAS POR TEMÁTICA

#### GLOBALIZAÇÃO

6. DIREITOS DO CONSUMIDOR NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO
28. GLOBALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO, MEIO AMBIENTE E EMPRESAS MULTINACIONAIS
29. 1. O PSICÓLOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR: UMA VISÃO PSICODRMÁTICA  
2. A LOUCURA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM DRAMÁTICA DAS PRÁTICAS DE OPRESSÃO
31. MUDANÇA DE PARADIGMA: OS ASPECTOS CULTURAIS DA CULTURAIS DA GLOBALIZAÇÃO
33. GLOBALIZAÇÃO – FRAGMENTAÇÃO – REGIONALIZAÇÃO
- 35. AÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CONTRA A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: A EXPERIÊNCIA DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES**
83. DÍVIDA ECOLÓGICA DA AMÉRICA LATINA
- A) OS IMPACTOS SOCIAIS E ECOLÓGICOS DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL
  - B) AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
  - C) CAMPANHA DE RECONHECIMENTO DA DÍVIDA ECOLÓGICA – QUEM DEVE A QUEM/
  - D) PALESTRA: “ECONOMIAS SUSTENTÁVEIS; RELAÇÃO ENTRE AS CAMPANHAS; ESTRATÉGIAS E AÇÕES FUTURAS”
87. DIREITOS CULTURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS SÃO POSSÍVEIS EM UM MUNDO GLOBALIZADO
88. 1. DESAFIO DA GLOBALIZAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

2. PRÉ-REQUISITOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICOS PARA UM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
  3. RELIGIÕES DO MUNDO – ESTADOS NACIONAIS – JUSTIÇA GLOBAL: A DIVERSIDADE DAS RELIGIÕES MUNDIAIS OFERECE PERIGO PARA UMA ORDEM SOCIAL COMUM?
  4. A TAREFA DA EUROPA NA GLOBALIZAÇÃO
97. 1. FÓRUM SOCIAL & FÓRUM ECONÔMICO, DIÁLOGO SUL-NORTE, PÚBLICO E SOCIDADE CIVIL VERSUS PRIVADA
2. GLOBALIZAÇÃO E AGRICULTURA (SEM-TERRA E DESEMPREGO RURAL)
  3. GLOBALIZAÇÃO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
  4. DEMOCRACIA LOCAL, PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADANIA, DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E DEMOCRACIA DIRETA: O LUGAR DOS CIDADÃOS
104. ANALFABETISMO E GLOBALIZAÇÃO
123. GLOBALIZAÇÃO E UNIVERSIDADE
128. RACISMO E GLOBALIZAÇÃO
130. GLOBALIZAÇÃO X EMPREGO: RESPOSTAS SINDICAIS
138. MULHERES E GLOBALIZAÇÃO
147. GLOBALIZAÇÃO: PRIORIDADES DO TERCEIRO MUNDO
161. PERSPECTIVAS FEMINISTAS FRENTE À GLOBALIZAÇÃO
189. AS CONSEQÜÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO PARA O SETOR COUREIRO CALÇADISTA
193. 1. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E O CAPITAL SOCIAL NO BRASIL
2. A DIETA DA GLOBALIZAÇÃO – A COMIDA QUE ESTÁ FAZENDO A NOSSA CABEÇA
208. MULHERES E A GLOBALIZAÇÃO
210. IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO NO MEIO AMBIENTE: FOCO NO SETOR DE PESCA
217. AGRICULTURA E GLOBALIZAÇÃO; ALTERNATIVA DA SOCIEDADE CIVIL À GLOBALIZAÇÃO; ALCA

220. GLOBALIZAÇÃO E CAPITAL SOCIAL

221. GLOBALIZAÇÃO, IDENTIDADE NACIONAL E MULTICULTURALISMO

227. LUTAS POR UMA GLOBALIZAÇÃO PACIFICADORA

235. ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES INTERNACIONAIS CONTRA A GLOBALIZAÇÃO

249. GLOBALIZAÇÃO E EXTINÇÃO EM MASSA

263. CONFERÊNCIA MUNDIAL DA ONU CONTRA O RACISMO: PERSPECTIVAS PARA LUTA PELA CIDADANIA DOS POVOS DA DIÁSPORA AFRICANA NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

266. DEMOCRATIZAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO

275. GLOBALIZAÇÃO DE GRANDES EMPRESAS, GLOBALIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

287. 1. DIREITO DA TERRA E REFORMAS

2. LEGISLAÇÃO DE EMPREGO E TRABALHO (TRABALHADORES SEM TERRA E RURAIS)

3. DIREITOS HUMANOS DE DALITS E PESSOAS SUBMETIDAS À DISCRIMINAÇÃO RACIAL E OUTRAS

4. IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO, LIBERALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

5. OS DIREITOS DAS MULHERES NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

6. ESPIRITUALIDADE E ÉTICA

295. MONITORAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO, ACORDOS COMERCIAIS, IMPACTOS E PROPOSTAS

312. A ALTERNATIVA POLÍTICA À MUNDIALIZAÇÃO LIBERAL

317. O EMPRESÁRIO E O CIDADÃO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

319. PSICANÁLISE E MAL ESTAR NA GLOBALIZAÇÃO

325. QUAL A CONSTRUÇÃO CIDADÃ DO MUNDO: IDENTIDADES, ORGANIZAÇÕES, INTERNACIONALISMO. COMO ALCANÇAR UMA CONVERGÊNCIA ENTRE AS DIVERSAS POSIÇÕES CONTRA A GLOBALIZAÇÃO

329. CIRCULAÇÃO DOS CAPITAIS, CIRCULAÇÃO DOS INDIVÍDUOS; IMIGRAÇÃO: ABERTURA DAS FRONTEIRAS, DIREITO DE CIRCULAÇÃO E DE ESTABELECIMENTO DOS INDIVÍDUOS ONDE ESCOLHEM VIVER OU ONDE SE REFUGIAM

332. COMÉRCIO INTERNACIONAL E GOVERNANÇA GLOBAL

334. SOCIALISMO, UMA ALTERNATIVA CONTRA O NEOLIBERALISMO E A GLOBALIZAÇÃO

341. 1. O PAPEL SOCIAL DAS AUTARQUIAS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL  
2. DEFESA DA SOCIEDADE X CORPORATIVISMO  
3. GLOBALIZAÇÃO E MERCOSUL

353. INSTRUMENTOS E PERSPECTIVAS DO TERCEIRO SETOR NOS PROCESSOS DE MUNDIALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

396. A RESISTÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL:  
1. ECONOMIA PARASITÁRIA, EXCLUSÃO SOCIAL E AUTORITARISMO  
2. A RESISTÊNCIA E LUTA DOS POVOS CONTRA O NEOLIBERALISMO  
3. A CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA À BARBÁRIE

### **CAPITALISMO / NEOLIBERALISMO**

21. O PAPEL DA RECEITA PÚBLICA NUMA SOLUÇÃO ANTI-NEOLIBERAL PARA O SETOR PÚBLICO (FONTE ALTERNATIVA DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO: TRIBUTAÇÃO, CRÉDITO TRIBUTÁRIO, DÍVIDA ATIVA,...)

35. AÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CONTRA A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: A EXPERIÊNCIA DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

48. SINDICALISMO E NEOLIBERALISMO

83. DÍVIDA ECOLÓGICA DA AMÉRICA LATINA

- A) OS IMPACTOS SOCIAIS E ECOLÓGICOS DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL
- B) AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
- C) CAMPANHA DE RECONHECIMENTO DA DÍVIDA ECOLÓGICA – QUEM DEVE A QUEM/

D)PALESTRA: “ECONOMIAS SUSTENTÁVEIS; RELAÇÃO ENTRE AS CAMPANHAS; ESTRATÉGIAS E AÇÕES FUTURAS”

84. EIXO I

5. MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA
6. COMÉRCIO INTERNACIONAL, OMC E REGULAMENTAÇÃO CIDADÃ
7. MOEDAS SOCIAIS
8. REFORMA AGRÁRIA

EIXO II

5. GESTÃO DURÁVEL DA ÁGUA
6. EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE
7. AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTÍCIA
8. TRANSGÊNICOS E RECUSA À PRIVATIZAÇÃO DOS ORGANISMOS VIVOS

EIXO III

4. INTERCULTURALIDADE
5. ARTE, ARTISTAS E IDENTIDADE CULTURAL
6. FORMAÇÃO DE LÍDERES SOCIAIS

EIXO IV

3. GOVERNANÇA, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS
2. CONSTRUÇÃO DA PAZ: O CASO COLÔMBIA

93. CIDADANIA X INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

REDE INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE ATIVA – SOLIDARIEDADE DE CLASSE  
CONTRA O NEOLIBERALISMO  
RESTAURAÇÃO CAPITALISTA EM CUBA

94. 1. PERFIS PROFISSIONAIS EXIGIDOS PARA UM NOVO MODELO DE SOCIEDADE

2. BALANÇO EDUCACIONAL NAS AMÉRICAS
3. DIREITO À EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
4. SINDICALISMO E NEOLIBERALISMO
5. EDUCAÇÃO PARA TODOS: AÇÕES NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL

102. CONSTRUINDO UM MOVIMENTO INTERNACIONAL DOS POBRES, DESEMPREGADOS E SEM-TETO. RELACIONANDO UM CRESCENTE MOVIMENTO DOS POBRES NOS EUA COM OS MOVIMENTOS DOS POBRES EM TODO O MUNDO. COMPARTILHANDO E ORGANIZANDO EXPERIÊNCIAS, ANÁLISES DO NEOLIBERALISMO E CAMINHOS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS POBRES E UNÃO DIRETA DOS POBRES ATRAVÉS DAS FRONTEIRAS



106. O PODER DO DINHEIRO NA SOCIEDADE ATUAL

115. POLÍTICA NEOLIBERAL E CONFLITO ARMADO

117. CRIANDO ELOS DE NORTE A SUL NA LUTA PELA HUMANIDADE E CONTRA O NEOLIBERALISMO

124. HOUE DE FATO O “FIM DA HISTÓRIA”

126. DESENVOLVIMENTO POPULAR: ROMPENDO A BARREIRA DO NEOLIBERALISMO

150. LIBERALIZAÇÃO DOS MERCADOS E POBREZA DOS PEQUENOS CAMPONESES NA ÁFRICA CENTRAL

163. RESISTÊNCIA ARMADA AO NEOLIBERALISMO / ALTERNATIVAS DE PODE POPULAR NA AMÉRICA LATINA E ÁFRICA / PRISIONEIROS POLÍTICOS E ENJUIZAMENTO DAS DITADURAS MILITARES NA AMÉRICA LATINA

213. IMPACTO DO NEOLIBERALISMO SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS

223. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA COMO ALTERNATIVA AO MODELO NEOLIBERAL

286. PROTESTO SOCIAL E ALTERNATIVAS AO NEOLIBERALISMO

287. 1. DIREITO DA TERRA E REFORMAS

2. LEGISLAÇÃO DE EMPREGO E TRABALHO (TRABALHADORES SEM TERRA E RURAIS)

3. DIREITOS HUMANOS DE DALITS E PESSOAS SUBMETIDAS À DISCRIMINAÇÃO RACIAL E OUTRAS

4. IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO, LIBERALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

5. OS DIREITOS DAS MULHERES NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

6. ESPIRITUALIDADE E ÉTICA

312. A ALTERNATIVA POLÍTICA À MUNDIALIZAÇÃO LIBERAL

334. SOCIALISMO, UMA ALTERNATIVA CONTRA O NEOLIBERALISMO E A GLOBALIZAÇÃO

339. MORADIA ESTUDANTIL COMO RESGATE DA CIDADANIA E COMBATE À EXCLUSÃO NA SOCIEDADE PÓS-NEOLIBERAL

357. O CAPITALISMO NO FINAL DO SÉCULO XX: APONTAMENTOS DE INTERPRETAÇÃO

369. O NEOLIBERALISMO E O DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO

370. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA COMO ALTERNATIVA AO MODELO NEOLIBERAL

390. ELOS NORTE-SUL NA LUTA PELA HUMANIDADE E CONTRA O NEOLIBERALISMO

396. A RESISTÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL:

1. ECONOMIA PARASITÁRIA, EXCLUSÃO SOCIAL E AUTORITARISMO
2. A RESISTÊNCIA E LUTA DOS POVOS CONTRA O NEOLIBERALISMO
3. A CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA À BARBÁRIE

#### EXCLUSÃO SOCIAL / POBREZA

37. DESIGUALDADES SOCIAIS

41. POPULAÇÃO DE RUA

76. EDUCAÇÃO E POBREZA

102. CONSTRUINDO UM MOVIMENTO INTERNACIONAL DOS POBRES, DESEMPREGADOS E SEM-TETO. RELACIONANDO UM CRESCENTE MOVIMENTO DOS POBRES NOS EUA COM OS MOVIMENTOS DOS POBRES EM TODO O MUNDO. COMPARTILHANDO E ORGANIZANDO EXPERIÊNCIAS, ANÁLISES DO NEOLIBERALISMO E CAMINHOS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS POBRES E UNÃO DIRETA DOS POBRES ATRAVÉS DAS FRONTEIRAS

136. EXCLUSÃO SOCIAL NOS CENTROS URBANOS/POPULAÇÃO DE RUA

150. LIBERALIZAÇÃO DOS MERCADOS E POBREZA DOS PEQUENOS CAMPONESES NA ÁFRICA CENTRAL

168. DIREITOS REPRODUTIVOS, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

180. LUTA CONTRA A POBREZA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES – LAÇOS E ESTRATÉGIAS

248. VIOLÊNCIA, EXCLUSÃO SOCIAL E ATO INFRACIONAL

257. DISCRIMINAÇÃO DE MINORIAS

279. EXCLUSÃO SOCIAL E EVASÃO ESCOLAR

313. PROMOÇÃO DA SAÚDE NO COMBATE À EXCLUSÃO

339. MORADIA ESTUDANTIL COMO RESGATE DA CIDADANIA E COMBATE À EXCLUSÃO NA SOCIEDADE PÓS-NEOLIBERAL

376. EXPOSIÇÃO DE AMERICANOS SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL

**396. A RESISTÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL:**

1. ECONOMIA PARASITÁRIA, EXCLUSÃO SOCIAL E AUTORITARISMO
2. A RESISTÊNCIA E LUTA DOS POVOS CONTRA O NEOLIBERALISMO
3. A CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA À BARBÁRIE

**MULTICULTURALISMO (CULTURA, GÊNERO, SEXO, ETNIA, PORTADORES DE DEFICIÊNCIA)**

3. A COMUNICAÇÃO INTEGRAL PARA LIDERANÇAS FEMININAS

9. MULHERES NEGRAS

35. AÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CONTRA A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: A EXPERIÊNCIA DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

47. VIOLÊNCIA SEXUAL E DOMÉSTICA

69. ARTICULAÇÃO MARCO SUR FEMINISTA

84. EIXO I

1. MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA
2. COMÉRCIO INTERNACIONAL, OMC E REGULAMENTAÇÃO CIDADÃ
3. MOEDAS SOCIAIS

## 4. REFORMA AGRÁRIA

## EIXO II

1. GESTÃO DURÁVEL DA ÁGUA
2. EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE
3. AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTÍCIA
4. TRANSGÊNICOS E RECUSA À PRIVATIZAÇÃO DOS ORGANISMOS VIVOS

## EIXO III

1. INTERCULTURALIDADE
2. ARTE, ARTISTAS E IDENTIDADE CULTURAL
3. FORMAÇÃO DE LÍDERES SOCIAIS

## EIXO IV

1. GOVERNANÇA, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS
2. CONSTRUÇÃO DA PAZ: O CASO COLÔMBIA

90.
  1. REUNIÃO ENTRE FEMINISTAS PARA ARTICULAÇÃO TEMÁTICA E POLÍTICA
  2. DIÁLOGO ENTRE FEMINISTAS, ECOLOGISTAS E SETORES LIGADOS À BIOTECNOLOGIA. ARTICULAÇÃO MULTISSETORIAL TEMÁTICA E POLÍTICA

## 95. A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES AO DESENVOLVIMENTO

## 100. O STATUS SOCIAL DE MULHERES EM PAÍSES COM A ECONOMIA EM TRANSIÇÃO

## 103. GÊNERO E SAÚDE

## 107. A PARTICIPAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA NA VIDA DA SOCIEDADE: QUE INCLUSÃO QUEREMOS?

## 114. DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS MULHERES

## 116. MULHERES TRANSFORMANDO A ECONOMIA – APRESENTAÇÃO DA REDE

## 120. DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E O AUMENTO DE PODER DAS MULHERES

## 121. NEGROS: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA SINDICAL E POPULAR

## 128. RACISMO E GLOBALIZAÇÃO

## 133. CRIME RACIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

135. IDENTIDADE CULTURAL

138. MULHERES E GLOBALIZAÇÃO

140. RACISMO E XENOFOBIA NA ALEMANHA / SITUAÇÃO ALEMÃ DEPOIS DA GUERRA DA IUGOSLÁVIA

141. TERRITÓRIOS NEGROS – A LUTA POR DIREITOS DE COMUNIDADES DO CANDOMBLÉ E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS

144. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

145. DIREITOS HUMANOS E DISCRIMINAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS

146. ARTICULANDO POLÍTICAS DE SAÚDE AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

154. AS MULHERES E A CONSTRUÇÃO DA PAZ

155. REGIONALISMOS ALTERNATIVOS

156. MARXISMO E FEMINISMO

157. AS TRABALHADORAS FRENTE ÀS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO: POSSIBILIDADES DE AÇÃO SINDICAL NA DEFESA DOS DIREITOS

161. PERSPECTIVAS FEMINISTAS FRENTE À GLOBALIZAÇÃO

- 165.
1. PODER POLÍTICO E UTOPIA: NOVA ÉTICA DO PODER, DESDE O LOCAL AO MUNDIAL
  2. MULTICULTURALISMO: PARADOXOS ENTRE IGUALDADE E DIFERENÇA
  3. A UNIVERSIDADE EM QUESTÃO: DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E HUMANO
  4. POLÍTICA FISCAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E HUMANO

169. REMANESCENTES DE QUILOMBOS: UMA LUTA SOCIAL E LEGAL PELO DIREITO À TERRA

171. IMPACTO DA SAÚDE DAS MULHERES PELOS MODELOS ECONÔMICOS VIGENTES

172. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

180. LUTA CONTRA A POBREZA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES – LAÇOS E ESTRATÉGIAS
182. 1. MASCULINIDADE  
2. MULHER, RELAÇÕES DE GÊNERO E SUBJETIVIDADE
187. 1. RACISMO NO BRASIL: VISÃO GERAL SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA  
2. SAÚDE COMUNITÁRIA: IDÉIAS GERAIS PARA A ADAPTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA COM MÉDICOS DE FAMÍLIA E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE PARA ÁFRICA
201. PEDAGOGIA EXUSÍACA DE RETERRITORIALIZAÇÃO E CIDADANIA DOS AFRO-DESCENDENTES E O FÓRUM NACIONAL DO “POVO DE SANTO”
208. MULHERES E A GLOBALIZAÇÃO
209. TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS: OS PRESSUPOSTOS SENSÍVEIS AO GÊNERO
215. INTEGRAÇÃO DO ASPECTO GÊNERO EM TODAS AS ALTERNATIVAS ECONÔMICAS
218. EDUCAR PARA NÃO DISCRIMINAR
221. GLOBALIZAÇÃO, IDENTIDADE NACIONAL E MULTICULTURALISMO
222. 1. OS PROGRAMAS DO BANCO MUNDIAL PARA A AGRICULTURA E SEUS IMPACTOS SOBRE AS MULHERES RURAIS  
2. AS FORMAS DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES: AS POLÍTICAS DAS IFMS E A CRIAÇÃO DAS REDES DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL (AMBAS EM PARCERIA COM RIAD)  
3. A POLÍTICA DE INFORMAÇÃO DO BANCO MUNDIAL (EM PARCERIA COM O BIC-BANK INFORMATION CENTRE)
228. MULHERES RURAIS – SAÚDE REPRODUTORA
229. RESISTÊNCIA E LUTA POR ALTERNATIVAS AOS PROCESSOS DE RENOVAÇÃO DE ÁREAS CENTRAIS COM EXCLUSÃO

230. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL

234. DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTORES E DEMOCRACIA

238. GÊNERO E POLÍTICA

239. GÊNERO E QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES

257. DISCRIMINAÇÃO DE MINORIAS

263. CONFERÊNCIA MUNDIAL DA ONU CONTRA O RACISMO: PERSPECTIVAS PARA LUTA PELA CIDADANIA DOS POVOS DA DIÁSPORA AFRICANA NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

272. MULHER NEGRA E PODER POLÍTICO

280. DESENVOLVIMENTO HUMANO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL

283. ALCA INTERESSA ÀS MULHERES?

287. 1. DIREITO DA TERRA E REFORMAS

2. LEGISLAÇÃO DE EMPREGO E TRABALHO (TRABALHADORES SEM TERRA E RURAIS)

3. DIREITOS HUMANOS DE DALITS E PESSOAS SUBMETIDAS À DISCRIMINAÇÃO RACIAL E OUTRAS

4. IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO, LIBERALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

5. OS DIREITOS DAS MULHERES NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

6. ESPIRITUALIDADE E ÉTICA

309. PROSTITUIÇÃO E VIOLÊNCIA

347. 1. ESPAÇO POTENCIAL DE VIDA

2. O FÓRUM DO POVO DE SANTO

370. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA COMO ALTERNATIVA AO MODELO NEOLIBERAL

386. RACISMO NO BRASIL – FORMAS DE CONTROLE

TRABALHO/EMPREGO/SINDICATO

1. POR UM NOVO SINDICALISMO

2. FÓRUM SOCIAL DO TRABALHO – A CENTRALIDADE DO TRABALHO: CORRENTES EM DEBATE

14. SETOR INFORMAL NA AMÉRICA LATINA

28. GLOBALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO, MEIO AMBIENTE E EMPRESAS MULTINACIONAIS

48. SINDICALISMO E NEOLIBERALISMO

51. TRABALHO E SINDICATOS

64. EMPREGO, DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL

94. 1. PERFIS PROFISSIONAIS EXIGIDOS PARA UM NOVO MODELO DE SOCIEDADE

2. BALANÇO EDUCACIONAL NAS AMÉRICAS

3. DIREITO À EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

4. SINDICALISMO E NEOLIBERALISMO

5. EDUCAÇÃO PARA TODOS: AÇÕES NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL

130. GLOBALIZAÇÃO X EMPREGO: RESPOSTAS SINDICAIS

137. O VALOR SIMBÓLICO DO TRABALHO E O SUJEITO CONTEMPORÂNEO

151. EMPREGO

157. AS TRABALHADORAS FRENTE ÀS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO: POSSIBILIDADES DE AÇÃO SINDICAL NA DEFESA DOS DIREITOS

164. TRABALHO INFANTIL / TRABALHO FORÇADO

188. 1. O ACIDENTE E A MORTE NO TRABALHO

2. O IMPACTO SOCIAL DO ADOECIMENTO

194. 1. A CONSTRUÇÃO DO COLETIVO ATRAVÉS DO TRABALHO COMUNITÁRIO



## 2. INDÚSTRIAS COMUNITÁRIAS

196. ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: NOVAS FORMAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

199. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO NUMA EMPRESA COOPERATIVISTA

202. NOVAS FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO: SUSTENTABILIDADE, TRABALHO E NOVAS TECNOLOGIAS

204. JUVENTUDE E TRABALHO/EDUCAÇÃO/ALCA

212. TRABALHO E AÇÃO SINDICAL

236. COOPERATIVA EMPRESARIAL

259. TRABALHO INFANTIL

275. GLOBALIZAÇÃO DE GRANDES EMPRESAS, GLOBALIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

289. 1. DIREITO DA TERRA E REFORMAS

2. LEGISLAÇÃO DE EMPREGO E TRABALHO (TRABALHADORES SEM TERRA E RURAIS)

3. DIREITOS HUMANOS DE DALITS E PESSOAS SUBMETIDAS À DISCRIMINAÇÃO RACIAL E OUTRAS

4. IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO, LIBERALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

5. OS DIREITOS DAS MULHERES NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

6. ESPIRITUALIDADE E ÉTICA

305. TRABALHO

310. CURSO DE JARDINAGEM – TRABALHO EDUCATIVO – PARA MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA

342. A LUTA POR SALÁRIOS MÍNIMOS NA EUROPA

364. TRABALHO INFANTIL E TRABALHO ESCRAVO

- 368. 1. SAÚDE E SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL
- 2. SAÚDE DO TRABALHADOR

- 372. 1. SEGURANÇA ALIMENTAR
- 2. PROBLEMAS DE TRABALHO
- 3. MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES
- 4. RELIGIÃO E SOCIEDADE NA AMÉRICA LATINA

#### DEMOCRACIA / PARTICIPAÇÃO

10. REDES PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO, DEMOCRACIA E GOVERNO ELETRÔNICO

15. DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE E DEMOCRACIA NO CONE SUL

16. DEMOCRACIA, MOVIMENTOS SOCIAIS

32. CIDADANIA PARTICIPATIVA PARA JOVENS: O PARLAMENTO DAS CRIANÇAS E JOVENS

68. DAS EXPERIÊNCIAS DEMOCRÁTICAS LOCAIS À CONSTRUÇÃO DE UM CONTRA-PODER PLANETÁRIO: CAMINHOS PARA UM MUNDO NOVO

72. DEMOCRACIA DA COMUNICAÇÃO OU REGIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E JORNALÍSTICA

- 88. 1. DESAFIO DA GLOBALIZAÇÃO PARA A DEMOCRACIA
- 2. PRÉ-REQUISITOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICOS PARA UM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
- 3. RELIGIÕES DO MUNDO – ESTADOS NACIONAIS – JUSTIÇA GLOBAL: A DIVERSIDADE DAS RELIGIÕES MUNDIAIS OFERECE PERIGO PARA UMA ORDEM SOCIAL COMUM?
- 4. A TAREFA DA EUROPA NA GLOBALIZAÇÃO

101. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, CIDADANIA

- 105. 1. GESTÃO CIDADÃ
- 2. DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DO USO DA INFORMÁTICA

143. DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

148. DEMOCRACIA E ACESSO À JUSTIÇA
152. CIDADANIA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
153. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TRANSDISCIPLINAR
160. OUVIDORIA DO ELEITOR: MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO ELEITORAL
166. CIDADES JUSTAS E DEMOCRÁTICAS
1. CARACTERIZAÇÃO DAS DIVERSAS VISÕES DE CIDADE EMBUTIDAS EM DOCUMENTOS INTERNACIONAIS E PRÁTICAS POLÍTICAS
  2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA UMA CIDADE JUSTA E DEMOCRÁTICA
- DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO POPULAR NAS CIDADES
170. CIDADANIA, GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES – INSTRUMENTOS DA REFORMA URBANA
178. BAIRROS SOB O CONTROLE OPERÁRIO, AUTOGESTÃO E PROPRIEDADE COLETIVA
185. GESTÃO PARTICIPATIVA: GOVERNO E SOCIEDADE
209. TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS: OS PRESSUPOSTOS SENSÍVEIS AO GÊNERO
226. 1. CORRUPÇÃO, COMPRA DE VOTOS E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE INICIATIVA POPULAR DE LEI
2. A LIVRE CIRCULAÇÃO DE CAPITAIS NO MECANISMO DE CONTAS CC5 NO BRASIL – LAVAGEM DE DINHEIRO
234. DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTORES E DEMOCRACIA
242. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
245. DESENVOLVIMENTO LOCAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
247. A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A PEDAGOGIA SOCIAL NA ESCOLA CIDADÃ

251. 1. BRASIL  
2. AMÉRICA LATINA  
3. FÓRUMS DE CONTROLE SOCIAL DO ORÇAMENTO, INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL  
4. TRANSPARÊNCIA E CORRUPÇÃO
260. AVANÇOS NA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO
266. DEMOCRATIZAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO
269. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E PODER LOCAL
270. COMO ESTABELECEER UMA DEMOCRACIA MUNDIAL?
273. FORTALECIMENTO DO PODER LOCAL
276. A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS
285. EXIBIÇÃO DO VÍDEO PRODUZIDO PELA TV3 FRANCESA SOBRE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
293. CULTURA POLÍTICA E APRENDIZAGEM DA CIDADANIA
307. UMA PROPOSTA INOVADORA: CONSELHOS DE PRAÇAS E PARQUES DA CIDADE DE PORTO ALEGRE
335. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL
346. DEMOCRACIA E GOVERNANÇA MUNDIAL: DESAFIOS PARA O SÉCULO 21
- 1) OS AGENTES NÃO ESTATAIS NA GOVERNANÇA MUNDIAL
  - 2) QUAIS SÃO AS ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE O ESTADO, AS OIG, AS ONGS E O SETOR PRIVADO NA PROMOÇÃO DO BEM PÚBLICO?
358. GESTÃO PARTICIPATIVA DE ONGS
375. DEMOCRATIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DA PREVIDÊNCIA
377. AVANÇOS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA: EXPERIÊNCIAS COM ORGANIZAÇÕES DO SETOR PÚBLICO, PRIVADO E ONGS

SAÚDE

25. ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO SOBRE LEGISLAÇÃO DA SAÚDE – BIBLIOTECA VIRTUAL DE LEGISLAÇÃO DE SAÚDE E INOCUIDADE DE ALIMENTOS PARA A POPULAÇÃO

29. 1. O PSICÓLOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR: UMA VISÃO PSICODRAMÁTICA  
2. A LOUCURA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM DRAMÁTICA DAS PRÁTICAS DE OPRESSÃO

54. TABAGISMO: UMA AMEAÇA GLOBAL

60. TRIAGEM, ENCAMINHAMENTO, ACONSELHAMENTO PARA PESSOAS USUÁRIAS DE DROGAS E/OU PORTADORES DE HIV/DOENTES AIDS

77. SAÚDE, JOVENS MULTIPLICADORES; CULTURA HIP; JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE

78. SAÚDE MENTAL E APRENDIZAGEM HUMANA EM ECOSISTEMAS URBANOS MARGINAIS

103. GÊNERO E SAÚDE

146. ARTICULANDO POLÍTICAS DE SAÚDE AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

171. IMPACTO DA SAÚDE DAS MULHERES PELOS MODELOS ECONÔMICOS VIGENTES

175. O PSICÓLOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR: UMA VISÃO PSICODRAMÁTICA

187. 1. RACISMO NO BRASIL: VISÃO GERAL SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA  
2. SAÚDE COMUNITÁRIA: IDÉIAS GERAIS PARA A ADAPTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA COM MÉDICOS DE FAMÍLIA E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE PARA ÁFRICA

188. 1. O ACIDENTE E A MORTE NO TRABALHO  
2. O IMPACTO SOCIAL DO ADOECIMENTO

207. GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO: O PAPEL DO PODER PÚBLICO

211. ABORDAGEM COM POPULAÇÃO DO HIV / AIDS
262. DOENÇA CRÔNICA NA AMÉRICA LATINA
228. MULHERES RURAIS – SAÚDE REPRODUTORA
255. CAUSA COMUM NACIONAL SIERRA LEONE [drogas e alcoolismo]
261. DOENÇA CRÔNICA NA AMÉRICA LATINA
291. AMAMENTAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL
313. PROMOÇÃO DA SAÚDE NO COMBATE À EXCLUSÃO
319. PSICANÁLISE E MAL ESTAR NA GLOBALIZAÇÃO
324. EDUCAÇÃO EM SAÚDE
333. HOSPITAIS PÚBLICOS
359. SAÚDE: UMA VISÃO CRÍTICA À HIV / AIDS
368. 1. SAÚDE E SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL  
2. SAÚDE DO TRABALHADOR
393. 1. SAÚDE MENTAL E CIDADANIA  
2. A PRODUÇÃO SOCIAL DA LOUCURA

DESENVOLVIMENTOSUSTENTÁVEL / MEIO AMBIENTE / ECOLOGIA / AGRICULTURA /  
TRANSGÊNICOS

5. OFICINA DE FLORESTAS E PARQUE DAS ÁRVORES QUEIMADAS

**8. O PAPEL DA EDUCAÇÃO TRANSFORMATIVA NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E UMA CULTURA DE PAZ**

17. 1. COMO ESTABELECE O CONTROLE SOCIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE
  2. COMO GARANTIR MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA TERRA
  3. A SUSTENTABILIDADE A PARTIR DE UM ENFOQUE INTEGRADO DOS RECURSOS TERRESTRES
53. COMPARTILHANDO O “ALUGUEL” DA NATUREZA
70. 1. NEO-HUMANISMO: ECOLOGIA, ESPIRITUALIDADE E EXPANSÃO MENTAL
  2. O SER HUMANO INTEGRAL NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR
71. TRANSGÊNICOS: SOLUÇÃO OU AMEAÇA?
73. COMBATE À POLUIÇÃO SONORA
79. 1. DIREITOS DA TERRA, RECURSOS NATURAIS E O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA ASIÁTICA
  2. FINANCIANDO A QUEM? UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A CONFERÊNCIA DO FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO
  3. PORQUE PRECISAMOS FECHAR O BANCO MUNDIAL E O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, COMO FAZER E O QUE PRECISAMOS NO SEU LUGAR
80. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: MOVIMENTOS SOCIAIS NO MEIO RURAL.
- SUBTEMAS:
1. CONFLITOS PELO DIREITO À TERRA (ACESSO À REFORMA AGRÁRIA; POLÍTICAS ENERGÉTICAS E EXPULSÃO DAS POPULAÇÕES LOCAIS)
  2. RELAÇÕES SOCIAIS NA AGRICULTURA (O ESTATUTO DAS MULHERES TRABALHADORAS)
  3. SOLIDARIEDADE ENTRE OS CAMPONESES DO SUL E NORTE (O RASTREAMENTO DAS CULTURAS NÃO TRANSGÊNICAS COMO INSTRUMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DE CAMPONÊS A CAMPONÊS; TROCAS DE SABER ENTRE CAMPONESES DO NORTE E SUL)
  4. DEMANDA SOCIAL E PRODUÇÃO DO SABER (NOVAS MODALIDADES DE CONSTRUÇÃO DO SABER)
82. SEGURANÇA ALIMENTAR
83. DÍVIDA ECOLÓGICA DA AMÉRICA LATINA
- A) OS IMPACTOS SOCIAIS E ECOLÓGICOS DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL
  - B) AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- C) CAMPANHA DE RECONHECIMENTO DA DÍVIDA ECOLÓGICA – QUEM DEVE A QUEM/  
 D) PALESTRA: “ECONOMIAS SUSTENTÁVEIS; RELAÇÃO ENTRE AS CAMPANHAS;  
 ESTRATÉGIAS E AÇÕES FUTURAS”

## 84. EIXO I

1. MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA
2. COMÉRCIO INTERNACIONAL, OMC E REGULAMENTAÇÃO CIDADÃ
3. MOEDAS SOCIAIS
4. REFORMA AGRÁRIA

## EIXO II

1. GESTÃO DURÁVEL DA ÁGUA
2. EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE
3. AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTÍCIA
4. TRANSGÊNICOS E RECUSA À PRIVATIZAÇÃO DOS ORGANISMOS VIVOS

## EIXO III

1. INTERCULTURALIDADE
2. ARTE, ARTISTAS E IDENTIDADE CULTURAL
3. FORMAÇÃO DE LÍDERES SOCIAIS

## EIXO IV

1. GOVERNANÇA, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS
2. CONSTRUÇÃO DA PAZ: O CASO COLÔMBIA

## 85. REFORMAS AGRÁRIAS

- 1) PRIMEIRA PARTE: ANÁLISE DE DIVERSAS POLÍTICAS JURÍDICAS E RETENÇÃO DOS DIREITOS DOS EXPLORADORES
- 2) SEGUNDA PARTE: REFORMA AGRÁRIA, MERCADO FUNDIÁRIO E ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS

## 86. 1. BIOECONOMIA

2. NOVA ÉTICA BASEADA NA EMPATIA

## 88. 1. DESAFIO DA GLOBALIZAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

2. PRÉ-REQUISITOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICOS PARA UM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
3. RELIGIÕES DO MUNDO – ESTADOS NACIONAIS – JUSTIÇA GLOBAL: A DIVERSIDADE DAS RELIGIÕES MUNDIAIS OFERECE PERIGO PARA UMA ORDEM SOCIAL COMUM?
4. A TAREFA DA EUROPA NA GLOBALIZAÇÃO

## 90. 1. REUNIÃO ENTRE FEMINISTAS PARA ARTICULAÇÃO TEMÁTICA E POLÍTICA



DIÁLOGO ENTRE FEMINISTAS, ECOLOGISTAS E SETORES LIGADOS À BIOTECNOLOGIA.  
2. ARTICULAÇÃO MULTISSETORIAL TEMÁTICA E POLÍTICA

91. 1. SEMENTES E TRANSGÊNICOS

2. OMC NA AGRICULTURA

3. ARTICULAÇÃO CAMPONESA

112. REFORMA AGRÁRIA

139. DOMÍNIO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DURÁVEL

149. A DESTRUIÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA

165. 1. PODER POLÍTICO E UTOPIA: NOVA ÉTICA DO PODER, DESDE O LOCAL AO MUNDIAL

2. MULTICULTURALISMO: PARADOXOS ENTRE IGUALDADE E DIFERENÇA

3. A UNIVERSIDADE EM QUESTÃO: DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E HUMANO

4. POLÍTICA FISCAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E HUMANO

172. ARQUITETURA E ECOLOGIA SOCIAL

174. PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS NA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

195. QUEM PRECISA DE ÁGUA? ÁGUA PARA QUE PRECISA!

207. GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO: O PAPEL DO PODER PÚBLICO

210. IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO NO MEIO AMBIENTE: FOCO NO SETOR DE PESCA

214. LANÇAMENTO DO LIVRO: "UMA SUSTENTÁVEL REVOLUÇÃO NA FLORESTA"

216. ÁGUA COMO RECURSO NATURAL ACESSÍVEL A TODOS

225. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

239. GÊNERO E QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES

249. GLOBALIZAÇÃO E EXTINÇÃO EM MASSA

261. HABITAÇÃO, SUSTENTABILIDADE

277. REFORMA AGRARIA INTEGRAL

288. CRÍTICAS ÀS ESTRATÉGIAS LIBERAIS DE ABANDONO MORAL A PESSOAS E AO MEIO AMBIENTE

290. CONHECIMENTO PARA CIDADES SUSTENTÁVEIS: O EXEMPLO DO ATLAS AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE

307. UMA PROPOSTA INOVADORA: CONSELHOS DE PRAÇAS E PARQUES DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

321. PROJETO INTEGRADO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA LOMBA DO PINHEIRO – UM CASO DE PLANEJAMENTO URBANO AMBIENTAL PARTICIPATIVO

331. ENERGIAS RENOVÁVEIS, TECNOLOGIAS LIMPAS E RESÍDUOS

338. A PROPAGANDA NA PAISAGEM URBANA DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

343. FORMAÇÃO DE LIDERANÇA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

344. CONSUMO SUSTENTÁVEL E O PAPEL DA JUVENTUDE

365. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

371. O DIREITO À ÁGUA E A ÁGUA COMO UM PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE ÁGUA COMO RECURSO NATURAL ACESSÍVEL A TODOS

374. PROJETO NA MOLDÁVIA – APRESENTAÇÃO [agricultura]

394. BRASIL E AMÉRICA LATINA – PARTICIPAÇÃO, EDUCAÇÃO E LUTA, BEM-ESTAR SOCIAL E DEFESA AMBIENTAL, PROJETO PLANTAS VIVAS – A NATUREZA A SERVIÇO DA VIDA E DA SOBERANIA DAS NAÇÕES

397. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS COMUNIDADES LOCAIS

## COMUNICAÇÃO

### 3. A COMUNICAÇÃO INTEGRAL PARA LIDERANÇAS FEMININAS

10. REDES PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO, DEMOCRACIA E GOVERNO ELETRÔNICO

12. SOBRE CONSTITUIÇÃO E ESTADO DE DIREITO; SOBRE COMUNICAÇÃO

40. COMO LER UM JORNAL, LER UMA REVISTA, ASSISTIR UM PROGRAMA DE TELEVISÃO, ESCUTAR A UM PROGRAMA DE RÁDIO E NAVEGAR PELOS CONTEÚDOS NOTICIOSOS NA INTERNET

43. MÍDIA, PODER E COMUNICAÇÃO: OLHARES E REGISTROS SOBRE A COMEMORAÇÃO DOS 500 ANOS DO BRASIL

72. DEMOCRACIA DA COMUNICAÇÃO OU REGIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E JORNALÍSTICA

105. 1. GESTÃO CIDADÃ

2. DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DO USO DA INFORMÁTICA

113. SOFTWARE LIVRE

122. 1) COMUNICAÇÃO E CIDADANIA

2) LANÇAMENTO DA CARTA MAIOR AGÊNCIA

158. ALTERNATIVAS: REDE DE AÇÃO E DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL – CANADÁ

181. COMUNICAÇÃO E O DESPERTAR DE UMA NOVA ORDEM SOCIAL MUNDIAL

186. 1. A CONTRIBUIÇÃO DA MÍDIA NA LUTA PELOS DIREITOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2. CONSÓRCIO DE DIREITOS HUMANOS

240. UNIVERSIDADE PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

1. COMUNICAÇÃO POPULAR E PROTAGONISMO SOCIAL

2. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

3. URBANISMO: PLANO DIRETOR POPULAR/BAIRROS
4. EDUCAÇÃO:UTOPIA E CONTRA IDEOLOGIA
5. CLASSES POPULARES E UNIVERSIDADE PÚBLICA: RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA CONTRA-HEGEMONIA POPULAR

264. LE MONDE DIPLOMATIQUE – UM JORNAL PLANETÁRIO  
LANÇAMENTO DE TRÊS LIVROS

300. INTERNET, CONSUMO E COMÉRCIO JUSTO

308. REDE DE COMUNICAÇÃO NA ÁREA DA MÍDIA INDEPENDENTE

315. O JORNALISMO LIBERTADOR COMO ELEMENTO DE MUDANÇA SOCIAL

349. PRODUÇÃO PARA RÁDIOS COMUNITÁRIAS

#### VIOLÊNCIA/ARMAMENTOS (INTERNACIONAL)

13. PLANO COLÔMBIA

20. DESARMAMENTO E COMÉRCIO DE ARMAS

22. TRABALHANDO POR UM MUNDO LIVRE DE MINAS

44. PLANO COLÔMBIA, LANÇAMENTO E EXIBIÇÃO DO VÍDEO “AMÉRICA LATINA, ESTRATÉGIAS DE RECOLONIZAÇÃO E A INTERVENÇÃO MILITAR NORTE-AMERICANA”

57. A VIOLÊNCIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

96. DOCUMENTÁRIOS SOBRE AS PROBLEMÁTICAS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA, A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MEIO AO CONFLITO ARMADO: O PLANO COLÔMBIA, O PARA-MILITARISMO DE ESTADO, A SITUAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS E DOS DIREITOS HUMANOS

108. 1. LUTAS POPULARES E RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: EXPERIÊNCIAS DE NORTE A SUL

2. A LUTA CONTINUA: DESAFIANDO A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL COM UMA PRAXIS DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA

115. POLÍTICA NEOLIBERAL E CONFLITO ARMADO

140. RACISMO E XENOFOBIA NA ALEMANHA / SITUAÇÃO ALEMÃ DEPOIS DA GUERRA DA IUGOSLÁVIA

163. RESISTÊNCIA ARMADA AO NEOLIBERALISMO / ALTERNATIVAS DE PODER POPULAR NA AMÉRICA LATINA E ÁFRICA / PRISIONEIRO POLÍTICO E ENJUIZAMENTO DAS DITADURAS MILITARES NA AMÉRICA LATINA

179. DESARMAR O PRESENTE PACIFICAR O FUTURO

185. EDUCAÇÃO PARA A PAZ, OS DIREITOS HUMANOS E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

314. 1. ALTERNATIVAS ECONÔMICAS  
2. CONFLITO NA COLÔMBIA E SUA REPERCUSSÃO NA AMÉRICA LATINA

330. MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

**VIOLÊNCIA (URBANA, GÊNERO, RACIAL, ÉTNICA, ...)**

42. FILME "I CENTO PASSI" – HISTÓRIA DE PEPINO IMPASTATO, LÍDER DA LUTA PELA TERRA E CONTRA A MÁFIA, ASSASSINADO EM 1978 NA SICÍLIA

47. VIOLÊNCIA SEXUAL E DOMÉSTICA

133. CRIME RACIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

144. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

146. ARTICULANDO POLÍTICAS DE SAÚDE AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

172. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

180. LUTA CONTRA A POBREZA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES – LAÇOS E ESTRATÉGIAS

230. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL

248. VIOLÊNCIA, EXCLUSÃO SOCIAL E ATO INFRACIONAL

289. DROGAS E VIOLÊNCIA

309. PROSTITUIÇÃO E VIOLÊNCIA

352. LÍDERES COMUNITÁRIOS: CRIAÇÃO, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO – SEGURANÇA FRENTE AO SENTIMENTO DE INSEGURANÇA – PREVENÇÃO DE DELITO E COMUNIDADE PARTICIPATIVA – VIOLÊNCIA VIRTUAL INÉDITA?

### **PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS**

4. ECONOMIA PLURAL E NOVOS FATORES DE RIQUEZA

23. DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO: DESCONSTRUÇÃO E CONSTRUÇÃO

26. SOLIDARIEDADE, JUSTIÇA SOCIAL E IMPOSTOS PROGRESSIVOS

27. RENDA MÍNIMA CIDADÃ E SUAS IMPLICÂNCIAS RADICAIS NOS PARADIGMAS SOCIAIS, ECONÔMICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS

46. EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS, PROJETOS TERRITORIAIS INTEGRADOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

74. DA TRIBUTAÇÃO DOS INOCENTES À JUSTIÇA FISCAL – A JUSTIÇA FISCAL COMO INSTRUMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DE RIQUEZA NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

106. O PODER DO DINHEIRO NA SOCIEDADE ATUAL

176. UMA NOVA ÉTICA PARA O DESENVOLVIMENTO

258. DESENVOLVIMENTO LOCAL

294. COMÉRCIO JUSTO

316. MOEDA SOCIAL

336. ECONOMIA SOLIDÁRIA

355. TAXA TOBIN E CONTROLE DE CAPITAL

362. ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL EM CONSTRUÇÃO

373. ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

382. DESENVOLVIMENTO LOCAL

383. TRIBUTAÇÃO E SOCIEDADE

392. 1. CAMPANHAS NACIONAIS E REGIONAIS CONTRA A DÍVIDA EXTERNA

2. A MACROECONOMIA DO ENDIVIDAMENTO

3. PLANIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA CAMPANHA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA POR UM MILÊNIO LIVRE DE DÍVIDAS E EXPLORAÇÃO

### **MOVIMENTOS SOCIAIS / SOCIEDADE CIVIL GLOBAL**

16. DEMOCRACIA, MOVIMENTOS SOCIAIS

18. 1. COORDENAÇÃO INTERNACIONAL CONTRA A OMC – COMBATENDO O GATT, TIPS, AGRICULTURA E NOVOS ITENS NA OMC

2. PESQUISA COORDENADA NA FTAA / ALCA

34. MOVIMENTOS SOCIAIS, FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E NOVAS REDES MISTAS SÓCIO-GOVERNAMENTAIS

38. A ONU: PARCERIA COM O SETOR PRIVADO: COMO A SOCIEDADE CIVIL DEVERIA RESPONDER?

45. OS AGENTES CIVIS MUNDIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE POLÍTICA INTERNACIONAL

56. REDES E RECIPROCIDADE NAS RELAÇÕES SOCIAIS E A CRIAÇÃO COLETIVA

58. A HISTÓRIA AMEAÇADA – A LUTA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS CONTRA A POLÍTICA COLONISTA DA BASE ESPACIAL DE ALCÂNTARA

62. MARCHA MUNDIAL AO MURO AMERICANO

89. 1. PEDAGOGIA DA TERRA  
2. ESCOLA CIDADÃ  
3. MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO  
4. EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS

127. 1. GERENCIAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS (AFINCO)  
2. A AFIRMAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E DOS ESPAÇOS PÚBLICOS (RUMO A UMA REDE DE REDES)

129. ENCONTRO DA SOCIAL WATCH

177. COMBATE PELO SALÁRIO MÍNIMO NA EUROPA

198. O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA ALTERNATIVA POLÍTICA

282. 1. ESTRATÉGIAS DE OPOSIÇÃO AO FMI E A BANCO MUNDIAL EM 2001  
2. COORDENAÇÃO SUL-NORTE NA LUTA POR UMA JUSTIÇA ECONÔMICA GLOBAL

304. CONTRIBUIÇÃO DAS ONGS AO DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES DO SUL

327. METODOLOGIA POPULAR – O DIÁLOGO

345. BANCO DE DADOS FMS ONLINE – PORQUE E COMO USAR

353. INSTRUMENTOS E PERSPECTIVAS DO TERCEIRO SETOR NOS PROCESSOS DE MUNDIALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

381. BALANÇO DOS APORTES DE TERCEIRO SETOR NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

387. INTERAÇÃO SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA E OUTRAS EM UM ÂMBITO DE AÇÃO PARA A VIDA

396. A RESISTÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL:  
1. ECONOMIA PARASITÁRIA, EXCLUSÃO SOCIAL E AUTORITARISMO



2. A RESISTÊNCIA E LUTA DOS POVOS CONTRA O NEOLIBERALISMO
3. A CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA À BARBÁRIE

#### POLÍTICAS SOCIAIS / VOLUNTARIADO

19. REDE COMUNITÁRIA DE SERVIÇOS: A EXPERIÊNCIA DA REMA
24. OFICINA DE SENSIBILIZAÇÃO “COMUNICARTE”
37. DESIGUALDADES SOCIAIS
49. MUTIRÃO COM AUTO-GESTÃO
55. PRODUÇÃO DE MORADIAS POR AUTO-GESTÃO
61. REFLEXÕES SOBRE VOLUNTARIADO CONTEMPORÂNEO: A CRIAÇÃO E A RECRIAÇÃO DO LAÇO SOCIAL
66. FÓRUM DE POLÍTICAS SOCIAIS
75.
  1. AÇÃO CULTURAL E PROJETO POLÍTICO
  2. EPISTEMOLOGIA CORPORAL, UMA METODOLOGIA POPULAR
  3. FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES
81. MOEDA SOCIAL – TROCAS SOLIDÁRIAS
82. SEGURANÇA ALIMENTAR
98. A INCLUSÃO SOCIAL E O PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA
142. INTERCÂMBIO PARA TRANSFORMAÇÃO COM VOLUNTARIADOS SUÍÇOS EM PROGRAMAS NO SUL
162. ACOMPANHAMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DAS FAMÍLIAS
177. COMBATE PELO SALÁRIO MÍNIMO NA EUROPA
183. POLÍTICAS SOCIAIS – DIREITOS HUMANOS
203. HABITAÇÃO

265. IGUALDADE E OPORTUNIDADE

284. POLÍTICAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

299. DIREITO À MORADIA E REFORMA URBANA

306. VOLUNTARIADO, CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

318. CONSUMO ÉTICO

327. METODOLOGIA POPULAR – O DIÁLOGO

337. A ARTE E O IDEAL COMUNITÁRIO: PEQUENAS AÇÕES ONDE A SENSIBILIDADE E A CORAGEM CRIATIVA PROMOVEM A ÉTICA DA SOLIDARIEDADE

352. LÍDERES COMUNITÁRIOS: CRIAÇÃO, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO – SEGURANÇA FRENTE AO SENTIMENTO DE INSEGURANÇA – PREVENÇÃO DE DELITO E COMUNIDADE PARTICIPATIVA – VIOLÊNCIA VIRTUAL INÉDITA?

358. GESTÃO PARTICIPATIVA DE ONGS

### **DIREITOS HUMANOS**

50. TERRA E DIREITOS HUMANOS

58. A HISTÓRIA AMEAÇADA – A LUTA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS CONTRA A POLÍTICA COLONISTA DA BASE ESPACIAL DE ALCÂNTARA

63. 1. RELATÓRIO AZUL: GARANTIAS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS (COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL)

2. DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2000 (CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL)

3. RELATÓRIO (CPT)

4. LANÇAMENTO DO LIVRO “SALVADOR: CIDADE REPARTIDA” (COMISSÃO DOS DIREITOS DO CIDADÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR)

87. DIREITOS CULTURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS SÃO POSSÍVEIS EM UM MUNDO GLOBALIZADO

96. DOCUMENTÁRIOS SOBRE AS PROBLEMÁTICAS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA, A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MEIO AO CONFLITO ARMADO: O PLANO COLÔMBIA, O PARAMILITARISMO DE ESTADO, A SITUAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS E DOS DIREITOS HUMANOS

125. DIREITOS HUMANOS E SOBERANIA NACIONAL NA AMÉRICA LATINA

145. DIREITOS HUMANOS E DISCRIMINAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS

163. RESISTÊNCIA ARMADA AO NEOLIBERALISMO / ALTERNATIVAS DE PODER POPULAR NA AMÉRICA LATINA E ÁFRICA / PRISIONEIROS POLÍTICOS E ENJUIZAMENTO DAS DITADURAS MILITARES NA AMÉRICA LATINA

183. POLÍTICAS SOCIAIS – DIREITOS HUMANOS

184. EDUCAÇÃO PARA A PAZ, OS DIREITOS HUMANOS E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

186. 1. A CONTRIBUIÇÃO DA MÍDIA NA LUTA PELOS DIREITOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2. CONSÓRCIO DE DIREITOS HUMANOS

190. ENCARCERADOS PARA RECUPERAR OU PUNIR?

192. UMA AGENDA DE DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS PARA O MERCOSUL

219. VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

231. DIREITOS HUMANOS NA FAVELA

233. ALCA E DIREITOS HUMANOS

240. UNIVERSIDADE PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

1. COMUNICAÇÃO POPULAR E PROTAGONISMO SOCIAL

2. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

3. URBANISMO: PLANO DIRETOR POPULAR/BAIRROS

4. EDUCAÇÃO:UTOPIA E CONTRA IDEOLOGIA

5. CLASSES POPULARES E UNIVERSIDADE PÚBLICA: RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA CONTRA-HEGEMONIA POPULAR

243. A UNIÃO EUROPÉIA É O AGENTE MAIS IMPORTANTE EM MATÉRIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (COM OS PAÍSES DO SUL, FMI, BIRD E OS IMPACTOS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS)

246. UM MUNDO SEM TORTURA

278. O CONCEITO DE UNIVERSALIDADE NOS DIREITOS HUMANOS

287. 1. DIREITO DA TERRA E REFORMAS

2. LEGISLAÇÃO DE EMPREGO E TRABALHO (TRABALHADORES SEM TERRA E RURAIS)

3. DIREITOS HUMANOS DE DALITS E PESSOAS SUBMETIDAS À DISCRIMINAÇÃO RACIAL E OUTRAS

4. IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO, LIBERALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

5. OS DIREITOS DAS MULHERES NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

6. ESPIRITUALIDADE E ÉTICA

326. ENCONTRO LATINO-AMERICANO “ANO DE CHUMBO – ANOS DE LUTA”

### **SOCIALISMO / MARXISMO / REVOLUÇÃO / INTERNACIONALISMO**

110. SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E JUVENTUDE PARTICIPATIVA

156. MARXISMO E FEMINISMO

325. QUAL A CONSTRUÇÃO CIDADÃ DO MUNDO: IDENTIDADES, ORGANIZAÇÕES, INTERNACIONALISMO. COMO ALCANÇAR UMA CONVERGÊNCIA ENTRE AS DIVERSAS POSIÇÕES CONTRA A GLOBALIZAÇÃO

334. SOCIALISMO, UMA ALTERNATIVA CONTRA O NEOLIBERALISMO E A GLOBALIZAÇÃO

361. REFORMA OU REVOLUÇÃO

### **ORGANISMOS INTERNACIONAIS / ACORDOS INTERNACIONAIS**

18. 1. COORDENAÇÃO INTERNACIONAL CONTRA A OMC – COMBATENDO O GATT, TIPS, AGRICULTURA E NOVOS ITENS NA OMC

2. PESQUISA COORDENADA NA FTAA / ALCA

38. A ONU: PARCERIA COM O SETOR PRIVADO: COMO A SOCIEDADE CIVIL DEVERIA RESPONDER?

67. UMA INTRODUÇÃO AO BANCO MUNDIAL

79. 1. DIREITOS DA TERRA, RECURSOS NATURAIS E O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA ASIÁTICA

2. FINANCIANDO A QUEM? UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A CONFERÊNCIA DO FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

3. PORQUE PRECISAMOS FECHAR O BANCO MUNDIAL E O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, COMO FAZER E O QUE PRECISAMOS NO SEU LUGAR

84. EIXO I

1. MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA

2. COMÉRCIO INTERNACIONAL, OMC E REGULAMENTAÇÃO CIDADÃ

3. MOEDAS SOCIAIS

4. REFORMA AGRÁRIA

EIXO II

1. GESTÃO DURÁVEL DA ÁGUA

2. EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

3. AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTÍCIA

4. TRANSGÊNICOS E RECUSA À PRIVATIZAÇÃO DOS ORGANISMOS VIVOS

EIXO III

1. INTERCULTURALIDADE

2. ARTE, ARTISTAS E IDENTIDADE CULTURAL

3. FORMAÇÃO DE LÍDERES SOCIAIS

EIXO IV

1. GOVERNANÇA, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

2. CONSTRUÇÃO DA PAZ: O CASO COLÔMBIA

91. 1. SEMENTES E TRANSGÊNICOS

2. OMC NA AGRICULTURA

3. ARTICULAÇÃO CAMPONESA

132. BOICOTE AO BANCO MUNDIAL

204. JUVENTUDE E TRABALHO/EDUCAÇÃO/ALCA

205. CÚPULA DAS AMÉRICAS DE QUEBEC EM ABRIL DE 2001

206. MOBILIZAÇÃO CONTINENTAL CONTRA A FORMAÇÃO DA ALCA, ATRAVÉS DE AÇÕES DIRETAS

217. AGRICULTURA E GLOBALIZAÇÃO; ALTERNATIVA DA SOCIEDADE CIVIL À GLOBALIZAÇÃO; ALCA

222. 1. OS PROGRAMAS DO BANCO MUNDIAL PARA A AGRICULTURA E SEUS IMPACTOS SOBRE AS MULHERES RURAIS

2. AS FORMAS DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES: AS POLÍTICAS DAS IFMS E A CRIAÇÃO DAS REDES DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL (AMBAS EM PARCERIA COM RIAD)

3. A POLÍTICA DE INFORMAÇÃO DO BANCO MUNDIAL (EM PARCERIA COM O BIC-BANK INFORMATION CENTRE)

224. ALCA: RESISTÊNCIAS E ALTERNATIVAS

233. ALCA E DIREITOS HUMANOS

243. A UNIÃO EUROPÉIA É O AGENTE MAIS IMPORTANTE EM MATÉRIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (COM OS PAÍSES DO SUL, FMI, BIRD E OS IMPACTOS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS)

250. CONSTRUINDO UMA ALIANÇA ENTRE NORTE E SUL

263. CONFERÊNCIA MUNDIAL DA ONU CONTRA O RACISMO: PERSPECTIVAS PARA LUTA PELA CIDADANIA DOS POVOS DA DIÁSPORA AFRICANA NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

282. 1. ESTRATÉGIAS DE OPOSIÇÃO AO FMI E A BANCO MUNDIAL EM 2001

2. COORDENAÇÃO SUL-NORTE NA LUTA POR UMA JUSTIÇA ECONÔMICA GLOBAL

283. ALCA INTERESSA ÀS MULHERES?

### **EDUCAÇÃO /CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

7. EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BASEADA NA COMUNIDADE: CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DO SABER

8. O PAPEL DA EDUCAÇÃO TRANSFORMATIVA NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E UMA CULTURA DE PAZ

30. O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO PRÓXIMO SÉCULO

32. CIDADANIA PARTICIPATIVA PARA JOVENS: O PARLAMENTO DAS CRIANÇAS E JOVENS

76. EDUCAÇÃO E POBREZA

84. EIXO I

1. MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA
2. COMÉRCIO INTERNACIONAL, OMC E REGULAMENTAÇÃO CIDADÃ
3. MOEDAS SOCIAIS
4. REFORMA AGRÁRIA

EIXO II

1. GESTÃO DURÁVEL DA ÁGUA
2. EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE
3. AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTÍCIA
4. TRANSGÊNICOS E RECUSA À PRIVATIZAÇÃO DOS ORGANISMOS VIVOS

EIXO III

1. INTERCULTURALIDADE
2. ARTE, ARTISTAS E IDENTIDADE CULTURAL
3. FORMAÇÃO DE LÍDERES SOCIAIS

EIXO IV

1. GOVERNANÇA, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS
2. CONSTRUÇÃO DA PAZ: O CASO COLÔMBIA

89. 1. PEDAGOGIA DA TERRA
2. ESCOLA CIDADÃ
  3. MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
  4. EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS

92. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR  
A EDUCAÇÃO POPULAR E PODER LOCAL  
EDUCAÇÃO POPULAR, CIDADANIA E SOCIEDADE CIVIL

93. 1. PERFIS PROFISSIONAIS EXIGIDOS PARA UM NOVO MODELO DE SOCIEDADE
2. BALANÇO EDUCACIONAL NAS AMÉRICAS

3. DIREITO À EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
4. SINDICALISMO E NEOLIBERALISMO
5. EDUCAÇÃO PARA TODOS: AÇÕES NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL

95. DOCUMENTÁRIOS SOBRE AS PROBLEMÁTICAS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA, A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MEIO AO CONFLITO ARMADO: O PLANO COLÔMBIA, O PARAMILITARISMO DE ESTADO, A SITUAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS E DOS DIREITOS HUMANOS

99. CRIANÇAS, TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

109. EDUCAÇÃO PARA TODOS – AÇÕES NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL

111. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

121. NEGROS: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA SINDICAL E POPULAR

159. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

167. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

184. EDUCAÇÃO PARA A PAZ, OS DIREITOS HUMANOS E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

218. EDUCAR PARA NÃO DISCRIMINAR

219. VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

225. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

232. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MUNDIAL

241. 1. CONSUMO NA AMÉRICA DO NORTE: PORQUE ESTE MOVIMENTO ESTÁ ACONTECENDO
2. EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (SIRI NA LATA)
3. A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS UTÓPICOS: UMA PROPOSTA PARA SUPERAR O CAPITALISMO – (DODECA)

244. EDUCAÇÃO E COOPERATIVISMO



247. A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A PEDAGOGIA SOCIAL NA ESCOLA CIDADÃ

252. PEDAGOGIA DE RECICLAGEM LÚDICO-FILOSÓFICA

279. EXCLUSÃO SOCIAL E EVASÃO ESCOLAR

281. QUAL O IMPACTO EXERCIDO PELOS AGENTES DE SOCIALIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS ADOLESCENTES?

296. ALTERNATIVAS PARA TIRAR A CRIANÇA DA SITUAÇÃO DE RISCO

311. CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA – A BASE PARA MUDANÇAS

322. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA CARTA DA TERRA

323. DESAMPARO INFANTIL EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

324. EDUCAÇÃO EM SAÚDE

340. A EDUCAÇÃO E OS AFRO-DESCENDENTES

350. EDUCAÇÃO POPULAR E INTERCULTURALIDADE

367. RECUPERAÇÃO DA CRIANÇA

379. EDUCAÇÃO E COOPERAÇÃO

### **MOVIMENTO ESTUDANTIL / UNIVERSIDADES / JUVENTUDE**

11. MOVIMENTO ESTUDANTIL E UNIVERSIDADE

32. CIDADANIA PARTICIPATIVA PARA JOVENS: O PARLAMENTO DAS CRIANÇAS E JOVENS

36. PAPEL DA UNIVERSIDADE NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

39. DISCUSSÃO DA POLÍTICA INTERNACIONAL NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

59. JUVENTUDE: PROTAGONISTA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO JUSTO E FRATERNAL
77. SAÚDE, JOVENS MULTIPLICADORES; CULTURA HIP; JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE
110. SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E JUVENTUDE PARTICIPATIVA
118. JUVENTUDE POLÍTICA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI
173. PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS NA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL
204. JUVENTUDE E TRABALHO/EDUCAÇÃO/ALCA
267. A INSERÇÃO DOS JOVENS EM DIFICULDADE
271. UNIVERSIDADE, CIDADE E SOCIEDADE
281. QUAL O IMPACTO EXERCIDO PELOS AGENTES DE SOCIALIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS ADOLESCENTES?
292. VIGÊNCIA DO TERCEIRO MUNDISMO, UNIVERSIDADE OU REDE DE ESTUDOS DO TERCEIRO MUNDO
301. PAPEL DA UNIVERSIDADE NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
302. INSERÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS JOVENS
311. CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA – A BASE PARA MUDANÇAS
339. MORADIA ESTUDANTIL COMO RESGATE DA CIDADANIA E COMBATE À EXCLUSÃO NA SOCIEDADE PÓS-NEOLIBERAL
344. CONSUMO SUSTENTÁVEL E O PAPEL DA JUVENTUDE
363. ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA
384. MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO
385. UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E CIDADE

## AMÉRICA LATINA

### 14. SETOR INFORMAL NA AMÉRICA LATINA

44. PLANO COLÔMBIA, LANÇAMENTO E EXIBIÇÃO DO VÍDEO “AMÉRICA LATINA, ESTRATÉGIAS DE RECOLONIZAÇÃO E A INTERVENÇÃO MILITAR NORTE-AMERICANA”

### 83. DÍVIDA ECOLÓGICA DA AMÉRICA LATINA

A) OS IMPACTOS SOCIAIS E ECOLÓGICOS DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

B) AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

C) CAMPANHA DE RECONHECIMENTO DA DÍVIDA ECOLÓGICA – QUEM DEVE A QUEM/

D) PALESTRA: “ECONOMIAS SUSTENTÁVEIS; RELAÇÃO ENTRE AS CAMPANHAS; ESTRATÉGIAS E AÇÕES FUTURAS”

96. DOCUMENTÁRIOS SOBRE AS PROBLEMÁTICAS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA, A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MEIO AO CONFLITO ARMADO: O PLANO COLÔMBIA, O PARAMILITARISMO DE ESTADO, A SITUAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS E DOS DIREITOS HUMANOS

### 111. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

### 125. DIREITOS HUMANOS E SOBERANIA NACIONAL NA AMÉRICA LATINA

163. RESISTÊNCIA ARMADA AO NEOLIBERALISMO / ALTERNATIVAS DE PODER POPULAR NA AMÉRICA LATINA E ÁFRICA / PRISIONEIRO POLÍTICOS E ENJUIZAMENTO DAS DITADURAS MILITARES NA AMÉRICA LATINA

### 251. 1. BRASIL

2. AMÉRICA LATINA

3. FÓRUMS DE CONTROLE SOCIAL DO ORÇAMENTO, INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL

4. TRANSPARÊNCIA E CORRUPÇÃO

### 262. DOENÇA CRÔNICA NA AMÉRICA LATINA

### 286. PROTESTO SOCIAL E ALTERNATIVAS AO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

314. 1. ALTERNATIVAS ECONÔMICAS  
2. CONFLITO NA COLÔMBIA E SUA REPERCUSSÃO NA AMÉRICA LATINA
328. UNIDADE LATINO-AMERICANA
366. RUMO UM NOVO PARADIGMA DE ARTICULAÇÃO DAS DEMANDAS EMANCIPATÓRIAS DA AMÉRICA LATINA
372. 1. SEGURANÇA ALIMENTAR  
2. PROBLEMAS DE TRABALHO  
3. MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES  
4. RELIGIÃO E SOCIEDADE NA AMÉRICA LATINA
380. AS NOVAS ESTRATÉGIAS DOS REAGRUPAMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS PARA A AMÉRICA LATINA
394. BRASIL E AMÉRICA LATINA – PARTICIPAÇÃO, EDUCAÇÃO E LUTA, BEM-ESTAR SOCIAL E DEFESA AMBIENTAL, PROJETO PLANTAS VIVAS – A NATUREZA A SERVIÇO DA VIDA E DA SOBERANIA DAS NAÇÕES

### **ESTADO / PODER PÚBLICO**

12. SOBRE CONSTITUIÇÃO E ESTADO DE DIREITO; SOBRE COMUNICAÇÃO
21. O PAPEL DA RECEITA PÚBLICA NUMA SOLUÇÃO ANTI-NEOLIBERAL PARA O SETOR PÚBLICO (FONTE ALTERNATIVA DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO: TRIBUTAÇÃO, CRÉDITO TRIBUTÁRIO, DÍVIDA ATIVA,...)
52. O CONTROLE SOCIAL SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO
65. CIDADANIA, PODER PÚBLICO, ÉTICA E BUROCRACIA
119. CONSTRUINDO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE REDUÇÃO DE DANOS
131. OS SERVIÇOS PÚBLICOS, O CONTROLE SOCIAL E O PROCESSO DE REGULAÇÃO
166. CIDADES JUSTAS E DEMOCRÁTICAS

1. CARACTERIZAÇÃO DAS DIVERSAS VISÕES DE CIDADE EMBUTIDAS EM DOCUMENTOS INTERNACIONAIS E PRÁTICAS POLÍTICAS
  2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA UMA CIDADE JUSTA E DEMOCRÁTICA
- DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO POPULAR NAS CIDADES

237. MARQUETIZAÇÃO DA GOVERNANÇA

254. DIREITO DE CLASSE ESTADO DE CLASSE

268. CONSTRUÇÃO DE UMA ALIANÇA E A LUTA PELO ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL

320. A ÉTICA DE LOCAÇÃO DE RECURSOS NO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

346. DEMOCRACIA E GOVERNANÇA MUNDIAL: DESAFIOS PARA O SÉCULO 21

1) OS AGENTES NÃO ESTATAIS NA GOVERNANÇA MUNDIAL

2) QUAIS SÃO AS ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE O ESTADO, AS OIG, AS ONGS E O SETOR PRIVADO NA PROMOÇÃO DO BEM PÚBLICO?

348. PREVIDÊNCIA SOCIAL: PROTEÇÃO AMEAÇADA

369. O NEOLIBERALISMO E O DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO

388. REFORMA DO ESTADO: INTERSETORIALIDADE E UNIVERSALIZAÇÃO DA CIDADANIA

389. AUDITORIA PÚBLICA EXTERNA

391. O CONTROLE SOCIAL COMO GARANTIA DE SANEAMENTO PARA TODOS: ESTADO DO RS E SUA CAPITAL

395. ENERGIA E CRISE

### **RESPONSABILIDADE SOCIAL**

26. SOLIDARIEDADE, JUSTIÇA SOCIAL E IMPOSTOS PROGRESSIVOS

134. TURISMO COOPERATIVO: ESTUDO DE ALTERNATIVAS PARA INCLUSÃO SOCIAL

197. ENGENHARIA DE INTERESSE SOCIAL

199. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO NUMA EMPRESA COOPERATIVISTA

236. COOPERATIVA EMPRESARIAL

297. O ESPAÇO DA EMPRESA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO JUSTO E SOLIDÁRIO

306. VOLUNTARIADO, CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

337. A ARTE E O IDEAL COMUNITÁRIO: PEQUENAS AÇÕES ONDE A SENSIBILIDADE E A CORAGEM CRIATIVA PROMOVEM A ÉTICA DA SOLIDARIEDADE

351. TECNOLOGIA E IMPLICAÇÕES SOCIAIS

354. ENGENHARIA, DESENVOLVIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA

356. A ENGENHARIA URBANA E A CIDADE: NOVOS DESAFIOS DISCIPLINARES ACADÊMICOS E PRÁTICA PROFISSIONAL

360. CAPTAÇÃO DE RECURSOS E MARKETING SOCIAL

378. ADMINISTRAÇÃO X CIDADANIA

#### MIGRAÇÃO

200. IMIGRAÇÃO

256. DEPORTAÇÃO DE IMIGRANTES LEGAIS DOS EUA

329. CIRCULAÇÃO DOS CAPITAIS, CIRCULAÇÃO DOS INDIVÍDUOS; IMIGRAÇÃO: ABERTURA DAS FRONTEIRAS, DIREITO DE CIRCULAÇÃO E DE ESTABELECIMENTO DOS INDIVÍDUOS ONDE ESCOLHEM VIVER OU ONDE SE REFUGIAM

#### RELIGIOSIDADE

88. 1. DESAFIO DA GLOBALIZAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

2. PRÉ-REQUISITOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICOS PARA UM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
3. RELIGIÕES DO MUNDO – ESTADOS NACIONAIS – JUSTIÇA GLOBAL: A DIVERSIDADE DAS RELIGIÕES MUNDIAIS OFERECE PERIGO PARA UMA ORDEM SOCIAL COMUM?
4. A TAREFA DA EUROPA NA GLOBALIZAÇÃO

201. PEDAGOGIA EXUSÍACA DE RETERRITORIALIZAÇÃO E CIDADANIA DOS AFRO-DESCENDENTES E O FÓRUM NACIONAL DO “POVO DE SANTO”

347. 1. ESPAÇO POTENCIAL DE VIDA
2. O FÓRUM DO POVO DE SANTO

372. 1. SEGURANÇA ALIMENTAR
2. PROBLEMAS DE TRABALHO
3. MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES
4. RELIGIÃO E SOCIEDADE NA AMÉRICA LATINA

## **OUTROS**

191. MOSAICOS NA RUA

253. FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO

274. DESPERTANDO PARA O PENSAR

298. DESPERTANDO PARA O PENSAR

303. AÇÃO CONTRA A CAUSA OU AÇÃO SOBRE O FEITO

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVARES,S. DAGNINO E. ESCOBAR A. “O Cultural e o Político nos Movimentos Sociais Latino-Americanos”. In: ALVARES,S. DAGNINO E. ESCOBAR A. (org.). *Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

ASSUMÇÃO, Jéferson. “Eixos Temáticos”. In: CATTANI, Antonio (org.) *Fórum Social Mundial: A construção de um mundo melhor*. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/ Veraz Comunicação, 2001.

\_\_\_\_\_. “Porto Alegre versus Davos”. In: CATTANI, Antonio (org.) *Fórum Social Mundial: A construção de um mundo melhor*. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/ Veraz Comunicação, 2001.

BARLOW. Maude. “Reescrevendo as regras do comércio mundial”. In: CATTANI, Antonio (org.) *Fórum Social Mundial: A construção de um mundo melhor*. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/ Veraz Comunicação, 2001.

CASSEN. Bernard. “Uma virada política e cultural”. In: CATTANI, Antonio (org.) *Fórum Social Mundial: A construção de um mundo melhor*. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/ Veraz Comunicação, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede (A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura; v.1)*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *O Poder da Identidade (A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura; v.2)*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

COHEN, Andrew & ARATO, Jean L. *Sociedad Civil y Teoría Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2001. Site do Fórum Social Mundial na Internet. Disponível em <[www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)>. Acesso de 20.01.2002 a 18.05.2003.

FRASER, Nancy. “Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy”. In: CALHOUN, Craig. (ed). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1996.



HOUTART, François. “A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo”. In: SEOANE, José & TADDEI, Emílio (org.). *Resistências mundiais - De Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_ “As alternativas ao modelo neoliberal”. In: HOUTART, François; POULET, François (coord.) *O Outro Davos: mundialização das resistências e das lutas*. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

HOUTART, François; POULET, François (coord.) *O Outro Davos: mundialização das resistências e das lutas*. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

KLEIN, Naomi. *Cercas e Janelas: Na linha de frente do debate sobre globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1990.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. Entrevista para RedPepper Archive. Disponível em: <[www.redpepper.org.uk](http://www.redpepper.org.uk)>. Acesso em 20.08.2001.

MARCUSE, Peter. “Conversação sobre globalização em Porto Alegre”. In: CATTANI, Antonio (org.) *Fórum Social Mundial: A construção de um mundo melhor*. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/ Veraz Comunicação, 2001.

PASSET, René. “Por Uma Estratégia do Humano”. In: CATTANI, Antonio (org.) *Fórum Social Mundial: A construção de um mundo melhor*. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/ Veraz Comunicação, 2001.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “Política Cibercultural – Ativismo à Distância na Comunidade Transnacional Imaginada-Virtual”. In: ALVARES,S. DAGNINO E. ESCOBAR A. (org.). *Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. “Os processos da globalização”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

SEOANE, José & TADDEI, Emílio (orgs.). *Resistências mundiais - De Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SLATER, David. “Repensando as Espacialidades dos Movimentos Sociais – Questões de Fronteiras, Cultura e política em Tempos Globais”. In: ALVARES,S. DAGNINO E. ESCOBAR A. (org.). *Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

YOUNG, Íris. "Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa". In: SOUZA, Jessé (org.). *Democracia Hoje: Novos Desafios para a Teoria Democrática Contemporânea*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

YÚDICE, George. "A Globalização da Cultura e a Nova Sociedade Civil". In: ALVARES, S. DAGNINO E. ESCOBAR A. (org.). *Cultura Política nos Movimentos sociais Latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.